



**CONVERSAS &
CONTROVÉRSIAS**

Vol. 4, Num. 1 (2017).

ISSN: 2178-569

Dossiê

Velhas e Novas Elites na América Latina

Dirceu André Gerardi
Fran Espinoza (Orgs.)



DOSSIÊ “VELHAS E NOVAS ELITES NA AMÉRICA LATINA”

Apresentação

*Dirceu André Gerardi*¹

*Fran Espinoza*²

Quando Gaetano Mosca publicou seu *Elementi di Scienza Politica* (1923) propôs uma abordagem inovadora ao estudo das elites. Mosca sugeriu que estudassem não só as minorias politicamente organizadas, mas também como se formam e se organizam esses grupos que governam na história. Para o sociólogo, a superioridade dessas minorias, não reside apenas na sua organização, mas na forma como se diferenciam da massa por *certe qualità* (1923, p. 96–97). Os pais fundadores da Teoria das Elites, Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, identificaram que independentemente da constituição formal de uma nação, sempre existirá uma minoria que tem o poder e que a dirige.

O estudo das elites nos permite descobrir aspectos da estratificação social e a dinâmica econômica de uma sociedade, associando as propriedades sócio-profissionais daqueles que dirigem os centros de poder das principais instituições políticas de um país. É possível postular a existência de uma relação bidirecional entre as características pessoais de uma determinada elite e as características institucionais do sistema político: o Estado, os parlamentos e a fórmula política atual. Da mesma forma, podemos conhecer a configuração de uma certa elite e sua transformação ao longo do tempo e a transformação do valor dessas variáveis, nos permite estimar a direção da mudança social (Codato e Espinoza, 2017).

Na América Latina, a temática acerca das elites conduz, em boa medida, à compreensão sobre a origem e a manutenção de grupos dirigentes. Destacam-se às análises

¹ PhD em Ciências Sociais pela PUCRS. Realizou parte de seu doutoramento através de estágio sanduíche na University of Pittsburgh. Pós-doutor em Relações Internacionais pela PUCRS. Pesquisa os evangélicos pentecostais na Câmara dos Deputados junto ao Projeto Temático Religião, direito e secularismo: a reconfiguração do repertório cívico no Brasil contemporâneo, financiado pela Fapesp, realizado junto ao Cebrap e coordenado por Paula Montero. Email: andregerardi3@hotmail.com

² Cientista político, PhD em Estudos Internacionais e Interculturais (menção internacional) Universidad de Deusto, País Vasco. Investigador de pós-doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, UFPR (Brasil), Membro do Núcleo de Investigação em Sociologia Política Brasileira, Universidade Federal do Paraná, NUSP/UFPR. É membro do Observatório de Elites Políticas e Sociais, UFPR, bolsista CAPES. É membro da FLACSO-España. E-mail: espinoza.fran@gmail.com

sobre o recrutamento e conflitos entre elites e contra-elites. A análise do *background*, as posições e a maneira como esses atores ascendem na hierarquia social e institucional, fornecem um mapa útil da gênese e organização das minorias em diversos contextos sociais.

Nesse ambiente, destacam-se as elites econômicas que controlam recursos escassos e as políticas que manejam o Estado. Os meios para fazer uso desses recursos obedece à regras formais e informais. As regras formais vêm do Estado e são produzidas por atores políticos, cujas decisões afetam toda a sociedade. As regras informais decorrem de relações sociais espontâneas e correspondem a uma cultura política composta pelo sistema simbólico (ideologia) e pela estrutura das redes sociais (Adler Lomnitz, Pérez e Salazar, 2007).

As alianças entre elites empresariais, proprietários de terras e elites parlamentares são comuns na América Latina. Esses grupos econômicos estão interessados na exploração de recursos naturais, na posse da terra, muitas vezes ocupada por populações indígenas e camponeses e por isso pressionam políticos para tomar decisões em seu favor, produzindo inúmeros conflitos e protestos com grupos sociais desprotegidos.

Definir as elites latino-americanas não é uma tarefa simples, para isso, pelos menos três critérios devem ser considerados: uma elite sempre será uma minoria organizada. Nos Estados modernos, as elites se diferenciam da maioria da população pelo seu *status* social, fama e riqueza. Nesse contexto, a heterogeneidade social apresenta desde elites religiosas até importantes executivos, intelectuais, artistas e atletas. Finalmente, para ser parte da elite de alguma nação é necessário ter mérito reconhecido pelos pares e poder de influenciar a opinião pública e as decisões políticas e econômicas (Waldmann, 2007).

Nos últimos anos, as Velhas e Novas Elites latino-americanas têm ganhado destaque na região. O cenário demonstra a emergência de *novas elites*, originadas do ativismo político, movimentos sociais, elites profissionais e religiosas: elite chola da Bolívia e Peru, os boliburgueses na Venezuela, a elite sandinista da Nicarágua, a elite parlamentar evangélica do Brasil, etc. Esses grupos e sua participação na arena política são pouco estudadas. O perfil social das *velhas elites políticas e econômicas* (gabinetes ministeriais, elite parlamentar, partidária, empresarial, dos proprietários de terras) e as dinâmicas estabelecidas entre estas, ganharam relevância no atual cenário de instabilidade política regional. No mesmo sentido, as *elites* que surgem do *conflito social*, mais especificamente de processos de exclusão social e política, pelo fechamento de espaços a participação de negros, indígenas e mulheres, inclusive, os conflitos produzidos pela disputa por recursos naturais, conquistam cada vez mais espaço em debates na arena pública.

No dossiê que a *Revista Conversas e Controvérsias* publica nessa edição, o leitor encontrará trabalhos que dialogam com alguns dos problemas contidos nessa apresentação. Os artigos revelam como a agenda de pesquisas sobre as elites é diversificada. O que se percebe é que há um predomínio das análises sobre os processos de recrutamento político, carreiras e conflitos entre elites e contra-elites e entre elites econômicas e camponeses.

O que condiciona a ação de atores na arena pública? O trabalho de Izelli Doré estuda os membros do Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre entre 2013 e 2014, chamando a atenção para a origem social e as trajetórias dos conselheiros como variáveis que determinam uma ação diferenciada e também dirigida a obtenção de recursos materiais.

Os partidos políticos investem seus recursos estrategicamente? O artigo de Bruno Schaefer e Tiago Leme analisa a maneira como os partidos políticos do Rio Grande do Sul investiram recursos nas candidaturas de deputados federais com mais chances de vencer em 2014. Entre os achados da pesquisa, algumas evidências demonstram que a elite partidária direciona a maior parte dos recursos da legenda para os incumbentes, ao invés dos estreantes.

Governadores que exerceram mandatos por indicação militar e senadores da Aliança Renovadora Nacional, tiveram lá seus motivos para continuar na vida política na transição do autoritarismo para a democracia. O artigo de Oscar Berg estuda o prolongamento da carreiras de governadores nomeados e senadores eleitos pela Arena em 1974, no período de transição do autoritarismo para a atual democracia. Essa elite que fez carreira no autoritarismo, lançou candidaturas na fase democrática e alguns foram eleitos. Esses dados, reforçam conclusões de outros estudos, mas insere um dado novo sobre a continuidade da carreira dos nomeados, uma elite pouco conhecida.

Como é o recrutamento político no autoritarismo? O artigo de Carlos Augusto, Breno Gómez e Germana Machado destacam uma elite incomum. A pesquisa analisa o processo de recrutamento de prefeitos que assumiram cargos por indicação de governos militares em municípios do Rio Grande do Sul declarados Área Segurança Nacional. Um dos principais achados dessa pesquisa é o processo de seleção política, fundamentada em características societárias, prestígio pessoal e conexões com pessoas influentes em um cenário sem eleições.

Como elites intelectuais idealizam a nacionalidade? Maciel, em seu artigo, analisa um grupo de poetas da cidade nicaraguense de Granada que lançou, nos anos de 1920, um movimento nacionalista de oposição ao modernismo que foi fundamental para a construção cultural, social e histórica do país.

Os dois artigos que encerram o dossiê são estudos históricos. Carla Fernandes

pesquisa a elite econômica e política dos produtores de café paulistas no período entre 1873 a 1904, no município de São Carlos. O artigo mostra os fazendeiros formavam um grupo coeso que através de estratégias matrimoniais procuravam conservar suas riquezas e exercer o domínio do poder local, ocupando cargos políticos.

O estudo de Cristina Dalanora analisa um conflito de terra que envolveu, Vivaldino Silveira de Ávila, um posseiro e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), na região Meio-Oeste de Santa Catarina pós-guerra do Contestado. Vivaldino foi considerado um intruso em 1918. A EFSPRG representou uma importante aposta no desenvolvimento econômico de SC e o Estado concedeu terras à Companhia em torno da ferrovia. A ferrovia, portanto, estava investida do “direito de propriedade”. Vivaldino processou judicialmente a Companhia em 1920, fato que evidencia a resistência de um grupo social invisível e o conflito estabelecido com elites econômicas e políticas pela posse da terra.

Ao final dessa edição, contamos com a resenha de um trabalho de J. A. Barnes, intitulado “*Redes Sociais e Processo Político*” que foi realizado por Maciel.

O dossiê é uma amostra reduzida da vitalidade e da diversidade de abordagens que podem ser feitas acerca das elites, seja na democracia como autoritarismo, no passado e no tempo presente.

Referencias bibliográficas

Adler L. Pérez, L. Salazar, E. (2007). **Globalización y nuevas élites en México**. En *Elites en América Latina*, Peter Birle, Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold, Barbara Potthast (eds.) pp. 140-168, Madrid-Frankfurt: Iberomericana-Vervuert.

Codato, A. e Espinoza, F. (2017). **Élites en las Américas: diferentes perspectivas (no prelo)**.

Michels, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, UnB.

Mosca, G. **Elementi di scienza politica**. (1923) 2a. ed. Torino: Fratelli Bocca Editori.

Waldmann, P. (2007). **Algunas observaciones y reflexiones críticas sobre el concepto de elite**. En *Elites en América Latina*, Peter Birle, Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold, Barbara Potthast (Eds.), pgs. 9-30, Madrid-Frankfurt: Iberomericana-Vervuert.

Wright Mills, C. (1981). **A elite do poder**. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Pareto, V. (1976). **Sociological Writings**. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. New York.

Disputas pela “participação”: entre formas de engajamento e expectativas de acesso a recursos

Maurício Izelli Doré¹

Resumo: O Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre, formado por um corpo de eleitos entre os participantes, tem a função de planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre uma fração de receitas e despesas do orçamento municipal reservado para investimentos. Partindo deste universo, o presente trabalho aborda as formas através das quais diferentes concepções de “participação” conectam-se às tomadas de posição e constituem formas de mediação. O material empírico de análise compreende a trajetória de conselheiros eleitos entre 1989 e 2015 e atas das reuniões do Conselho disponíveis entre 2013 e 2015. Em primeiro lugar, foram analisadas as bases dos discursos sobre a “participação” a partir das trajetórias e modalidades de engajamento; em segundo lugar, entram em pauta as tomadas de posição e sua relação na constituição de diferentes modalidades de mediação. Os resultados apresentados indicam uma correlação entre os ideais de engajamento no Orçamento Participativo e as expectativas de acesso aos recursos disponíveis.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; participação; mediação; grupos dirigentes; recursos públicos.

Introdução

Fundado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989 sob o ideal de “democracia participativa”, o Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre trouxe consigo um conjunto de referências acerca da participação e sua realização a partir de um repertório de procedimentos – participação, debate, discussão, negociação, proximidade, etc. (BLONDIAUX, 2004; p.7). Em grande medida, as análises destinadas à participação em mecanismos como o Orçamento Participativo² – o que engloba um conjunto de processos denominados de “participação popular” – tendem a tratar destes enquanto espaços de compartilhamento de poder entre Estado e sociedade (DAGNINO, 2005), sobre o seu “potencial democratizante” (ALMEIDA & TATAGIBA, 2012), ou sobre a interação Estado-sociedade a partir de uma “participação institucionalizada” (ABERS *et all*, 2014). Tais autores, e também aqueles que expressam uma

¹Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS (CAPES). E-mail: mauricioizelli@gmail.com.

²Em parte da literatura produzida em torno deste tema, o OP é frequentemente referido em termos de Políticas Públicas, sobre suas dificuldades de implementação, os efeitos sobre a “cultura política” da população (BAQUERO & SCHNEIDER, 2005), as influências partidárias no seu desenvolvimento (ROMÃO, 2011; RENNÓ & SOUZA, 2012), também a respeito do perfil dos que participam (LAVALLE, HOUTZAGER & ACHARYA, 2004) e a respeito da elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho (CARVALHO & SILVA, 2006), entre outros.

preocupação quanto à “relação assimétrica” entre a burocracia e os participantes (SANTOS, 1998; FONSECA *et all*, 2012), apontam para os diversos fatores relacionados aos obstáculos enfrentados pelas iniciativas de participação na concretização de seus objetivos. Contudo, a análise aqui empreendida trata das fronteiras entre Estado e “sociedade civil”³, bem como as expectativas quanto aos resultados e desempenho de “mecanismos de participação”, como produto mesmo das disputas entre os agentes envolvidos *no* processo e *pela* sua promoção. Nesse sentido, aponta-se para os diferentes discursos sobre a “participação” enquanto objeto de disputa sobre as formas de apropriação do mecanismo em pauta. Ou seja, na medida em que a própria participação no processo (seus efeitos e expectativas) é objeto de disputa entre agentes sociais (HEREDIA e PALMEIRA, 2012; p.19), cabe considerar a questão a partir de diferentes registros no intuito de apreender as condições de aquisição desses discursos e sua relação com trajetórias distintas.

O presente trabalho se debruça sobre a relação entre diferentes concepções sobre a “participação”, as tomadas de posição a partir do Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre e a constituição de diferentes modalidades de mediação. Partimos, portanto, da hipótese de que as diferentes concepções sobre a “participação” estariam na base das tomadas de posição ao longo do processo quanto às expectativas de acesso aos recursos disponíveis. Assim, a análise das trajetórias individuais é apresentada na intenção de localizar os deslocamentos e espaços ocupados pelos agentes onde as formas de “participação” em disputa são apreendidas e tem seu significado posto em prática nas lutas por posições dentro do processo – melhor dizendo, quanto às tomadas de posição em relação às oposições que emergem, tanto ao longo do envolvimento no OP quanto nas reuniões do COP. Assim, mesmo sendo o COP caracterizado por uma formação demográfica específica⁴ e formas próprias de acesso⁵, não estão em jogo neste trabalho a concorrência “eleitoral” pelo cargo, mas as disputas pelas formas legítimas de intervenção no processo enquanto estruturas de poder.

³Sobre uma crítica à separação entre Estado e “sociedade civil” como universos previamente delimitados, ver Lagroye (1993, p.111)

⁴Para um perfil dos participantes nesse sentido (dados demográficos e sócio-econômicos) e dos conselheiros em particular, conferir: Cuenca (2009), Silva (2001), Fedozzi (2007), CIDADE (2003) e Fedozzi *et all*. (2013). Como será observado adiante, os conselheiros tendem a se distanciar dos demais participantes, entre outros fatores, quanto a idade, escolaridade e “tempo de OP”.

⁵Refiro-me ao Regimento Interno do OP (2011) e seus dispositivos (art. IV) referentes à eleição para conselheiro, critérios de inscrição de chapa e contagem de votos.

Para tanto, o material de análise inclui entrevistas semi-estruturadas⁶ com membros do COP e integrantes da Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL) – secretaria ligada à prefeitura, responsável pela organização e promoção do OP – além das atas de reunião do COP entre 2013 e 2014. As entrevistas seguiram um roteiro organizado em três eixos estruturantes (origens sociais, trajetória e “participação”)⁷ e o conjunto de entrevistados contemplou uma abrangência no tempo, no espaço e com relação às disputas internas – questão que ficará mais evidente nas seções seguintes. Desse modo, buscou-se eleger entrevistados que, de alguma forma, representassem posições opostas e/ou contraditórias dentro do espaço – seja entre conselheiros que defendem posições distintas, seja a entrevista com funcionários da prefeitura os quais contribuíram para localizar as relações de aproximação ou distanciamento com o discurso “oficial”. Nesse universo, buscou-se contemplar uma variedade de trajetórias que incluíssem a participação nos anos iniciais do OP (1989), a participação contínua durante o governo da “frente popular”⁸ até 2014 e conselheiros que fossem tanto de “região” quanto de “temática” (que abordariam temas “mais amplos” de “diretrizes para a cidade”) - mais especificamente das regiões “centro” e “lomba do pinheiro”⁹ e das temáticas “cultura” e “desenvolvimento”. A escolha dessa variedade de trajetórias permitiu a localização de diferentes concepções de “participação” localizadas tanto no tempo, possibilitando a sua relação com as transformações passadas pelo processo, quanto no espaço, abrangendo bairros de realidades materiais distintas.

O material de análise também incluiu as atas de reuniões do COP no período 2013/2014.

6 O trechos transcritos ao longo do artigo correspondem a entrevistas realizadas em 08/08/2014 (Conselheiro J.), 12/08/2014 (Conselheiro F.), 15/08/2014 (Conselheiro G. e Conselheira R.) e 04/02/2015 (Conselheiro C.).

7 Nas “origens sociais” os entrevistados foram indagados sobre profissão e grau de escolaridade do pai e da mãe, data e local de nascimento, grau de escolaridade e profissões já exercidas. Em “trajetória”, buscou-se dar conta dos espaços ocupados pelo conselheiro tanto anteriormente como durante sua participação no OP. Foi perguntado sobre os tipos de militância com os quais tenha se envolvido (estudantil, sindical, associativa, religiosa, partidária, etc.), os cargos que por ventura tenha ocupado em alguma entidade ou movimento social, se já atuou em campanhas eleitorais, se já ocupou cargos na administração pública, etc Com referência ao OP, foi perguntado sobre como tomou conhecimento do processo e como se deu, ou o contexto da sua ida às primeiras reuniões, quais posições já ocupou e quantas vezes. No eixo “participação”, as questões buscaram abrir espaços para a formulação das representações a respeito da função do conselheiro e delegado, a diferença entre “região” e “temática”, o que seria uma “demanda”; sobre a política eleitoral e a relação do OP com outros programas da prefeitura, como a GSL, os CARs e o CapacitaPOA; sobre as reuniões do COP e a presença de representantes da SMGL; por fim, sobre as mudanças “percebidas” no OP ao longo dos anos.

8 Coligação encabeçada pelo PT e que esteve à frente da prefeitura de Porto Alegre de 1989 a 2004, cuja gestão ficou conhecida como “Administração Popular”.

9 O bairro Lomba do Pinheiro está localizado na região leste da capital, e é caracterizado, entre outros fatores, por construções irregulares, infra-estrutura precária e de fragilidade sócio-econômica.

Desse modo, foi possível ter acesso aos posicionamentos de conselheiros que não foram contemplados pelas entrevistas. Contudo, algumas limitações quanto aos usos dessa fonte devem ser esclarecidas. Em primeiro lugar, as reuniões simbolizam apenas uma parte publicizada dos conflitos, portanto, como tendo passado por um processo de requalificação e adaptação às circunstâncias do debate público, onde por vezes se omitem nomes e episódios específicos. Em segundo lugar, os conflitos são prévios ao momento da reunião, de maneira que a leitura das atas não permite reconstituir a amplitude dos posicionamentos em disputa, de suas causas ou atores envolvidos. Em terceiro lugar, não foi possível relacionar as falas captadas nas reuniões com o tipo de dados coletados nas entrevistas referente a trajetórias¹⁰. Contudo, a presença e fala na reunião é entendida como uma forma de legitimar a posição do conselheiro diante dos demais e do “governo”, além de um exercício de tradução dos “problemas” de determinada “comunidade” ou bairro a partir da politização de “demandas” e sua estratégia de inserção na agenda de “debates” e “negociações”¹¹.

É importante, contudo, ressaltar o fato de que os conselheiros, bem como os demais participantes do OP, fazem parte de um todo heterogêneo, com suas diferenças e semelhanças, suas afinidades e discordâncias. Essa consideração é importante para que a investigação em pauta não seja tomada como um recorte representativo do todo mas, antes, como um conjunto de estruturas possíveis, verificáveis e com efeitos sobre o objeto de pesquisa proposto.

Como já dito, a “participação” é tratada aqui enquanto objeto de disputa e, sendo assim, não buscou-se aferir o sentido da “participação” através de uma auto-definição propriamente do entrevistado, o que tendeu a ocorrer somente entre aqueles de maior escolaridade e já socializados nos espaços de “promoção da participação” e “conscientização política”¹². Por outro

10 Isso se deve, em parte, porque os dados demográficos disponíveis correspondem a períodos anteriores às atas analisadas (o mais recente refere-se a 2012) e como são referentes a trabalhos anteriores já publicados não foi possível desagregá-los e conectá-los a trajetórias individuais. O agregado de dados relativos a origem social e filiação partidária, por exemplo, permitiria a investigação mais aprofundada sobre os posicionamentos e sua conexão com outros espaços (COLLOVALD & GAÏTI, 1990).

11 Entendemos como politização o processo através do qual “a descoberta da artificialidade das categorias objetivadas de classificação” enseja uma reconversão das finalidades, efeitos e justificativas das questões em pauta a partir de uma estratégia de universalização dos interesses (LAGROYE, 2003; p.366-367). Assim, o processo de politização pode ser entendido como o trabalho de luta pela definição das questões enquanto “políticas”, o que permitiria uma diferenciação entre “profissionais” e “profanos”. (LACROIX, 1985; p.538). Dito de outra forma, falar em politização significa tratar do processo – ou das estratégias de – “universalização” das questões em jogo afim de inseri-las nos espaços de debates “políticos”.

12 Nas entrevistas, os espaços mencionados sob essa classificação têm como exemplo as ONG’s “CIDADE”,
Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.4, n.1, 2017. ISSN: 2178-5694 8

lado, buscou-se aferi-la através de suas práticas, em grande medida representadas pelas concepções sobre a função do conselheiro, o que o conselheiro precisa “ser” e “saber” para participar, a definição de demandas, a relação do conselheiro com representantes da SMGL, bem como a atuação desses conselheiros em outros espaços como movimentos sociais, associações, partidos, etc. Assim, não se buscou o acordo a uma definição “formal” de participação, mas sim da relação entre a forma como os agentes entendem seu envolvimento com as estratégias de engajamento e militância em pauta.

Desse modo, privilegiou-se a análise das estratégias de engajamento e militância a partir de uma abordagem processual sobre as trajetórias, o que significa encarar a militância na defesa de “causas” específicas e não como “simples reflexo de constrangimentos estruturais ou de um cálculo utilitário” (AGRIKOLIANSKY, 2001, p.30) mas a partir das concepções pelas quais o atores pensam suas práticas com o objetivo de elucidar as condições nas quais as diversas definições quanto à participação são adquiridas e qual sua relação com trajetórias distintas.

A apresentação deste trabalho está organizada em duas seções principais e uma última parte destinada às conclusões¹³. A primeira seção tem o objetivo de investigar as formas através das quais a militância em diversos espaços, anteriores e em paralelo ao OP permitem diferentes definições de “participação” e formas de investimento.

A segunda, se divide em duas partes. Na primeira, as intervenções dos conselheiros no COP são analisadas de maneira a evidenciar as diferentes tomadas de posição e a constituição de oposições. Na segunda parte, busca-se uma articulação entre recursos e estratégias mobilizados nas reuniões do COP e as diferentes concepções quanto aos “usos” e “finalidades” do OP e seu efeito sobre diferentes modalidades de mediação. Por fim, à guisa de conclusão, são apresentados os resultados da pesquisa, apontando para a constituição de dois conjuntos de posicionamentos sobre “participação” e que se distinguem quanto a formulação e “politização” de “demandas” marcadas, ora por um engajamento que põe na própria luta as definições da “participação”, ora

“Resistência Participativa Despertar Coletivo” e “Solidariedade”, além do “Forum Social Mundial” e do “Congresso da Cidade”, evento promovido pela SMGL e que integra um ciclo de encontros envolvendo programas da prefeitura e ONG’s sobre o tema “participação”.

¹³ Cabe aqui apontar que, devido a restrições de espaço, no presente artigo buscou-se dar atenção principalmente à interpretação dos dados empíricos coletados. Uma exposição mais extensa desses dados, como a análise individual e pormenorizada das trajetórias e exemplificações mais exaustivas de trechos das atas de reunião podem ser encontrados em Doré (2015).

pelo compromisso quanto ao acesso aos recursos.

2 Modalidades de engajamento e concepções de “participação”

Segundo seu regimento interno, o COP tem a função de planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre o conjunto de receitas e despesas do orçamento municipal sobre investimentos (CUENCA, 2008; p.136). Os conselheiros têm também a função de fiscalizar o conjunto de pareceres da prefeitura sobre as obras e serviços “demandados” e revisar o Regimento Interno do OP, por exemplo, quanto aos critérios gerais e técnicos para seleção de prioridades, sobre as eleições para conselheiro e nomeação de delegados, das datas de assembleias, das responsabilidades da prefeitura, etc. Também votam a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), peça contendo o conjunto das demandas e hierarquização de prioridades. Em seguida a LDO segue para votação na Câmara Municipal e em seguida para sanção do prefeito (FEDOZZI, 2000a).

Cabem aqui algumas considerações sobre os possíveis condicionantes que levam alguém a aderir a uma causa, o que se espera conseguir com essa adesão, e qual o efeito desse engajamento nas trajetórias. Primeiramente, deve-se ressaltar que a adesão a uma causa não é senão um ato oficialmente inaugural de um itinerário que deve ser analisado como uma carreira, como um sistema de interações inscritas nas estruturas e produtor de um conjunto de eventos, experiências, posições e realizações. Falar em carreira significa, portanto, considerar o engajamento militante enquanto processo que gera mudanças de perspectiva, como o fortalecimento ou enfraquecimento das motivações para aderir a causa e a valorização, ou também a perda de interesse, por certas formas de retribuição. Para aqueles os quais as “disposições e sequências de eventos” os conduzem a se engajar “de maneira durável”, um efeito do engajamento nas trajetórias aparece a partir do aprendizado de princípios e esquemas de percepção (GAXIE, 2005, p.176) – trata-se da adesão a concepções que vão, desde uma formulação intelectualizada (como a idéia de “capital cívico”, “cidadania” ou “capital social”), até a defesa de ideais “comunitários”¹⁴. Isto posto, falar em carreira significa pensar o

¹⁴ A expressão “ideal comunitário” é utilizada aqui em referência às classificações descritas por Kuschnir (2000) Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.4, n.1, 2017. ISSN: 2178-5694 10

militantismo também “a partir das categorias pelas quais os atores pensam suas práticas” (AGRIKOLIANSKY, 2001, p.32). Assim, centrar a atenção em atores nos permite refletir sobre “padrões e mecanismos sociais mais amplos”, de modo que não se trata de “comprar o discurso”, mas entendê-lo como um aspecto da estrutura a ser explicada (GRYNSZPAN, 1990, p.2).

Em segundo lugar, como aparece em estudos que buscam resgatar o contexto do qual emergiram as primeiras iniciativas de “participação popular na gestão pública” em Porto Alegre (FEDOZZI, 2000a; BAIERLE, 1992; SILVA, 2001), a gênese do OP na cidade estaria intimamente relacionada ao envolvimento de associações de moradores e movimentos sociais interessados na distribuição dos recursos disponíveis – o que sugere a necessidade de compreensão das interações entre o engajamento no OP e diferentes “militâncias”. Nesse sentido, a passagem de uma causa a outra, entre diferentes formas de organização e mobilização, é aqui interpretada a partir da acumulação de recursos e as maneiras segundo as quais esses recursos são negociados, ativados, valorizados (COMBES, 2004, p.381). Trata-se de relacionar os diferentes espaços de militância ocupados pelos conselheiros – como associações de moradores e sindicatos – com a posse de diferentes recursos – como as redes de contatos adquiridos junto a repartições públicas, o conhecimento do regimento interno, “habilidades técnicas” referentes à manipulação dos códigos da administração pública e finanças, bem como a familiaridade com os “problemas” da “comunidade” e o que é definido no meio como “liderança”.

Considerando que as possibilidades reais de intervenção no processo estariam ligadas a posse de determinados recursos sociais, é ilustrativo o fato de que, entre a totalidade de participantes, 11,52% tenham renda familiar de até 2 salários mínimos, 41,9% com ensino fundamental completo ou incompleto e onde 65% destes participam em alguma entidade, associação ou movimento social. Com relação a população de conselheiros, as variáveis apontadas se intensificam, mostrando uma maior taxa entre aqueles com renda de 4 a 8 salários mínimos (26,45%) - sendo essa taxa de 19,3% para delegados e de 11,9% para os demais participantes não eleitos - com elevado grau de escolaridade em comparação aos demais - são

sobre o trabalho “de base” de políticos em um município fluminense. A “comunidade” é mencionada como referência a uma distância física e simbólica entre o bairro da periferia e a prefeitura. Está comumente associada a carências, necessidades, demandas ou, simplesmente, “problemas”, podendo ser identificada a partir de um conjunto de problemas comuns, não por uma forma de organização ou geografia. A partir dessa noção de “comunidade”, faz-se “a distinção entre problemas individuais e 'comunitários’”. (KUSCHNIR, 2000, p.108-p.111).

31,5% de conselheiros com ensino superior completo e incompleto, comparados com 21,1% entre delegados e 18,5 para os demais. Por outro lado, a “importância do tempo de participação como critério de legitimação” (CUENCA, 2007, p.80) é sentido quando observa-se que a taxa de reeleição para o cargo de conselheiro chega a 28,1% (para eleito até duas vezes) e 28,2% para os que foram eleitos 4 vezes ou mais¹⁵.

Das trajetórias analisadas, e como apontado por Combes (2004) a respeito da interseção entre diferentes tipos de militância e seus efeitos na acumulação de recursos distintos, observou-se o momento de entrada no OP – seja apenas como participante ou ouvinte nas assembleias - como uma maneira de dar seguimento a um engajamento anterior em causas distintas. Ou seja, na medida em que o OP se impõe enquanto forma de disputa por recursos públicos, tende a induzir a "participação" de todos os interessados por essa repartição, criando um campo de possibilidades de atuação, mais necessariamente para aqueles já envolvidos na militância sindical, partidária ou associativa, como um processo catalisador de modalidades de engajamento e militância (CORADINI, 2012, p.100). Nesses casos, a militância no OP se inicia já carregada de definições anteriores¹⁶ e que ensejam disputas sobre as apropriações do mecanismo, que aqui tomam a forma das disputas pela “participação” do conselheiro no processo.

Ao considerar os esforços do OP no sentido de articular as dimensões mais locais com aquelas mais gerais através da articulação entre “região” e “temática”, o acesso as estruturas centrais de distribuição passam pelo rompimento dos condicionantes periféricos (caso dos conselheiros G.¹⁷ e C.¹⁸). Entendida a dinâmica centro/periferia para o caso do OP como uma

15 Considerou-se aqui, pesquisa realizada por Fedozzi et all (2013), os dados referentes a renda, associativismo e escolaridade, dizem respeito a coleta realizada pelo autor em 2009 e aquele referente a escolaridade do total de participantes é referente ao ano de 2012.

16 Segundo Lagroye (1993, p.171), os agentes envolvidos na interação política, sobretudo aqueles antes exteriores a ela, introduzem na sua relação com outros agentes, a sua prática habitual – adaptando-se às regras desse espaço, mas também fazendo valer as regras de seu espaço anterior.

17 Natural de São Joaquim (SC), filho de professor primário, mudou-se para Porto Alegre em 1971, então com 18 anos e trabalhando como carpinteiro. Trabalhou na construção civil e por 13 anos como zelador em uma escola filantrópica de confissão católica. Atualmente está de licença médica e mora em uma casa em bairro da periferia (Lomba do Pinheiro) em terreno que adquiriu por usucapião. Foi conselheiro do OP pela região Lomba do Pinheiro entre 1995/96 e entre 1998/99. Devido a problemas de saúde, por volta de 2006 deixa de comparecer às assembleias e plenárias do OP. Já foi filiado nessa ordem ao PDT, PT, PSDB e de volta ao PT, do qual se desligou em 2012.

18 Nascido no interior do RS, filho de pequenos agricultores, se mudou para a capital aos quinze anos, onde completou o ginásio. Já foi de mecânico a vendedor de livros. Hoje descreve sua atual ocupação como “educador oficinairo” na ONG que ajudou a fundar em 2002, um centro de educação que, segundo o conselheiro, atende 200 crianças de 6 a 15 anos e é financiado por convênios com a prefeitura, doações e arrecadações voluntárias. Em 1984

hierarquização social do espaço geográfico (CORADINI, 2012, p.73), as concepções sobre a “participação” no processo tendem a se distanciar cada vez mais das considerações a respeito de suas etapas específicas¹⁹. Estão em questão trajetórias que iniciam seu itinerário a partir de associações de moradores e ONGs assistenciais antes do OP, mas que tendem a deixá-lo a partir de 2005 (caso da conselheira R.²⁰), ano em que a Prefeitura de Porto Alegre é substituída por posições político-partidárias até então hegemônicas, transferindo ao OP novos referenciais quanto a modalidades de distribuição de recursos públicos²¹.

No que diz respeito à aquisição de competências e o seu significado relacional, as “habilidades” ligadas a “participação” como conselheiro são de natureza distinta e de acordo com diferentes modalidades de engajamento e militância. As trajetórias conectadas a valorização dos efeitos “pedagógicos” (conselheiros J.²², F.²³ e em alguma medida, conselheira R.), onde o repasse de recursos e cumprimento de demandas ocupam uma posição secundária nas narrativas, estão relacionadas a uma “militância moral” (AGRIKOLIANSKY, 2001) e à defesa pela

trabalhou como zelador da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo. Iniciou sua participação em 1989 como delegado da região Centro, foi conselheiro da região Centro por sete vezes e da temática Saúde entre 2008 e 2010.

19 A esse respeito, vale apontar que nas entrevistas feitas, e que descrevem trajetórias nesse sentido (mais marcadamente para o conselheiro G.), a menção ao OP aparece apenas tangenciando algum outro “problema” enfrentado pela “comunidade”.

20 Natural de Caxias (RS), formada em engenharia mecânica. Em 2000 mudou-se para Porto Alegre, onde atualmente é diretora de uma casa de convivência que atende moradores de rua. Começou a frequentar as reuniões do OP em 2001 e em 2003 e 2004 foi eleita conselheira da temática Cultura. Ao elegeres conselheira no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) em 2005, não se candidata mais ao COP, passando apenas a frequentar as reuniões do OP na região Centro e na temática da Cultura e da Assistência Social como delegada até 2006. Até 2015 foi Conselheira do CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social).

21 Com a instauração SMGL pelo então secretário Cezar Busatto (PMDB) em 2005, no início da gestão do prefeito José Fogaça (PPS à época), o OP passa a ser abrigado juntamente com demais programas – entre eles, a Governança Solidária Local.

22 Natural de Taubaté (SP), formado em Economia, filiado ao PSB desde 2009 e conselheiro da temática Desenvolvimento desde 2013. Foi Secretário de Meio Ambiente do Diretório Municipal do PSB de Porto Alegre, primeiro suplente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), ligado a secretaria municipal de urbanismo e 2º secretário do conselho deliberativo da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre) para o triênio 2013/2016, compôs também comissão formada para organização do “Fórum Social Mundial 2016”.

23 Filho de pai advogado e professor e político e de mãe “dona de casa”, é natural de Porto Alegre. Estudou em escolas pertencentes a congregação Marista, formou-se bacharel em direito, tendo passado por diversas burocracias públicas. Consegue uma bolsa para estudar na Itália, entre 1979-1980, onde se especializa em direito agrário. Militou na representação jurídica de “movimentos de áreas ocupadas” pela regularização fundiária, a partir de 1991. Em 1994 é eleito Conselheiro da Temática Desenvolvimento, sendo reeleito para os anos de 1995, e 1996 e depois em 2013 e 2014. Nesses anos, participou da fundação de ONG destinadas a conscientização política (“Solidariedade” e “Resistência Participativa”).

retomada da “essência” do OP²⁴. Por outro lado, entre aqueles conselheiros de base social mais baixa (conselheiros G. e C.), a atenção mais valorizada quanto ao repasse de recursos e o desenvolvimento da “comunidade”, “vila” ou “bairro” está ligada à socialização em associação de moradores, onde a “participação” é lida pela capacidade de mobilização da “comunidade” em torno de um interesse “comum”. Nesse sentido, para além da correspondência entre atributos valorizados (militância prévia em associações e aquisição de um *savoir-faire* específico, por exemplo) e os discursos adotados (desde uma visão pedagógica do processo à valorização do repasse de recursos), a militância no contexto em pauta reflete as disputas em torno não somente da distribuição de recursos, mas dos próprios termos que definem a “participação” no OP: “o que” deve ser disputado e “como”.

Contudo, de forma a inserir as trajetórias analisadas no contexto mais geral do universo de conselheiros, vale mencionar que a aquisição de competências – as “habilidades”, ou condições objetivas de intervenção no processo – é indicativa das propriedades concernentes à capacidade de “operar uma construção propriamente política do espaço político” (GAXIE, 1987, p.31)²⁵. Trata-se aqui da capacidade de politização ligada a características que envolvem desde escolarização, passagem por espaços de socialização e a capacidade de leitura do que é “político”.

Em síntese, a relação entre as concepções de “participação” e as disputas pelos usos do OP associam-se aqui tanto a militância associativa quanto pela “disputa” propriamente dita pelos recursos e a representação de “comunidades” ou “bairros”. Nesse sentido, a seção seguinte preocupa-se com as formas através das quais são tomadas as posições nas reuniões do COP e como estas se relacionam com diferentes modalidades de mediação, seja quanto a manutenção da formatação do processo que se deseja “manter” ou “retomar”, seja através da politização de

24 Como já demonstrou Coradini (2009, p.201), certos mecanismos de participação revelam o cruzamento de diferentes esferas sociais e lógicas de ação em que os tipos de retribuição do engajamento e da militância devem ser contextualizados e podem constituir, de maneira não exclusiva, retribuições simbólicas, principalmente entre aqueles que apresentam maior capital cultural e interesses ideológicos, políticos ou pragmáticos.

25 Na obra “Les Cens Caché” (1978), Gaxie trata da política (bem como os agentes que dela participam) como a competição por postos no interior do Estado, principalmente os fenômenos relacionados à disputa eleitoral. Ao fazer referência a obra de Gaxie, estamos tratando a “política” como as disputas em torno do OP, seja pelos postos de conselheiro e delegado, seja pelas disputas quanto ao repasse de recursos e cumprimento de demandas. Valendo ressaltar que tais disputas não estão alheias às disputas por postos no interior do Estado, marcadamente por postos em cargos de “confiança” ou “comissionados” – como foi observado por Coradini (2012) para o caso do OP em nível estadual e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul.

“demandas”.

3 Mediação e politização no COP

O COP, como espaço de *mis en scène*²⁶ do OP, das características que representa, de múltiplos engajamentos e de convergência de trajetórias, é lugar de inúmeras disputas e tomadas de posição que circunscrevem o espaço do *dizível* e do *pensável*. Nesse sentido, as reuniões são um espaço privilegiado no conjunto das disputas onde as “demandas” e “problemas” ligados a uma região ou temática ganham *status* de preocupação geral inserindo-se, assim, no conjunto de negociações a partir do COP.

Partindo dessa problemática, está em jogo identificar as diferentes tomadas de posição²⁷ no COP, marcadamente aquelas referentes a definição do papel do conselheiro, o que lhe autoriza a “participar”, e às tomadas de posição que estabelecem “compromissos”, seja entre conselheiros e “governo”²⁸, seja entre conselheiros e delegados.

Cabe notar que, como mostrado na seção anterior, as definições de participação fazem parte de diferentes modalidades de engajamento e militância que convergem no OP como aglutinador das disputas por recursos. Assim, mais do que apenas um repertório de classificação, as tomadas de posição refletem – é o que esperamos demonstrar nesta seção – distintas modalidades de mediação.

Isto posto, o estudo da mediação²⁹ no contexto em pauta significa, em primeiro lugar, tratar as relações para além dos condicionantes que contrapõem patrão e cliente. Segundo definição proposta por Silverman (1977), o mediador é identificado como portador de duas

26 Expressão utilizada por Agrikoliansky para se referir ao comitê central da “Liga dos direitos do homem” (*Ligue des droits de l'Homme*) (AGRIKOLIANSKY, 1994; p.95).

27 As tomadas de posição são compreendidas aqui como o resultado de negociações e compromissos múltiplos em um espaço de representação política (COLLOVALD & GAÏTI, 1990; p.9).

28 A expressão “governo”, classificação empregada pelos conselheiros, diz respeito a todo aquele que responde pela Prefeitura, o que compreende ocupantes de cargos comissionados, concursados, secretários e o Prefeito. As denominações utilizadas podem, portanto, variar de diversas formas (“poder público”, “governo”, “agentes de governo”, “prefeitura”, “executivo”, etc.) e serão assim empregadas ao longo do texto.

29 Com diferentes variações, a mediação é tratada por diversos autores a partir de uma relação entre duas estruturas (WOLF, 1956; BOISSEVAIN, 1966; BAILEY, 2001). Nessa relação, o intermediário ou *broker* constitui-se como o agente capaz de conectá-las, estabelecendo uma variedade ampla de trocas (LANDÉ, 1977, p.63; BAILEY, 2001, p.167; MEDARD, 1976, p.113).

características principais. Em primeiro lugar, as ações levadas a cabo pelo mediador devem ser “críticas”, no sentido de cruciais e de importância direta para a estrutura básica de ambos sistemas postos em contato (local/nacional, centro/periferia, parte/todo, comunidade/governo). Em segundo lugar, deve-se levar em conta o caráter de quase-exclusividade (*near-exclusivity*), no qual os mediadores seriam os únicos depositários dessa função – ou seja, se alguma ligação (*link*) pode ser feita entre duas estruturas, esta deve ser feita pelo mediador. Como resultado, o número de agentes com o *status* de mediador é sempre limitado. Assim, na medida em que possibilidades alternativas de ligação aparecem a disposição - perdendo os mediadores sua exclusividade no controle da conexão - estes têm sua condição enquanto tal ameaçada (Silverman, 1977, p.294).

Assim, o êxito do mediador pode ser considerado a partir de sua “capacidade de circular e compreender diferentes códigos e valores, adaptando-os e traduzindo-os para promover a comunicação entre grupos” (KUSCHNIR, 2001; p.144). O que lhe possibilita a circulação em universos distintos – entre a “comunidade” e o COP – e a ativação de uma competência específica – a manipulação do regimento interno ou o conhecimento sobre as finanças do município, por exemplo.

Isto posto, todo posicionamento tomado pelo conselheiro tende a se basear em um senso de legitimidade que lhe autoriza desde a tomar a palavra no microfone a confrontar uma autoridade, um “agente de governo” (CUENCA, 2007). É o que lhe autoriza a falar em nome de uma região ou temática, em nome da “comunidade” ou dos “usuários do transporte”, por exemplo. Seja para defender-se de acusações ou para valorizar seu posicionamento, as características que fundamentam essa legitimidade podem ser expressas através da quantidade de votos que o conselheiro recebeu, pelo número de vezes que foi eleito, há quanto tempo participa (“tempo de OP”), ou quanto ao número dos afetados pelo cumprimento de uma demanda. A defesa dessa legitimidade também pode advir da contraposição a atributos socialmente valorizados, como o diploma escolar (“*não sou advogada, mas tenho legitimidade*”, Conselheira Região Leste, 21/08/2014). Em um ambiente onde o “social” não é tema dominado no espaço de representação (COLLOVALD & GAÏTI, 1990) mas, antes, tema central na disputa pela representação dos mais “carentes”, os atributos mais valorizados – reconvertidos nessa “legitimidade” – podem aparecer como aqueles adquiridos nas militâncias prévias à entrada no COP e que, como observado acima, se mantêm.

Essa legitimidade, como expressão de um poder autorizado, pode se desdobrar na referência a várias classificações em jogo: o pertencimento a uma “comunidade”, a qualificação de um problema como mais ou menos grave – afetando um número maior ou menor de pessoas – a intimação de um agente de governo, a imposição para que o processo seja conduzido de tal ou tal forma, etc. Seja para se defender de acusações ou para valorizar seu posicionamento, o recurso a essas classificações pode ser usado para que o acesso de um conselheiro a uma demanda (uma rua asfaltada, a ampliação de vagas em uma creche, etc.) não seja caracterizado por seus pares como “facilitação” ou “favoritismo”:

A Lomba do Pinheiro acabou de chegar e dizer [...] que vão lá o cabo eleitoral do secretário tal, o chefe de gabinete também. [...] eles vêm: “Fala bem do meu secretário aí, nós te damos aquele serviço lá” (Conselheiro, Temática Educação, Esporte e Lazer, 03/12/2014)

Assim, os trechos do regimento interno que dispõem sobre o papel do conselheiro e suas prerrogativas não descrevem senão uma das possibilidades de uso das classificações ali presentes, de modo que o pertencimento a uma região ou temática, o número de plenárias a serem realizadas e o número de vezes que o conselheiro pode ser eleito são regulamentos que podem ser reivindicados ou descartados em diferentes contextos. Isto posto, as lógicas de pertencimento, ou o recurso a “localismos” aparecem como estratégia em oportunidades distintas, como a defesa da representação através do acúmulo de conhecimento sobre o espaço ou do capital adquirido pela militância junto a “comunidade” e também a sua negação, na defesa de que determinada “obra” terá impacto em “toda Porto Alegre”:

O conselheiro sai de qualquer partido, mas não larga o povo, porque eu amo meu povo e minha região, se tiver que dar o meu sangue eu dou, eu brigo, mas governo nenhum vai calar a minha boca e salário nenhum vai me abafar. (Conselheiro, Região Humaitá/Navegantes, 26/05/2015)

A “comunidade”, como referência a uma distância física e simbólica entre o bairro da periferia e a prefeitura, é comumente identificada a partir de um conjunto de problemas comuns, onde a heterogeneidade de sua população e os conflitos ali presentes, são unificados pela fala do conselheiro. A representação em nome da “comunidade” é, assim, valorizada na medida em que permite ao conselheiro fazer a distinção entre problemas individuais e coletivos (KUSCHNIR,

2000; p.108-111) e se posicionar como representante potencial desses “interesses coletivos” (BARREIRA, 2009; p.245):

Então, como informe, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Secretário, de a gente marcar um dia uma visita lá na nossa comunidade, porque a gente tem muitas coisinhas pequenas de serem resolvidas e muito importantes para a nossa comunidade. (Conselheiro, Região Sul, 27/05/2014)

Temos a impressão, Secretário [SMGL], que estamos sendo enrolados, com o perdão da palavra. Não é isso que eu estou dizendo aqui, mas é a impressão que a comunidade tem. (Conselheiro, Região Glória, 06/05/2014)

Contudo, a defesa do “interesse coletivo” não se encerra na referência à “comunidade”, mas diz respeito também à constante censura feita contra os “interesses partidários”. Construído o OP a partir da inclusão das associações de moradores e demais movimentos sociais (FEDOZZI, 2000a) e a formalização dessa representatividade a partir da nomeação de delegados, o discurso do conselheiro que traga a suspeita de uma “fala partidária” viria a comprometer essa relação, de modo que alguns conselheiros que tem sua filiação partidária reconhecida pelos demais, comumente adiantam suas intervenções com a expressão, “essa não é uma fala partidária”:

Eu acredito que esta não tenha que ser, por mais que algumas pessoas tenham o partido A ou o partido B, esta não tem que ser uma discussão político partidária. Esta é uma discussão ligada diretamente à vida da população porto-alegrense. (Conselheiro, Temática Cultura e Juventude, 11/02/2014)

Então, eu quero dizer que vou lá em nome da Cidade de Porto Alegre, [...]. Não será uma fala partidária, falarei do processo e daquilo que eu entendo que são avanços. (Conselheiro, Temática DETTT, 05/02/2014)

O Orçamento Participativo foi criado por uma sigla partidária, veio com esse intuito e nós pegamos enquanto movimento social, bancamos, está até hoje e vai ficar, vamos estar aqui na resistência. [...] e que a gente não deixe que as siglas partidárias tomem conta do nosso Orçamento Participativo. (Conselheira, Região Eixo Baltazar, 17/03/2015)

É também necessário levar em conta uma cadeia de deveres que permeia o processo e que é constantemente reivindicada pelos conselheiros. Uma cadeia internalizada como parte indissociável do processo, onde os delegados devem cobrar de seus conselheiros e os conselheiros devem cobrar das autoridades (“governo”) e de seus pares no COP. Nesse cenário, a atuação do conselheiro se circunscreve a uma representação delegada (BOURDIEU, 1981, p.19),
Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.4, n.1, 2017. ISSN: 2178-5694

onde a sua permanência é legitimada - no sentido de fundamentada e autorizada pela crença no seu propósito - a partir da capacidade do conselheiro em captar recursos para as demandas apresentadas pelos delegados, bem como dar “visibilidade” a suas “comunidades” e entidades que representam – o que aparece como uma delegação e divisão do trabalho de contestação (“*Na nossa região, todo tipo de decisão é tomada pelos delegados, o papel do conselheiro é fazer com que ela seja encaminhada e respeitada.*”³⁰). Assim, ao demandar no COP, não está só em debate a validade da demanda, mas a divisão do trabalho administrativo (“gestão da cidade”) e do trabalho de representação (COLLOVALD & GAÏTI, 1990; p.11) do conselheiro, além de um debate constante sobre o sentido daquela participação e daquele mecanismo.

Cabe apontar que essa cadeia que, de certa forma, disciplina a participação no OP não se expressa de forma acabada e definitiva quando um conselheiro dá voz a uma “demanda” e esta é inserida no PI do ano seguinte. Pelo contrário, se constitui enquanto processo contínuo e inacabado de negociações³¹ entre os espaços nos quais as traduções responsáveis pela passagem do *particular* ao *geral*, ou do *local* ao *central* de determinado tema se torna um problema político maior a respeito do qual são convocados valores, referências históricas, “projetos emocionais” e “lógicas argumentativas inconciliáveis” (LAGROYE, 1993; p.454).

Por outro lado, se “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (BOURDIEU, 1997; p.161), a relação, às vezes pessoal, entre o conselheiro e secretários ou coordenadores dos CARs pode corresponder a determinadas taxas de êxito - entendida como desde a inscrição de “demandas” no PI, até a execução de pequenas obras de infra-estrutura “solucionada” pelo CAR de determinada região - e à aproximação das “comunidades” e entidades representadas em relação ao centro. Essa aproximação pode ser observada nos posicionamentos referentes, inclusive a um conselheiro considerado como “bem sucedido” (DAMO, 2006; p.176) e que, em dada ocasião, defende que o CAR de sua região seja poupado da crítica sobre os demais:

30 Entrevista, conselheiro C.

31 As pesquisas levadas a cabo por Silva (2001) e Cuenca (2008), no contexto do OP de Porto Alegre, apresentam exemplos das várias dimensões que envolvem o processo e que implicam reconhecer o momento de mobilização e intervenção nas reuniões e plenárias como parte de um todo mais amplo que não aparece no espaço público na forma de uma suposta “‘performance’ deliberativa” (CUENCA, 2008; p.135).

Na minha região do Centro, por exemplo, não está doendo nada. Entendeu? [...] Eu não tenho que envolver o meu CAR se está tudo correndo como a gente quer. (Conselheiro, Região Centro, 05/02/2014)

Além disso, as estratégias de aproximação relacionam-se também a lealdades político-partidárias as quais, censuradas no COP, se expressam nas negociações prévias aos posicionamentos. Esse efeito pôde ser observado com relação à trajetória dos conselheiros C. e G., onde a aproximação com o “governo” se manifesta no apoio aos partidos políticos respectivos. Todavia, vale salientar o sentido ambivalente desse aspecto, na medida em que diferentes estratégias de “articulação” têm por efeito aproximar ou afastar conselheiros entre si, ao mesmo tempo em que os aproxima do “governo”. Ou seja, se por um lado a “participação” se define pelo acesso a recursos, por outro estaria ligada a aproximação entre “participantes”. Nessa segunda perspectiva, ao se aproximar do “governo”, o conselheiro estaria se “distanciando” do OP.

Ao comparar as definições fornecidas tanto por conselheiros quanto por representantes da SMGL, pode-se observar a maneira segundo a qual os CARs se contrapõem ao OP, em grande medida devido a uma perspectiva de solução de conflitos através da idéia de “governança” e que entra em confronto com aquela compartilhada entre conselheiros, de que só estaria habilitado a intervir na “comunidade” aquele que é escolhido por ela. Tais conflitos estariam diretamente relacionados à condição de manutenção da posição do conselheiro enquanto mediador e da manutenção da condição de “liderança” que o habilita a ingressar no COP. Contudo, tais posicionamentos se manifestam em oposição aos sentidos e estratégias de aproximação entre “governo” e “comunidade” como condição de acesso aos recursos.

Dessa forma, se as perspectivas de acesso se relacionam com a aproximação entre comunidade/governo, os posicionamentos tendem também a se opor quanto ao programa de GSL, promovido pela SMGL. Em grande medida, os termos dos posicionamentos a respeito da GSL se dão com referência às possibilidades de retribuição em pauta, bem como a consagração de trajetórias. Dito de outra forma, o secretário da SMGL, ao sugerir a GSL como uma “parceria”, exclui a dinâmica de disputas e enfrentamento, as “lutas” a partir das quais as obras são “batalhadas” pela comunidade (RUPPENTHAL, 2010; p.50-55) e que podem ser futuramente reconvertidas em trunfos que simbolizem “liderança” e autorizem a manutenção do conselheiro como mediador dessa relação.

[A SMGL] teve como concepção a idéia de que era preciso estabelecer uma relação de novo tipo do governo com as comunidades, uma relação que não fosse apenas baseada na questão da disputa de recursos orçamentários, como preconiza o OP. Que essa relação, ela tivesse uma concepção mais colaborativa. (Entrevista, Secretário Cezar Busatto, SMGL, 2/08/2014)

Ele [Busatto] deveria trabalhar a governança por dentro do processo, e ele quis fazer paralelo. Isso foi um erro do Busatto: querer medir forças com o OP. [...] O OP trabalha com a consciência política e não com a compaixão ou com a caridade que é a governança. A governança solidária passa a ser... "ah, todo [mundo] é bonzinho", não existe isso, o mundo é cruel, é disputa. Uma disputa que deixa a sociedade aparar seus conflitos. (Entrevista, Conselheiro F., 12/08/2014)

Em síntese, e partindo do pressuposto segundo o qual a lógica das posições adotadas pelo conselheiro ao longo do processo pode ser captada ao se levar em consideração as próprias estratégias de engajamento e suas expectativas de retribuição (GAXIE, 1977), é possível considerar que: se as estratégias de engajamento voltadas para a construção de lideranças comunitárias tem nas obras demandadas sua retribuição, aquelas construídas com vistas a uma formação política encontram na própria participação um retorno de seu engajamento. Essa última forma de retribuição se apresenta sob a forma de posicionamentos que tendem a mobilizar o COP, em detrimento de representações “locais”. Uma demanda não atendida, uma informação não esclarecida pela prefeitura, a situação de um convênio, a organização dos trabalhos do OP (datas de plenárias, por exemplo) são usadas como veículo para a mobilização em conjunto do COP. Assim, se a manutenção dos contratos e convênios com a prefeitura é condicionante da “eficácia” do conselheiro no processo, ela é vista com certa desconfiança por aqueles conselheiros, como já mencionado, ligados a um discurso “universalizante” de “cidadania” e que tendem a enxergar tais estratégias como monopólios a serviço de clientelas.

Por outro lado, para conseguir acesso aos recursos, ou para defender a tese de que tais recursos podem ser negociados, se faz necessária a manutenção de uma constante ambivalência sobre o que se caracterizaria como “político”, ou uma extrema politização das coisas (CORADINI, 1998; p.106). Nesse sentido, os limites do que é “politizável” se dão a partir da posição do conselheiro no espaço das representações do OP. Ou seja, se em certa medida é possível trazer ao COP colocações de toda sorte, que vão desde uma árvore caída à construção de uma escola, por outro lado, restringe-se o universo do que é político passando aos termos do que

é técnico.

A partir dos posicionamentos acima referidos, é possível visualizar dois sentidos nos quais o conselheiro ocuparia a posição de mediador. Em primeiro lugar, trata-se da condição de intermediário entre a região ou temática e o “governo”, defendida tanto pela posse do conhecimento sobre o “local” quanto pela sua capacidade de mobilização. Neste ponto, onde está em jogo o repasse de recursos às “comunidades”, a mediação se configura como uma estrutura de acesso a recursos e através da qual o conselheiro preserva sua posição enquanto agente habilitado a representar as “necessidades” da “comunidade”. A mediação nesse sentido se relaciona, por sua vez, com concepções específicas a respeito das estratégias que visam conectar regiões periféricas àquelas centrais, o que resulta em diferentes expectativas quanto ao acesso a recursos. A conselheira R. e o conselheiro C. são exemplares deste ponto quando observa-se a diferença entre a valorização da negociação de demandas entre conselheiros e a valorização de lealdades político-partidárias, respectivamente.

Em segundo lugar, trata-se da mediação de significados entre dois sistemas de classificação que possibilita o trânsito entre domínios sociais distintos. Nesse caso, a mediação se estabelece a partir da tradução de códigos e seu uso na relação com “agentes de governo”. A compreensão e incorporação de um léxico específico, como “demandar” ou “hierarquizar”, permite incluir o que é específico da “comunidade” no rol de discussões que incluem a “cidade”³². Para tanto, fez-se presente o acúmulo de recursos que possibilitam ao conselheiro se apresentar como “liderança”, seja através da militância em associações de bairro, ONGs, etc., seja pelo acúmulo de bens culturais como o diploma escolar, por exemplo. Neste ponto, para além da capacidade de mobilização, estão em pauta as condições objetivas no “enfrentamento” ao “governo” e que implicam, não somente o conhecimento de problemas locais, mas o reconhecimento social e político (HEREDIA, 2012; p.54) por parte dos demais conselheiros.

4 Considerações Finais

32 Damo (2006) oferece um exemplo nesse sentido quando menciona que “a existência de baratas, alagamentos e lixo nas ruelas dos bicos precisa ser descrita como 'problema de saneamento básico'” e que “o uso adequado desses e de outros termos pressupõe uma dada forma de classificação simbólica do mundo, manifesta pelas performances verbais” (DAMO, 2006; p.143).

Tendo em vista as restrições já mencionadas quanto aos dados e estratégias de análise, o esforço empreendido neste trabalho buscou dar conta de diferentes classificações que definem a participação no COP e como o uso dessas classificações tem efeito na definição do papel do conselheiro e suas estratégias de investimento. De forma resumida, isso significou estabelecer as correspondências entre trajetórias de conselheiros e concepções de “participação”; as diferentes estratégias de engajamento e suas expectativas de retribuição; as tomadas de posição no COP que definem autoridade e legitimidade das tomadas de palavra; e as modalidades de mediação que se apresentam tanto através da disputa por recursos quanto pela tradução de códigos e politização de interesses.

Nesse sentido, as formas a partir das quais são definidas a função do conselheiro se mostraram intimamente relacionadas às trajetórias prévias ao ingresso no OP, bem como a constituição de lealdades e o acúmulo de atributos sociais valorizados. Ou seja, se por um lado as trajetórias que envolvem a militância em partidos políticos e em ONGs de “formação política” definem o conselheiro enquanto agente responsável por “contestar” o “poder público”. Por outro lado, aquelas trajetórias em associações de moradores e entidades “comunitárias” descrevem o papel do conselheiro como responsável pelo acesso aos recursos disponíveis.

A militância no COP, por sua vez, envolve a configuração de diferentes expectativas de retribuição e que tem efeitos nas estratégias de investimento. As retribuições simbólicas aparecem para aqueles com maior capital cultural (caso dos conselheiros J., F. e R.) – como o diploma escolar e uma visão de mundo intelectualizada, pois reprodutora de classificações originárias do universo acadêmico – e uma militância *moral*, dos quais a manutenção do engajamento se conecta à promoção do OP enquanto valor “pedagógico”. Diferentemente, as expectativas de retribuição dadas pela expectativa de acesso aos recursos (caso dos conselheiros G. e C.) estaria ligada a uma militância destinada a superação material das condições de existência em bairros periféricos.

Ademais, as classificações se opõem também com relação às formas de acesso a recursos e que, em última instância, estabelecem as disputas pela manutenção da posição de mediador. Nesse contexto, entram em pauta o programa de Governança Solidária que, ao propor um regime de “parcerias” entre “governo” e “comunidade” entra em confronto com os posicionamentos que definem o OP enquanto lugar de disputa pelo acesso a recursos e de consagração de trajetórias. Já

Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.4, n.1, 2017. ISSN: 2178-5694

a mediação, como observado através das atas e nas tomadas de posição nas reuniões do COP, tem sua expressão nas traduções de códigos e “politização” de interesses. Ou seja, se na medida em que o conselheiro seria aquele habilitado a traduzir uma carência material na forma de “demanda”, essas traduções também implicam nas formas pelas quais interesses locais são universalizados.

Em síntese, por mais que as taxas de êxito no acesso aos recursos em disputa conectem-se a determinadas estratégias que vão desde lealdades político-partidárias a compromissos entre conselheiros, a relevância de tais estratégias (bem como a expectativa quanto aos seus resultados) como determinantes das formas de “participação” mostrou-se relativa pois dependente das próprias construções de sentido que dão base ao engajamento no OP e as possibilidades de retribuição desse engajamento.

5 Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; **SERAFIM**, Lizandra; **TATAGBIBA**, Luciana. Repertórios de Interação Estado- Sociedade em um Estado Heterogêneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325-357.

AGRIKOLIANSKY, Eric. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel: les candidats au comité central de la Ligue des droits de l'homme. *Politix*, vol. 7, n. 27, 1994, pp.94-110

_____. Carrières militantes, et vocation à la morale: les militantes de la Ligue des droits de l'homme dans les années 1980. *Revue française de science politique*, 51^e année, n.1-2, 2001

ALMEIDA, Carla; **TATAGIBA**, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012

BAQUERO, Marcello & **SCHNEIDER**, Aaron. Bases de um novo contrato social? Impostos e Orçamento Participativo em Porto Alegre. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. XI, no 1, Março, 2005, p. 94-127

BARREIRA, Irllys A. F. Participation, Conflit Et Réseaux De Pouvoir Local Dans Le Nordeste Brésilien. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2009, no 73/74, p. 229-255

BAIERLE, Sérgio G. Um Novo Princípio Ético-Político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. 397f. Dissertação (mestrado) – Unicamp, Campinas, 1992.

_____. Porto Alegre Neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público inclusivo. *Cadernos da CIDADE*. Porto Alegre. Nº. 15, volume 12, novembro 2009

BAILEY, F. G. *Stratagems And Spoils: a social anthropology of politics*. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

BEZERRA, M. Otávio. Modalidades de Interação e Visões sobre os Poderes Públicos. *Revista Conversas e Controvérsias*, Porto Alegre, vol.4, n.1, 2017. ISSN: 2178-5694

TOMO, São Cristóvão, n. 11, p.123-137, jul/dez 2007.

BLONDIAUX, L. l’Idée de Démocratie Participative. In: BACQUÉ, Marie Hélène e SINTOMER, Yves (dirs.), *Démocratie participative et gestion de proximité*, Paris, La découverte, 2004.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique. Actes de la recherche en sciences sociales. v. 36-37, p.3-24, fev/mar 1981.

_____. “Efeitos de Lugar”. In: BOURDIEU, Pierre (dir.). *A Miséria do Mundo*. Petropolis, RJ. Ed Vozes, 1997. Vários tradutores.

BOISSEVAIN, Jeremy. Patronage in Sicily. *Man, New Series*, vol. 1, n. 1, mar/1966, pp.18-33.

BUSATTO, governanca solidária e estado minimo. porto alegre: PMPA, 2005. disponível <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smggl/usu_doc/governanca_solidaria_e_estado_minimo.pdf>. Acesso em: 28/08/2014

CARVALHO, Carlos E. C.. & **SILVA**, Glauco P. da. 2006 Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n.16, vol. 3, setembro-dezembro de 2006.

CIDADE, Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. *Fazendo Política: perfil das conselheiras e conselheiros do Orçamento Participativo 2002/2003*. Porto Alegre, RS. 2003.

COLLOVALD, Annie; **GAÏTI**, Brigitte. “Discours sous surveillances: le social a l’assemblée”. In: GAXIE, D. COLLOVALD, A. GAÏTI, B. LEHINGUE, P. POIRMEUR, Y. *Le “social” transfiguré: sur la représentation politique des préoccupations “sociales”*. C.U.R.P.P., Presses Universitaires de France, 1990.

COMBES, Hélène. *De la Politique contestataire à la fabrique partisane: le cas du Parti de la révolution démocratique au Mexique (1989-2000)*. Aix-en-Provence: Université Paris III, 2004. Thèse (doctorat en science politique)

CORADINI, Odaci L. “Origem social, mediação e processo eleitoral em um município de origem italiana”. In: BARREIRA, Irllys & PALMEIRA, Moacir (orgs.). *Enredos de campanha eleitora no Brasil*. Sao Paulo, SP. 1998

_____. Conceptions de “Participation” et de Militantisme dans le Budget Participatif de l’état du Rio Grande do Sul (1999-2002). *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 73/74, p.201-228, 2009.

_____. Conselhos regionais de desenvolvimento, orçamento participativo e confrontos entre concepções de “participação”- e caso do Rio Grande do Sul. In: HEREDIA, M. A. & PALMEIRA, M. (orgs.) *Política, Governo e Participação Popular: conselho, orçamento participativo e outras experiências*. Rio de Janeiro, RJ. 7 Letras. 2012. cap. 2.

CUENCA, BOTEY, Luis Emilio. Participando, Articulando, Cobrando: une compréhension du budget participatif de Porto Alegre au travers des trajectoires des dirigeants. 2007. 195f. *Cahier de recherche (mémoire de master)*– HEC Paris, 2007.

_____. Accion, Decision Y Competencias Deliberativas En El Presupuesto Participativo De Porto Alegre. *Revista de Ciências Sociais (Cr)*, Vol. 3, Núm. 121, 2008, pp. 133- 148

Universidad de Costa Rica. Costa Rica.

_____. Trajectoires Sociales et Paroles Légitimes au Sein du Budget Participatif de Porto Alegre. Cahiers du Brésil Contemporain, 2009, no 73/74, p. 85-118

DAGNINO, Evelina. Políticas Culturais, Democracia e o Projeto Neoliberal. Revista Rio de Janeiro, n.15, jan-abr. 2005 (p.45-65).

DAMO, Arlei S. “A peca orcamentária: os sentidos da participacao na politica a partir do OP porto- alegreense”. FONSECA, Claudia; BRITTES, Jurema. (Org.). Etnografias da Participacao. Santa Cruz do Sul, 2006, v. , p. 136-183.

DORE, Maurício I. Disputas pela “participação” no Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)

FEDOZZI, Luciano. O Poder da Aldeia: genese e historia do Orcamento Participativo de Porto Alegre. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000a. 237p.

_____. Orcamento Participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, N.; MOLL J. (orgs.). Por uma nova esfera pública. Petropolis: Vozes, 2000b.

_____. Observando o Orcamento Participativo de Porto Alegre - análise historica de dados: perfil associativo, avaliacao e expectativas. Porto Alegre, RS. Tomo Editorial, 2007.

FEDOZZI, Luciano *et all.* Orcamento Participativo de Porto Alegre: perfil, avaliacao e percepções do público participante. Porto Alegre, RS. Gráfica e Editora Hartmann, 2013.

FONSECA, Igor Ferraz da; **BURSZTYN**, Marcel; **MOURA**, Adriana M. M. de. Conhecimentos Técnicos, Políticas Públicas e Participacao: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 183-198, jun. 2012

GAXIE, Daniel. Economie des Partis et rétributions du militantisme, Revue Française de Science Politique, vol. 27, no 1, p. 123-154, 1977

_____. Les Cens Caché: inégalités culturelles et ségrégation politique. Paris: Éditions du Seuil, 1978. 274 p.

_____. Editions Le Seuil. Le cens caché. In: Réseaux, 1987, volume 5 n°22. pp. 29-51.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. Swiss Political Science Review. vol. 1, n.11, 2005

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetoria de Tenorio Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

HEREDIA, Beatriz M. A de. “Participacao e politica: experiencias de dois municipios gaúchos”. In: HEREDIA, M. A. & PALMEIRA, M. (orgs.) Política, Governo e Participacao Popular: conselho, orcamento participativo e outras experiencias. Rio de Janeiro, RJ. 7 Letras. 2012.

HEREDIA, Beatriz M. A. de & **PALMEIRA**, Moacir. Política, governo e participacao popular: conselhos, orcamento participativo e outras experiencias. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

HOUTZAGER, P., **GURZA LAVALLE**, A. & **ACHARYA**, A. “Atores da Sociedade Civil e Atores Políticos: Participação nas Novas Políticas Democráticas em São Paulo”. In: Leonardo

- Avritzer (ed). O Associativismo em São Paulo. São Paulo: UNESP. 2004.
- KUSCHNIR**, Karina. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2000, 162 pp.
- _____. “Trajetoria, projeto e mediação na política”. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, Cultura e Política. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2001.
- LACROIX**, Bernard. Ordre Politique et Ordre Social: objectivisme, objectivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M e LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique. La Science Politique; L'Ordre Politique*. v.1. Paris. PUF, 1985, p.469-565.
- LAGROYE**, Jacques. Sociologie politique. 2. ed. rev. et augm. Paris : Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1993. 485 p.
- _____. Les Processus de Legitimation. In: LAGROYE, (dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003. Cap. 15
- LANDÉ**, Carl H. "The Diatic Base of Clientelism". In: *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*. University of California Press. Berkeley (1977).
- MEDARD**, Jean-Francois. Le Rapport de Clientele: du phénomène social à l'analyse politique. *Revue française de science politique*, 26e année, n°1, 1976. pp. 103-131.
- RENNÓ**, Lúcio. & **SOUZA**, Ailton. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em porto alegre. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, p.235-252, fev 2012.
- ROMÃO**, Wagner de M. Muito Além da Sociedade Civil: o sentido do orçamento participativo para governos e partidos políticos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambú. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=94>. Acesso em: 20/10/2011.
- RUPPENTHAL**, Francieli Renata. De protagonista a coadjuvante: um olhar antropológico sobre o OP de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)
- SANTOS**, Boaventura de Souza. Participatory Budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & Society*, Stoneham, Dec 1998, pp.1-33.
- SILVA**, Marcelo Kunrath. Construção da “participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia)
- SILVERMAN**, Sydel F. “Patronage and Community-Nation Relationship in Central Italy” In: SCHMIDT, S. W.; GUASTI, Laura; LANDÉ, Carl H; SCOTT, James C. (Ed). *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*”. University of California Press. Berkeley (1977).
- WOLF**, Eric. Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico. *American Anthropologist*, University of Virginia, n.58, 1956.
- WORLD BANK**, Governance and Development. The International Bank for Reconstruction and Development, Washington, DC, 1992. Disponível online. Acesso em 28/08/2014.

“A opção pelos *insiders*”: O financiamento como variável para o entendimento do campo político¹

Bruno Marques Schaefer²

Tiago Alexandre Leme Barbosa³

Resumo: Nesse texto analisamos a distribuição de recursos financeiros via organizações partidárias para os candidatos ao cargo de deputado federal, no Rio Grande do Sul, em 2014, nos principais partidos políticos da competição estadual: PP, PMDB, PSDB, PDT e PT. Por meio dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os recursos financeiros que são destinados pelos partidos políticos aos candidatos, tínhamos como hipótese que: os partidos políticos não distribuem esses recursos de forma equitativa. Na prática, isso significa a preferência, e a criação de uma “lista informal” dos candidatos “selecionados” pelos partidos. Os resultados indicam que todos os partidos políticos investiram mais nos incumbentes do que nos candidatos novatos, sendo o PSDB uma das agremiações que depositou mais da metade do fundo em apenas um dos seus dezoito candidatos. Esses dados sugerem, que os partidos políticos possuem algum tipo de controle sobre a condução do pleito eleitoral. Nesse quesito, não podem ser entendidos como organizações “frouxas”, pois a elite partidária detém a capacidade de influenciar aqueles que serão os representantes da agremiação na Câmara Federal.

Palavras Chaves: Partidos Políticos. Financiamento Eleitoral. Capital Político. Elites.

Introdução

Em setembro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), propôs que o Brasil passasse do voto em lista aberta para o voto em lista fechada⁴. Um dos tópicos mais debatidos, por cientistas políticos, políticos e jornalistas, no que tange a Reforma Política no país, a mudança de lista acende diversas polêmicas.

Para os defensores da proposta de lista fechada, a adoção do modelo fortaleceria as organizações partidárias, diminuindo os “custos de informação” dos eleitores (ALDRICH, 1995), bem como as campanhas se tornariam mais baratas, afinal de contas, os partidos estruturariam listas preordenadas de candidatos ao Legislativo e, de acordo com o total de

¹ Agradecemos os pareceristas anônimos da revista "Conversas e Controvérsias". Realizamos as alterações propostas, mas, como de praxe, qualquer erro é de nossa inteira responsabilidade.

² Mestrando do PPG em Ciência Política da UFRGS. E-mail: brunomschaefer@gmail.com.

³ Doutorando do PPG em Ciência Política da UFRGS. E-mail: tiagoalexandre@gmail.com.

⁴ Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-03-21/rodrigo-maia-defende-eleicao-com-lista-fechada-mais-transparente.html>> Acesso em: 21 de março de 2017.

votos, preencheriam as vagas de acordo com a mesma. Ao invés de várias campanhas individuais, existiriam campanhas coletivas. Para os opositores da proposta, a predefinição de listas, pelos partidos, daria controle ainda maior aos “caciques” partidários, bem como tiraria do eleitor a possibilidade de votar no seu candidato de preferência. Sobre o primeiro ponto, a suposta ausência de democracia interna nos partidos brasileiros, seria um caminho para que as elites dos partidos concentrassem ainda mais poder, definindo uma lista que as favorecessem. Sobre o segundo, o que ficaria prejudicado é a máxima de que os brasileiros tendem a votar nos candidatos e não nos partidos (MAINWARING, 1996).

No sistema de lista aberta, em tese, os partidos não têm controle sobre quais parlamentares são eleitos, nos distintos níveis de disputa. Esta constatação, reforçada pela literatura, principalmente estrangeira, sobre os partidos brasileiros, tem um fundo normativo: os partidos brasileiros seriam, em sua natureza, frágeis (AMES, 2003). A falta de controle sobre os políticos recrutados e eleitos seria maximizada pelo sistema eleitoral proporcional e a lista aberta. Os partidos, neste sentido, são vistos enquanto máquinas quase que exclusivamente eleitorais, sem vínculos organizativos com a sociedade, e como uma espécie de proprietário que arrenda a sigla de dois em dois anos para distintos políticos (MAINWARING, 1996; AMES, 2003).

Em contraposição a estes achados, diversos trabalhos recentes sobre os partidos brasileiros apontam que estes, a sua maneira, possuem distintos graus de centralização organizativa (RIBEIRO, 2013), conseguem manter a disciplina de seus parlamentares (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995), bem como lançam mão de recursos específicos para garantir a coordenação eleitoral (GUARNIERI, 2011). Neste trabalho, buscamos trazer novos elementos empíricos para a análise destas organizações, vinculando esta literatura de abordagem “organizacional”, com os estudos sobre elites políticas, tal como proposto por Marenco dos Santos (2008).

Pontuamos que, por mais que não exista oficialmente a lista fechada no Brasil, os partidos brasileiros, por meio de suas elites⁵, estruturam filtros de controle sobre a oferta de candidatos ao eleitorado. Por meio da distribuição do financiamento eleitoral, os partidos ordenam uma lista informal de candidatos “preferidos” (CAMPOS, 2009; SPECK &

⁵ Entendemos as elites partidárias enquanto as Executivas, em nível nacional e subnacional (RIBEIRO, 2014).

CAMPOS, 2015). Investigamos, portanto, como esta variável, o financiamento, funciona no que concerne à seleção das elites políticas. A nossa hipótese é que, a despeito das conhecidas críticas que existem a fragilidade dessas organizações, o que acontece durante a definição das candidaturas é a escolha de candidatos *incubents* em detrimento de *outsiders*. Na prática, isso significa que existe algum tipo de controle por parte das direções dos partidos políticos, e essa ação deliberada denota a preferência por determinados candidatos.

As nossas evidências são relativas aos gastos de doação dos partidos políticos realizados para os candidatos ao cargo de Deputado Federal, no ano de 2014, entre os principais partidos políticos gaúchos⁶: PT, PDT, PMDB, PSDB e PP, juntos eles elegeram 21 deputados federais, das 31 vagas de que o Rio Grande do Sul tem direito (cerca de 68%), naquele ano, além de terem eleito todos os governadores do Estado desde as eleições de 1982.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos o problema das elites partidárias e do recrutamento político, pontuamos alguns dos trabalhos que foram realizados, em especial no Brasil, sobre as temáticas, bem como tratamos de explorar, conceitualmente, a noção de capital político, desenvolvida por Bourdieu (1989; 2011). Na sequência, discutimos as limitações da pesquisa e os resultados. Por último, a conclusão retoma alguns achados da pesquisa.

1. A Elite Partidária e recrutamento

Desde o surgimento dos modernos partidos políticos, as discussões sobre a existência do controle de um pequeno grupo de indivíduos, a elite partidária, sobre os demais membros, aparece em autores como Michels ([1911] 1982), Duverger ([1951] 1992) e de forma mais elaborada, sobre a noção de coalizão dominante, em Panebianco (2005). A despeito desse aspecto na organização partidária, ao menos no Brasil, falar em uma elite partidária, em como identifica-la, e quem de fato faz parte desse seleto grupo de indivíduos, ainda constitui uma agenda de estudos pouco explorada pela Ciência Política.

A despeito do baixo interesse pela temática, seria um exagero afirmar que teses e dissertações não apresentam aspectos importantes sobre os dirigentes partidários.

⁶ Seguimos a proposta de Mancuso (2015), ao centrarmos a análise no contexto subnacional. O caso do Rio Grande do Sul, neste sentido, é interessante, pois possibilita uma análise exploratória dos dados. Posteriormente, outras pesquisas podem avançar na comparação entre estados e/ou entre partidos.

Especificamente sobre elite partidária, Rodrigues (1989) analisou a composição social da Executiva petista, que depois, seria objeto de Ribeiro (2008) tanto sobre a composição social quanto sobre o suposto processo de "oligarquização". Posteriormente, Ribeiro (2014) investigou comparativamente as executivas dos principais partidos políticos brasileiros, tendo como foco, a presença de dirigentes com cargos políticos à frente dessas instâncias. Já sobre a oligarquização, a nível estadual, Lucas (2003) se valeu da proposta de Schonfeld (1980) para análise do PMDB e PT gaúchos. O objetivo dessa breve revisão, não é inventariar toda essa literatura, mas chamar atenção para o fato do que seria a elite partidária e de algumas tentativas em se estudá-la.

Do ponto de vista analítico, a questão passa ser então como identificar este grupo. Na produção sobre elites políticas, existem ao menos três formas de as identificar, conforme afirma Codato (2015). O autor, a partir de exemplos encontrados na literatura, destaca os métodos: *posicional*, *decisional* e *reputacional*. No caso dos partidos políticos, estaríamos diante de pelo menos dois tipos de elites, tanto aquele grupo formado por quem ocupa cargos formais no interior das organizações tanto aqueles que detém influência, mas não ocupam cargos formais.

No nosso caso, optamos pela definição de coalizão dominante de Panebianco (2005). Em termos teóricos, o conceito do autor remete a sua concepção sobre o que é um partido político, enquanto uma organização que interage com o ambiente externo, e que lida com dilemas organizacionais. Dentro dessas organizações estaria a coalizão dominante, que nas palavras do autor:

[...] é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido. (PANEBIANCO, 2005, p. 74)

Note-se que a definição do autor, em termos da agenda de pesquisa de elites políticas, é conformada tanto do ponto de vista de indivíduos em posições formais (método *posicional* Mils (1981)), quanto por “agentes externos”, que podem, em termos teóricos e práticos, ser identificados pela sua importância nas decisões da organização (método *reputacional*).

No nosso caso, os indivíduos que decidem sobre o financiamento (a despeito da possibilidade de receberem influências externas) são aqueles que ocupam cargos nas

Executivas Nacionais, e nas Executivas Estaduais. Em termos teóricos, eles seriam responsáveis, nos termos de Panebianco (2005) pelo controle de seis zonas de incerteza: a) competência (o conhecimento adquirido da prática no interior no partido), b) relações com o ambiente, c) a comunicação, d) regras formais, e) financiamento e f) recrutamento. Nesse texto, os nossos dados dizem respeito especificamente as três últimas zonas de incerteza: i) as regras formais (como os partidos definem em seus estatutos como deve ser distribuído o financiamento); ii) o financiamento (os recursos que são oriundos do fundo partidário para os partidos políticos); e iii) o recrutamento de candidatos, aqui entendidos como os candidatos ao cargo de deputado federal.

Os cinco partidos analisados possuem estruturas decisórias “enxutas”. O número de membros, bem como os responsáveis pela distribuição ou controle dos recursos do partidário é estabelecido na tabela abaixo:

Tabela 1- Número de Membros das Executivas Nacionais e Estaduais (Titulares).

	Partido				
	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP
Executiva Estadual	8	11	13	15	22
Executiva Nacional	14	13	17	25	99

Fonte: TSE, Estatutos.

Note-se que em todos os partidos selecionados, o número de indivíduos que compõe as executivas estaduais não passa de 15 membros, excetuando o PP. Além disso, as executivas subnacionais são, via de regra, menores que as nacionais. Os incumbidos para distribuição dos recursos nos partidos são, geralmente, os tesoureiros e presidentes, enquanto responsáveis financeiros e administrativos, respectivamente. Estes dois cargos concentram uma espécie de poder discricionário no interior da organização, podendo favorecer alguns candidatos em detrimento de outros. Segundo Campos (2009, p.186): “Na medida em que recebem e controlam, de forma autônoma, recursos indispensáveis às campanhas eleitorais, os partidos ganham importância na condução do processo eleitoral”. Esta afirmação coincide com o argumento central de nosso texto, qual seja: os partidos selecionam, internamente, seus favoritos, pois estão respaldados em aspectos legais para fazê-lo. A legislação brasileira que

regula o funcionamento dos partidos políticos, segundo Ribeiro (2013), dá aos mesmos um enorme grau de autonomia no que concerne vários aspectos de sua atividade organizacional. Neste sentido, as coalizões dominantes nacionais, ou elites partidárias, podem conceder autonomia às unidades partidárias subnacionais ou, ao contrário, centralizar recursos e decisões na esfera nacional. No que concerne às zonas de incerteza, por nós tratadas neste trabalho, não há, em nenhum dos estatutos partidários, critérios claros que determinem ações específicas. A margem de escolha das elites, no plano nacional e estadual, é larga. As regras formais (estatutos) não estabelecem porcentagens específicas de recursos a serem destinados para candidatos individuais, bem como as regras de recrutamento, geralmente, seguem as normas da legislação (período mínimo de filiação), excetuando o caso petista (RIBEIRO, 2008).

1.1 Recrutamento e capital político

No Brasil, uma crescente literatura tem se dedicado ao entendimento dos predicados sociais dos indivíduos que chegam aos postos de elite. Estes estudos partem de ao menos dois pontos distintos: a análise dos eleitos ou dos candidatos e eleitos. No primeiro grupo de trabalhos, estariam textos consagrados sobre a Câmara Federal, como os de Marengo dos Santos (1997), Marengo dos Santos & Serna (2007), Rodrigues (2002, 2006 e 2014). No mesmo sentido, estariam as análises sobre o Senado Federal: Costa & Codato (2013), Costa, Costa & Nunes (2014) e Neiva & Izumi (2014).

O segundo ponto de partida, é relativo ao perfil tanto dos candidatos e quanto dos eleitos: Perissinotto & Miriade (2009), Perissinotto & Bolognesi (2010), Codato, Cervi & Perissinotto (2012), ou ainda, sobre o próprio processo de seleção de candidaturas dentro dos partidos políticos brasileiros (BOLOGNESI, 2013). Note-se que o “ponto de partida” envolve o acesso de dados e informações diferenciadas e, além disso, um estudo com os dados dos “derrotados” tem a vantagem de saber quais são os grupos deixados de lado no processo de seleção de elites, segundo Perissinotto & Miriade (2009).

A importância destes estudos está vinculada a questão de: “quem chega lá?”. “Quais os atributos de diferenciação que possibilitam que algumas pessoas, no conjunto da sociedade,

consigam se inserir no campo político?” Para autores como Joignant (2012), o capital escolar, o tempo livre, bem como o capital econômico, seriam determinantes para o acesso ao campo político, afinal, seriam capitais distribuídos desigualmente na sociedade. Como as vagas eletivas são bastante limitadas, estes atributos possibilitariam maiores chances de sucesso para alguns em detrimento de outros. Aliado a isto, o processo de profissionalização da política, notado por Weber desde o final do século XIX (WEBER, 2004; 2013), elevou os custos de entrada de novos sujeitos à vida pública. A exigência do conhecimento jurídico, o “falar bem” (BOURDIEU, 2011), em suma, a assimilação de um *habitus* específico tornou o campo político um espaço de disputas com regras próprias. Neste sentido, é interessante observar a contribuição da sociologia relacional de Pierre Bourdieu para o entendimento dos processos de seleção do pessoal político. Para o autor francês, o recrutamento de elites e sua atuação no interior do campo político seria função de um capital específico mobilizado, o capital político. Definido da seguinte forma (2008, p.204): “[...] o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido”. Ou seja, como o campo político não é completamente autônomo nas democracias⁷, faz-se necessário a realização de eleição para unção dos escolhidos, existindo, no entanto, dois níveis de disputa. Primeiramente, a disputa interna – dentro do partido – quando que os ‘melhores’ serão escolhidos dentre os profissionais da política (“o peso do agente dentro do partido”), e, posteriormente, a disputa externa – pelo voto popular – quando que os candidatos, vencedores de um filtro de seleção, devem se sujeitar a vontade dos “leigos” (“o peso do partido no campo”).

A definição que Bourdieu faz do conceito de capital político é distinta, neste sentido, do que geralmente é posto nos estudos de recrutamento. Para o autor, o capital político é um recurso que os agentes mobilizam internamente ao campo, por meio de homologia e reconversão (MARENCO, 2008), de capitais precedentes, e não enquanto uma somatória de vários atributos sociais, culturais ou educacionais, utilizados no acesso ao campo (JOIGNANT, 2012). O capital político, na acepção de Bourdieu, apesar de estar relacionado com propriedades externas, consiste em um capital de valor e uso específico. Logo, a questão

⁷ Apesar de suas regras próprias, seu *habitus* peculiar.

não está posta no sentido primeiro dos estudos de recrutamento (“quem chega lá?”), mas como que em um segundo momento (“quem domina o campo?”).

Esta operacionalização possibilita uma aproximação dos estudos organizacionais sobre os partidos e os estudos sobre elites políticas. Partidos que exigem filiação longa para que o sujeito se torne candidato podem ser definidos enquanto organizações mais fechadas e centralizadas, enquanto partidos que não possuem tais exigências podem ser vistos enquanto organizações mais descentralizadas (MICHELS, 1982; DUVERGER, 1992; MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007). Para ser candidato a cargo eletivo, no primeiro caso, torna-se necessário dispêndio, e posse, de maior capital político do que no segundo caso. Estruturas mais centralizadas, desta forma, exigem maiores “provas de lealdade” de seus membros para distribuírem benefícios, o peso do agente dentro do partido deve ser maior. Outra questão importante a ser investigada é saber em que medida a coalizão dominante, nas palavras de Panebianco (2005), ou a elite partidária (RIBEIRO, 2014), investe em seus candidatos e se há diferenciação entre “graus” de investimento. As listas partidárias para eleições legislativas tendem a ocupar quase todas as vagas disponíveis⁸, no entanto, a questão é observar o grau de variabilidade dos recursos e observar que os próprios partidos realizam seleções internas no sentido de manter elites “confiáveis”.

Assim, o vínculo que se estabelece entre elites e organização partidária, passa pelo “filtro” do financiamento partidário. Isso se deve ao fato, do recrutamento ser tratado como um processo formado por diversos filtros e etapas de seleção de elites, segundo Czudnowski (1975), e Norris (1997). A medida que uma organização partidária seleciona os seus candidatos e aposta em quem serão os seus representantes, se estabelecem incentivos importantes e barreiras igualmente relevantes para aqueles que não foram beneficiados pelos recursos da organização. A observação aqui é a mesma que Marengo dos Santos (1997) lembrava de Bourdieu (1989, p.192-3) “Em resumo, a instituição investe aqueles que *investiram* na instituição”. O perfil desses indivíduos que recebem o investimento teria pouca ou nenhuma importância, caso se entenda os partidos como frouxos ou desprovidos de

⁸ As regras para escolha e registro de candidatos estão contidas na Lei nº 9.504/97 e também na Resolução nº 23.373/2011/TSE. Cada partido que concorre isolado pode lançar até 150% do número de vagas e cada coligação pode lançar até o dobro.

organização como é o diagnóstico de brasilianistas como Ames (2003) e Mainwaring (2001), por exemplo.

Na seção seguinte, indicamos por meio de estatística descritiva e inferencial, o perfil dos candidatos e eleitos ao cargo de deputado federal do PT, PDT, PMDB, PSDB e PP, ressaltando alguns dos já conhecidos achados da literatura sobre elites políticas.

2. Quem são os candidatos e os eleitos

Parte da literatura já referenciada tem se preocupado em esquadrihar o perfil social dos candidatos e dos eleitos para os cargos de deputado federal. Os nossos dados, confirmam alguns achados dos estudos de elites políticas, tais como: a predominância de homens 95,2% entre os eleitos, conforme dados de Araújo (2005); a prevalência de sujeitos que já iniciaram ou já possuem o nível superior: 85,7% dos eleitos, tendência já destacada em Carvalho (2003), Neiva e Izumi (2012), por exemplo.

Outras divisões ainda aparecem mais evidentes no perfil dos candidatos e dos eleitos, a declaração que os candidatos fazem sobre raça. Nos nossos dados, todos os eleitos se autodeclararam brancos, enquanto apenas um candidato se autodeclarou indígena, e pardos e pretos foram duas autodeclarações cada.

Do perfil dos candidatos e eleitos, ser ou não incumbente é a que apresenta as taxas mais significativas para eleição, ou no caso, reeleição. Além é claro dos recursos que podem ser provenientes da própria inserção na política, o que os nossos dados indicam é que esses indivíduos são os “selecionados” pelos partidos, embora existam variações dentro das cinco organizações. Na seção seguinte introduzimos os dados sobre o financiamento partidário, em relação às inferências já levantadas.

2.1 A opção pelos de dentro

O financiamento de campanhas no Brasil, até decisão do STF de 2015, era misto (RUBIO, 2005). Os recursos, neste sentido, eram provenientes de fontes privadas (pessoas jurídicas e pessoas físicas), e públicas (o Fundo Partidário). A partir daquele ano, as empresas

foram proibidas de efetuar doações às campanhas eleitorais (BOLOGNESI, 2015). Em 2014, porém, a regra ainda era válida, e grande parte do financiamento de partidos e candidatos tiveram como origem pessoas jurídicas (KRAUSE, REBELLO & SILVA, 2015). Segundo Speck & Campos (2015), os partidos políticos, através de suas Direções (nacionais e subnacionais), recebem recursos de empresas e as repassam aos candidatos. Segundo os autores, existem duas interpretações para este processo: na primeira delas, os partidos são vistos como meros despachantes de recursos, afinal de contas, recebem os valores e repassam as campanhas individuais de forma “automática”; na segunda interpretação, os partidos são vistos enquanto atores autônomos, que possuem poder discricionário e podem influenciar o pleito alocando recursos em seus candidatos “favoritos”. No sentido de testarmos estas interpretações trabalhamos com as prestações de contas das campanhas dos 115 candidatos à Câmara dos Deputados dos cinco principais partidos do Rio Grande do Sul, quais sejam: PDT, PMDB, PP, PSDB e PT⁹.

As respectivas prestações de contas se encontram disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De todas as doações recebidas pelos distintos candidatos separamos aquelas que tiveram como fonte os próprios partidos, ou seja, foram oriundas do Diretório Nacional e/ou Estadual. Desta forma, isolamos as doações que passaram, em algum momento, pelo crivo das elites locais e nacionais das organizações partidárias. O dinheiro foi oriundo de doações de empresas, como colocamos anteriormente, mas também de pessoas físicas e, mesmo, do Fundo Partidário. Na tabela 1, destacamos os valores das doações dos partidos para o total de candidatos, os valores específicos para o total de candidatos a Câmara dos Deputados, a porcentagem que representou estes valores para o total do orçamento, bem como o número de candidatos, e o número destes que foram contemplados por doações dos partidos. Um primeiro dado importante é que o investimento dos partidos, em nível local e nacional, é considerável para o pleito Legislativo Federal. Excetuando PT e PDT, os demais partidos investiram mais de 50% do total de recursos doados nos candidatos a deputado federal, o que vem ao encontro da tese de Freitas (2009). Para a autora, os partidos traçam um cálculo estratégico para as eleições legislativas federais, afinal de contas, o resultado do pleito interfere nos valores que as organizações receberão do Fundo Partidário, bem como o tempo

⁹ A escolha dos partidos se deve a que os mesmos possuíram as maiores representações para a Câmara dos Deputados, nos últimos anos, bem como as maiores representações na Assembleia Legislativa do estado.

de televisão obtido (HGPE). O forte financiamento, no entanto, não é igualitário. A diferença entre o número de candidatos e o número de contemplados pelo beneplácito do partido é diferente, sendo que nenhum dos cinco partidos doou valores para todos os candidatos (dos 115 candidatos, 90 foram beneficiados). Ou seja, este é o primeiro filtro de seleção dos partidos. O último dado da tabela é uma média esperada. Dado o número de candidatos contemplados e o valor total de doações, calculamos o valor que seria entregue aos postulantes, se a distribuição fosse igualitária.

Tabela 2- Doações das Executivas Nacionais para as executivas estaduais 2014

Partido	Doações Candidatos	Doações Câmara dos Deputados (CD)	% Valores CD	Candidatos CD	Candidatos Contemplados	Média Esperada por candidato
PT	R\$ 11.160.622,36	R\$ 4.323.750,00	38,74	17	12	R\$ 360.312,50
PDT	R\$ 3.425.858,02	R\$ 1.453.754,56	42,43	25	20	R\$ 72.687,73
PMDB	R\$ 4.475.499,21	R\$ 2.886.192,39	64,49	30	19	R\$ 151.904,86
PSDB	R\$ 1.883.954,00	R\$ 1.538.102,00	81,64	18	15	R\$ 102.540,13
PP	R\$ 17.869.548,13	R\$ 9.173.030,00	51,33	25	24	R\$ 382.209,58
Total	R\$ 38.815.481,72	R\$ 19.374.828,95	49,92	115	90	R\$ 215.275,88

Fonte: TSE

Note-se na tabela acima que o número de candidatos que disputaram o cargo de deputado federal é variado: de 17, no caso do PT até 30 no PMDB. Outro dado relevante dessa tabela é o número de candidatos que receberam algum tipo de recurso dos seus partidos. O PP, nesse quesito, foi o partido que mais recurso distribuiu para os postulantes, dos seus 25 candidatos, 24 conquistaram algum tipo de recurso proveniente da legenda, enquanto o PMDB foi a agremiação que menos recursos disponibilizou para esses candidatos. Dos seus 30 candidatos, apenas 19 (63,3%) contaram com o apoio do partido.

Se os dados da tabela 2 permitem observar a quantidade de candidatos contemplados com os recursos das suas legendas, a tabela 3 separa os candidatos em dois grupos: os novatos (que disputaram o cargo pela primeira vez) e os incumbentes (que buscavam a reeleição). A nossa hipótese, ao longo desse estudo, é de que os partidos políticos controlam de alguma forma quem serão os “seus candidatos”, ou seja, apesar do sistema eleitoral ser de lista aberta,

na prática, a coalizão dominante (As executivas), distribuem de forma desproporcional os recursos financeiros, controlando assim, essa importante zona de incerteza, e definindo aqueles que terão mais chances de serem eleitos, afinal de contas, os gastos impactam no sucesso e/ou fracasso das campanhas eleitorais (CAMPOS, 2009). A Tabela 2 demonstra que, em média, os candidatos novatos receberam menos valores dos partidos do que os incumbentes (cerca de R\$ 800.000,00 a menos).

Tabela 3- Recursos oriundos dos partidos para candidatos

Incumbente	Média	N	Desvio Padrão	Soma	Valor mínimo	Valor máximo
Não	58677,85	73	118908,92	4283483,24	163,00	555000,00
Sim	887726,22	17	653333,97	15091345,71	95000,00	2015000,00
Total	215275,88	90	441205,60	19374828,95	163,00	2015000,00

Fonte: TSE

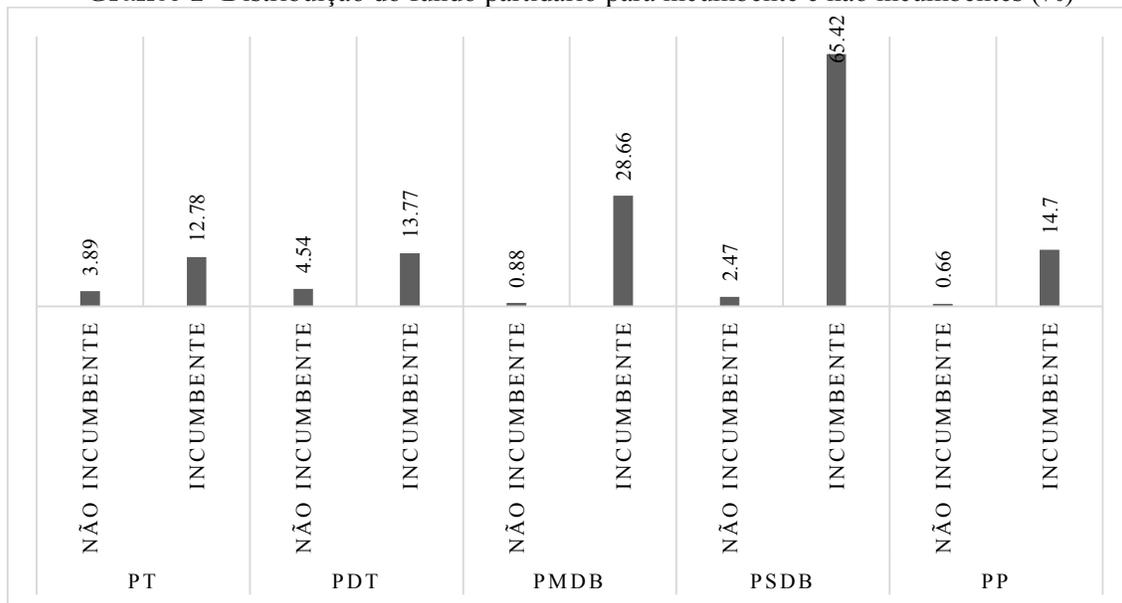
Abaixo separamos os dados referentes aos partidos específicos, no sentido de observar distintas dinâmicas. Trabalhamos, então, com outro dado, o valor proporcional de recursos recebidos. Este é calculado a partir do seguinte raciocínio: considerando o total de recursos que o partido distribuiu para seus candidatos a deputado federal, qual a porcentagem de recursos que o candidato recebeu¹⁰? Este valor demonstra, em termos mais claros, a dominância de determinados candidatos no que concerne as preferências das elites partidárias, locais e nacionais. Verificamos em termos empíricos, neste sentido, o argumento de Campos (2009, p. 171): “[...] o acesso aos recursos provenientes das estruturas partidárias torna-se mais efetivo quanto maior a proximidade do candidato com as lideranças partidárias”. Trata-se, em outras palavras, de um reforço do argumento de Bourdieu (1989; 2008), acerca do funcionamento do campo político. O filtro de seleção interno, os partidos, pode ser verificado a partir do financiamento, quando que ficam claras as preferências das elites partidárias.

No gráfico 1, especificamos as diferenças recebidas pelos incumbentes e não-incumbentes (novatos), discriminados por partidos, de acordo com o valor proporcional. Neste sentido, é interessante notar as diferenças entre os valores nos distintos partidos. O PDT e o PT, classificados pela literatura enquanto partidos de esquerda (RODRIGUES, 2002),

¹⁰ Em um exemplo hipotético: se o partido distribuiu aos seus candidatos o valor de R\$ 100.000,00, e o candidato A recebeu R\$ 10.000,00, o valor proporcional será de 10%.

possuem as menores distâncias (9,23% e 8,89%, respectivamente). O que quer dizer que o dinheiro distribuídos pela elite partidária se encontra mais disperso. PMDB e PP possuem distâncias maiores (27,78% e 14,04%, respectivamente). Enquanto que o PSDB, que possuía somente um incumbente (Nelson Marchezan Jr), concentrou a maioria dos seus recursos neste candidato (mais de 65% do valor investido).

Gráfico 1- Distribuição do fundo partidário para incumbente e não incumbentes (%)



Fonte: TSE

O gráfico acima não deixa dúvidas de que as cinco agremiações privilegiam incumbentes a novatos, de um modo geral. O caso mais significativo é o PSDB, como observamos acima, em que somente um candidato concentrou quase 70% dos recursos da legenda (Nelson Marchezan Junior). Os dados apontam para uma preferência nítida das elites partidárias em investir em candidatos já inseridos no campo político. Os nossos dados, também indicam que a ideologia parece uma variável importante para determinar como se dá o processo de distribuição de recursos nos partidos. Os partidos de esquerda, em tese, mais centralizados (DUVERGER, 1992), apesar de também privilegiarem os políticos já inseridos no campo, foram mais igualitários em sua distribuição. Este dado pode indicar que o filtro de seleção, nas organizações de esquerda, apesar de elevado, possibilita incentivos materiais

equânimes. Ou seja, para que o sujeito chegue a ser candidato terá que lutar internamente e provar sua lealdade, mas, quando chegar nesta condição, será recompensado.

Outro aspecto igualmente relevante do perfil dos incumbentes¹¹ é o tempo que esses candidatos dedicaram aos seus partidos políticos. Sobre esse ponto, Marengo dos Santos & Serna (2007), apresentam achados relevantes sobre os padrões de carreira na esquerda e na direita. No nosso caso, a suposição era de que indivíduos que são os “selecionados” pela instituição possuíam algum tipo de lealdade aos seus partidos. Os nossos dados indicam essa tendência. Calculamos, neste sentido, o tempo dedicado ao partido, a partir da data de filiação até o ano da eleição.

Separados em blocos ideológicos, o PT dos seus seis incumbentes, todos foram filiados ao partido a pelo menos quase 20 anos antes (19 o menor valor e 34 o maior), o PDT, possui apenas um incumbente e o mesmo tinha 26 anos de filiação ao partido. Já no centro, a exceção do PSDB que investiu mais da metade dos seus fundos no candidato que possuía 13 anos de filiação, enquanto o PMDB não teve nenhum incumbente com menos de 20 anos de filiação. Na direita, os incumbentes do PP tinham mais de 14 anos de filiação partidária.

Os dados do tempo de filiação e do financiamento sugerem que não estamos diante de partidos políticos “fracos”. As elites partidárias dessas organizações conseguem, por meio de investimento direto nas candidaturas de determinados indivíduos “selecionar” seus candidatos, na prática, isso consiste numa “lista fechada informal”, uma vez que o eleitor não sabe quais são os candidatos priorizados pelo partido, mas este, garante recursos para eleição dos que serão seus representantes na Câmara Federal. No quadro abaixo, comparamos esta lista informal com a lista final de eleitos. Dos 21 deputados federais eleitos pelos cinco partidos, apenas cinco (23,8%), não foram os mais beneficiados pelo beneplácito partidário. PDT, PMDB e PT investiram em candidatos que acabaram por ficar com a suplência na disputa¹². Sendo que o caso petista foi o de maior erro estratégico: três dos candidatos mais financiados não obtiveram os votos necessários para se eleger.

¹¹ Os dados utilizados dizem respeito apenas aos incumbentes e não de todos os candidatos. Não utilizamos todas as candidaturas, pela ausência de informações sobre esses indivíduos.

¹² No quadro em itálico.

Quadro 1: Lista Final e Lista Informal

Deputado	Partido	Votos	Deputado	Partido	Valor Recebido	Situação
Giovani Cherini	PDT	115.294	<i>Flavio Percio Zacher</i>	<i>PDT</i>	525000,00	<i>Suplente</i>
Darci Pompeo De Mattos	PDT	91.849	Afonso Antunes Da Motta	PDT	259900,00	Eleito
Afonso Antunes Da Motta	PDT	90.917	Giovani Cherini	PDT	200135,71	Eleito
Alceu Moreira Da Silva	PMDB	152.421	Darcisio Paulo Perondi	PMDB	1494000,00	Eleito
Giovani Batista Feltes	PMDB	151.406	Osmar Gasparini Terra	PMDB	532500,00	Eleito
Osmar Gasparini Terra	PMDB	120.755	Alceu Moreira Da Silva	PMDB	455000,00	Eleito
Márcio Della Valle Biolchi	PMDB	119.190	<i>José Alberto Fogaça De Medeiros</i>	<i>PMDB</i>	142500,00	<i>Suplente</i>
Darcisio Paulo Perondi	PMDB	109.864	Márcio Della Valle Biolchi	PMDB	97500,00	Eleito
Luis Carlos Heinze	PP	162.462	Jerônimo Pizzolotto Goergen	PP	2015000,00	Eleito
José Alfonso Ebert Hamm	PP	132.202	José Otavio Germano	PP	1940000,00	Eleito
Jerônimo Pizzolotto Goergen	PP	115.173	Renato Delmar Molling	PP	1438800,00	Eleito
Luis Antonio Franciscatto Covatti	PP	115.131	Luis Carlos Heinze	PP	1217400,00	Eleito
Renato Delmar Molling	PP	102.770	José Alfonso Ebert Hamm	PP	1103760,00	Eleito
José Otavio Germano	PP	81.503	Luis Antonio Franciscatto Covatti	PP	373000,00	Eleito
Nelson Marchezan Junior	PSDB	119.375	Nelson Marchezan Junior	PSDB		Eleito
Paulo Roberto Severo Pimenta	PT	140.868	Marco Aurélio Spall Maia	PT	1415500,00	Eleito
Marco Aurélio Spall Maia	PT	133.639	Paulo Roberto Severo Pimenta	PT	1263500,00	Eleito
Henrique Fontana Junior	PT	128.981	<i>Paulo Adalberto Alves Ferria</i>	<i>PT</i>	456000,00	<i>Suplente</i>
Maria Do Rosário Nunes	PT	127.919	Maria Do Rosário Nunes	PT	356250,00	Eleito
Dionilso Mateus Marcon	PT	116.178	<i>Dionilso Mateus Marcon</i>	<i>PT</i>	266000,00	<i>Suplente</i>
Gilberto José Spier Vargas	PT	109.469	<i>Fernando Marroni</i>	<i>PT</i>	142500,00	<i>Suplente</i>
Elvino Jose Bohn Gass	PT	100.841	Henrique Fontana Junior	PT	133000,00	Eleito

Fonte: TSE.

Como último teste empírico, realizamos uma regressão linear com o intuito de observar os efeitos de relação entre a preferência dos partidos por determinados candidatos e seus atributos peculiares. Neste sentido, a variável dependente consiste no valor proporcional¹³ recebido pelos candidatos em relação ao conjunto de variáveis independentes listadas abaixo:

¹³ Ver nota 10.

- a) Ideologia: os partidos de esquerda distribuem recursos de maneira mais proporcional que os partidos de direita e/ou centro;
- b) Liderança: os membros das Direções Nacional e Estadual recebem mais recursos do que os não membros;
- c) Expertise: ter sido líder ou vice-líder do partido no Parlamento representa mais investimento do partido.

Desta forma, buscamos ir além das estatísticas descritivas tratando de testar de forma multivariada as relações entre financiamento e capital político.

Das quatro variáveis testadas, duas apresentam significância estatística, quais sejam: ser membro da Direção Nacional, e ter sido líder ou vice-líder partidário no Parlamento. Ou seja, quando o candidato estava vinculado, através da Executiva, à coalizão dominante nacional, este recebeu, em média, 20% a mais de recursos. Neste sentido, confirmamos empiricamente a hipótese apresentada por Bourdieu (2011): “o peso do agente no interior do partido” é determinante para fortalecimento e, mesmo, definição de seu capital político. Estar no topo de poder de seu partido culmina em: “[...] recompensas concretas e imediatas” (SARTORI, 1982, p.121). Quanto à liderança, os dados comprovam a tese de que os partidos tendem a investir em profissionais da política, em seus membros que já ocuparam cargos de destaque e conhecem o processo legislativo (SANTOS, 2009).

Tabela 4: Regressão Linear Financiamento

	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados		T	Sig.
	B	Std. Error	Beta			
(Constante)	1,894	1,334			1,420	,005
Esquerda	3,359	2,123	,145		1,583	,117
Direção Estadual	2,854	4,018	,064		,710	,480
Direção Nacional	20,495	3,198	,579		6,408	,000
Líder Partidário	14,595	2,597	,514		5,619	,000

Fonte: TSE.

As demais variáveis não apresentaram significância estatística. Ser de esquerda não representou, a partir dos dados, maior equanimidade na distribuição de recursos. Estar vinculado a burocracia estadual não representou benefícios proporcionais. Como os recursos são provenientes, em sua maioria, das direções nacionais, podemos observar que há um filtro

de seleção geográfico. Os políticos mais vinculados à esfera nacional são privilegiados em relação aos políticos da esfera estadual.

3. Considerações Finais

A mudança da lista aberta para fechada é um dos temas que animam o eterno debate da Reforma Política no Brasil. Nesse trabalho, observamos, de forma exploratória, que os partidos políticos, mesmo com a manutenção da lista aberta, controlam os candidatos que serão eleitos a partir do financiamento eleitoral. Os achados da pesquisa, neste sentido, confrontam os diagnósticos pessimistas sobre os partidos políticos brasileiros de Ames (2003) e Mainwaring (1996). Ao lado de uma literatura que se esforçou em destacar o papel dessas instituições no Parlamento (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995), e sobre a coordenação eleitoral (GUARNIERI, 2011), parece ser mais sensato, a partir dos casos selecionados, relativizar os efeitos sobre a lista aberta sobre as organizações partidárias.

Os nossos dados, tendo como o caso mais extremo o PSDB que investiu quase 70% dos seus recursos em apenas um candidato, indicam que os partidos, por meio da sua coalizão dominante, conseguem influenciar os resultados eleitorais, organizando uma “lista informal” com aqueles que serão eleitos, e de fato o são, haja vista que a taxa de sucesso dos incumbentes é superior ao dos novatos. Os filtros de seleção internos comprovam, empiricamente, que existem níveis de disputa e que a seleção de elites políticas não se dá, exclusivamente, pelo processo eleitoral. O campo político se estrutura a partir de regras próprias e os agentes que se enquadram em sua dinâmica têm mais chance de serem bem-sucedidos.

Este estudo, apesar de seu escopo reduzido, possibilitou ainda relacionar a literatura “organizacional” dos partidos à literatura de elites políticas, tendo como nexos o conceito de capital político, desenvolvido por Bourdieu (1989; 2011). Os atributos de acesso ao campo, desta forma, foram relacionados a outras variáveis, tais como: as posições de liderança no interior das organizações (Executivas), bem como o grau de expertise dos políticos (ocupação de cargos no interior dos Legislativos). Excetuando o PT, que investiu dinheiro em candidatos que não foram eleitos, os partidos parecem investir em opções estratégicas eleitoralmente,

gastando dinheiro naqueles candidatos que já deram provas de lealdade e que, por associação, possuem desempenho eleitoral favorável.

Há, no entanto, muito ainda o que investigar sobre o funcionamento das cúpulas partidárias, como já ressaltado por Ribeiro (2014). Os resultados dessa pesquisa ainda precisam ser ampliados para outros partidos políticos no próprio Rio Grande do Sul, e também em outras unidades da federação, com vistas a observar variações dentro das organizações e da própria atuação das elites partidárias.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, John. **Why Parties? The origin and transformation of party politics in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOLOGNESI, Bruno. Dentro do estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. Nusp/ufpr, v.3, n.11, julho. P. 1-15. Issn 2359-2826, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRAGA, M. S.S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, 35, pp. 117-148, 2009.

CAMPOS, M.M. **Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

_____. Financiamento dos diretórios subnacionais: os efeitos da descentralização e do custeio da máquina partidária em Minas Gerais. In **35º Encontro da Anpocs**. Caxambu, 2011.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. "Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012". **Cadernos Adenauer**, vol. 14, nº 2, p. 61-84, 2013.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da República. In: André Marengo. (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013, v. 1, p. 1-226.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 14, p. 227-253, ago. 2014 .

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (Eds.). **Handbook of Political Science: Micro-political Theory**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1975. v. 2, p. 155-242.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados**, 1995, 38 (3): 497-525.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.55, nº 4, 2012, pp. 951 a 986.

GUARNIERI, Fernando. 2011. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 235-258.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; Da SILVA, Josimar Gonçalves. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem? **Revista brasileira de ciência política** 16: 247-272, 2015.

LUCAS, João Ignácio. A estabilidade dos dirigentes partidários do PMDB e do PT do Rio Grande do Sul-1979 a 1995. In: TELLES, Helcimara e LUCAS, João Ignacio (orgs.). (2003), **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul, EducS.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Introducción: Sistemas de Partidos en la América Latina**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba , v. 23, n. 54, p. 155-183, jun. 2015

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

_____. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições? **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 65, p. 5- 26, 2008.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, C.W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

NEIVA, Pedro, & IZUMI, Maurício Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Rev. Sociol. Polit.**, Fev 2012, vol.20, no.41, p.171-192.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 165-188, 2014.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review** 4 (1), p. 10–32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 52, n. 2, p. 301-333, jun 2009.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005**. São Carlos: EdUFScar, 2010.

_____. Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

_____. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 22, n. 52, p. 121-158, Dec. 2014 .

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

SANTOS, Rodrigo D. **A Economia Política das Eleições 2002. Um Estudo Sobre a Concentração de Financiamento de Campanha para Deputado Federal**. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ. Universidade Federal Fluminense. 2009.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília : Editora UnB, 1982.

SCHONFELD, William R. (1980), “La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste”. **Revue Française de Science Politique**, vol. 30, n. 3, pp. 477-505.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

_____. **Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília : Ed. da Unb, 2004. Volume 1.

O caráter pactuado da transição política no Brasil e a continuidade de elites políticas: apontamentos a partir do estudo de caso das eleições de 1974

Oscar Augusto Berg¹

Resumo: O presente artigo analisa as eleições de 1974 no Brasil de maneira a identificar a ocorrência da continuidade das carreiras políticas dos governadores e senadores então eleitos na democracia. Após identificar que, 60% dos senadores e 36% dos governadores vivos após 1989 disputaram eleições na democracia e que, nos dois casos, 26% deles venceram-nas, o artigo testa algumas variáveis explicativas da ocorrência do fenômeno de continuísmo. Assim, é identificado que a filiação a Arena, que o exercício, durante a ditadura civil-militar, do mandato de governador, que o fato de não ser um remanescente da Quarta República, assim como aqueles de se situar entre o grupo dos mais jovens e de pertencer a famílias com tradição política são fatores que impactam positivamente na continuidade da carreira política na democracia.

Palavras-chave: Carreiras políticas; Transição Política; Ditadura civil-militar; Arena; MDB.

Introdução

Conforme identifica Samuel Huntington (1991), após duas primeiras ondas de democratização a partir, respectivamente, da década de 1820 e da vitória dos aliados na II Guerra Mundial, a Revolução dos Cravos, de 1974, que derrubou o regime salazarista e promoveu a transição de Portugal à democracia, foi o prelúdio de um grande número de transições políticas conhecido como terceira onda de democratização. No âmbito deste fenômeno mais de 30 países dos continentes europeu, americano e asiático realizaram sua transição à democracia. Na América Latina, após uma onda de golpes militares nas décadas de 1960 e 1970, os anos 1980 foram marcados pelo esgotamento dos regimes autoritários e pelo fortalecimento das demandas pela transição política à democracia, as quais, em sua maioria, se concretizariam seja ao final desta década seja ao longo da seguinte. Em um cenário continental e global de transições políticas, o Brasil viveu entre os anos de 1974 e 1989 um processo de transição que se destacou em função de seu caráter gradual, longo e pactuado. A pesquisa em curso reflete sobre as relações entre estas características e o registro de continuidade de lideranças políticas entre o regime autoritário militar-civil² e o democrático (ARTURI, 2001, p. 17), tomando como foco da análise os governadores e senadores eleitos ao longo da ditadura e remanescentes no período democrático. O objetivo da pesquisa é responder ao seguinte questionamento: as características dos processos de transição

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle Canoas (Unilasalle), com período sanduíche na Universidade do Quebec em Montreal (UQAM). É bolsista Capes. Email: oscar.b5@hotmail.com

² No âmbito do presente artigo, é empregada a expressão “ditadura civil-militar” para designar o regime instalado em 1964. Esta definição, no entanto, não é objeto de consenso entre historiadores e cientistas sociais. Para uma defesa do uso da expressão ditadura civil-militar, Ver REIS, 2012. Para uma crítica deste uso, Ver POMAR, 2012.

política e liberalização brasileiros permitem compreender a ocorrência de uma continuidade de carreiras políticas entre dois regimes políticos distintos?

Considerando a extensão da ditadura, a pesquisa cobre sete eleições para os governos estaduais³ e seis eleições ao Senado Federal⁴. O presente artigo, por sua vez, como uma etapa inicial da pesquisa, analisa o caso das eleições gerais de 1974, cuja escolha, como será mais bem explicado no texto, se deve em função de sua importância no interior do processo de transição política e de transformação do regime ditatorial brasileiro. A análise desta eleição tem como objetivo elucidar as seguintes questões: os governadores e senadores então eleitos advinham de famílias tradicionais, já possuíam carreiras políticas próprias ou se inseriram no mundo político na ditadura? Estes eleitos tentaram manter as suas respectivas carreiras políticas após o final do regime? Em caso afirmativo, eles tiveram êxito em suas empreitadas? Quais os caminhos seguidos no regime democrático?

A próxima seção do texto discute a metodologia e o quadro teórico empregados, colocando em revista a construção da base de dados e conceitos que balizam nosso entendimento sobre o processo de transição política e sobre o período considerado na análise. A terceira seção, em seguida, retoma o contexto político da eleição em questão, justificando sua escolha como ponto de partida da investigação. A quarta seção, por sua vez, expõe em tela os dados de continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos em 1974 e os interpreta, identificando diferentes tipos de consecução do continuísmo de carreiras políticas. A seguir, a quinta seção identifica os caminhos percorridos na democracia pelos governadores e senadores remanescentes. Finalmente, são apresentadas as conclusões, que indicam a ocorrência de um notável fenômeno de continuidade de carreiras políticas entre os dois regimes considerados e lançam luz sobre o prosseguimento da pesquisa, cuja realização tem como objetivo contribuir para o avanço da pesquisa nos campos de estudos sobre

³ A saber, as eleições de 1965 para dez estados (GO, GB, MA, MT, MG, PA, PB, PR, RN e SC), ainda sob vigência do multipartidarismo herdado da República de 1946, as eleições de 1966 para doze estados (AC, AL, AM, BA, CE, ES, PE, PI, RJ, RS, SP e SE) e as eleições gerais de 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986. A realização de eleições em diferentes estados nos anos de 1965 e 1966 se deve ao fato de nos primeiros o mandato dos governadores serem de cinco anos, enquanto nos segundos o mandato totalizava quatro anos. No que diz respeito à diferença quanto ao sistema partidário em vigência nestas duas ocasiões, a passagem do multipartidarismo ao bipartidarismo é, em grande medida, uma consequência de alguns resultados de 1965, em especial, das vitórias dos candidatos do PSD, em aliança com o PTB, nos estados de Guanabara (Negrão de Lima) e Minas Gerais (Israel Pinheiro), que incentivou a promulgação dos atos institucionais de número 2 e 3, que decretaram a realização de eleições indiretas aos cargos de Governador e Presidente e a extinção dos partidos políticos então vigentes (FLEISCHER, 1994, p. 166; MADEIRA, 2006, p. 52). Em uma análise bastante interessante, Jenks (1979) afirma que apesar destes resultados terem soado o alerta dos militares, a derrota dos candidatos da UDN, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente, nestes dois estados, também apresentou vantagens ao Presidente Castelo Branco, ao neutralizar as aspirações presidenciais destes ambiciosos líderes regionais.

⁴ A saber, as eleições gerais de 1966, 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986.

transições e carreiras políticas, ao reforçar o entendimento segundo o qual o modo de instauração do regime democrático impacta em seu desenvolvimento ulterior.

1 Definições metodológicas e teóricas

O método empregado pela pesquisa é o da análise de carreiras políticas, a partir de verbetes biográficos sobre os governadores e senadores eleitos no ano de 1974. Como afirmam Costa et al. (2015), a seleção de fontes para a pesquisa sobre carreiras políticas de elites políticas deve respeitar três fatores principais: (a) a acessibilidade dos dados desejados; (b) a possibilidade do uso direto e rápido dos dados (o que, na opinião destes autores, limita o uso de biografias pessoais); e (c) a cobertura ampla do percurso biográfico, ou, no presente caso, da carreira política. Por esta razão, foi adotada como fonte primária da obtenção dos dados o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), que disponibiliza notas biográficas sobre indivíduos presentes nas cenas políticas nacional e estadual a partir do levante revolucionário de 1930 e que possui, em sua versão *online*, dados atualizados até o final dos anos 2000 e início dos anos 2010.

Como já mencionado, o foco é colocado nos governadores e senadores eleitos em 1974. Do ponto de vista dos cargos escolhidos, cabe destacar os seguintes aspectos que justificam esta escolha e não aquela por postos como os de vereadores, prefeitos ou deputados (estaduais ou federais). Em primeiro lugar, pelo fato de os ocupantes destes postos serem, geralmente, indivíduos com longas trajetórias anteriores ao exercício das funções de governador ou senador (NEIVA, 2011). Assim, será possível investigar até qual medida os governadores e senadores eleitos em 1974 se enquadrariam nesse perfil ou seriam, pelo contrário, políticos sem carreiras prévias de destaque. Em segundo lugar, em função da centralidade exercida por estes postos no recrutamento e nas estratégias partidárias para as eleições. Como demonstra Nery (1975), os processos de seleção dos candidatos eram objeto de profundas disputas no interior dos dois partidos entre indivíduos, que ativavam redes⁵ de maneira a sustentar as suas indicações. Portanto, ponto fundamental da escolha, é possível destacar que no lugar de investigar a continuidade de carreiras políticas de eleitos quaisquer, a pesquisa se propõe a ver a medida na qual os detentores de cargos de destaque no ordenamento político do regime de 1964 conseguem dar prosseguimento às suas carreiras políticas no retorno à democracia. Desta forma, os dados aqui apresentados sobre a

⁵ Muitas destas redes, ou alas internas, se apoiavam em vínculos de lealdade ou rivalidade, cujas fronteiras se definiam a partir da pertença partidária do político em questão no multipartidarismo (1946-1966), que precede a instauração do bipartidarismo. Ver Nery (1975) e Madeira (2002).

continuidade de carreiras políticas de governadores e senadores podem ser lidos como um *proxy* da continuidade de elites⁶ políticas a despeito da transição política entre estes dois regimes distintos e, em certa medida, antagônicos.

Apesar de sua atualização lenta, os verbetes do DHBB possuem uma estrutura básica que facilitou a montagem da base de dados (COSTA et al., 2015, p. 76, 79), que sistematiza as seguintes informações: (a) data de nascimento; (b) ascendentes ocuparam postos eletivos; (c) ocupou cargos eletivos antes do golpe de 1964; (d) número e qualificação de cargos eletivos ocupados antes da eleição ao posto em análise; (e) idade no momento da eleição; (f) falecimento anterior à 1989; (g) cargos eletivos disputados após 1989; (h) cargos eletivos obtidos após 1989; (i) cargos atualmente ocupados; (j) data de falecimento (k) descendentes ocuparam postos eletivos. A partir destes dados é possível verificar a continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos em 1974 no retorno à democracia, a partir de 1989, apontando aqueles que disputaram eleições e, eventualmente, as venceram. Assim, o governador ou senador eleito no ano de 1974 e que tenha obtido cargos eletivos a partir da eleição presidencial de 1989 é considerado como um indivíduo que continuou a sua carreira política entre dois regimes políticos distintos.

Diferentes interpretações sobre a extensão da ditadura civil-militar brasileira coexistem. De acordo com diferentes autores, é possível elencar tanto os anos de 1985 – posse do primeiro governo civil – como de 1988 – promulgação de uma nova constituição – ou de 1989 – eleição do primeiro presidente pelo voto direto desde o golpe – como marcos da superação do regime instalado em 1964. No presente artigo, em consonância com a interpretação de Codato (2005) e a sua divisão dos 25 anos de regime ditatorial em cinco fases históricas⁷, tomamos o ano de 1989 como aquele de encerramento do regime ditatorial. O entendimento da ditadura civil-militar brasileira como um regime que se estende entre 1964 e 1989 se apoia na seguinte definição do que deve ser um regime democrático:

A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares

⁶ Esta informação deve ser lida com precaução. Em especial, os seguintes pontos devem ser destacados. Deve-se entender que a composição da elite política não se restringe apenas aos governadores e senadores, se estendendo para outros cargos eletivos ou não. Portanto, quando é dito que a continuidade das carreiras políticas de governadores e senadores remanescentes da ditadura na democracia não está a se reduzir a elite política brasileira à apenas estes indivíduos.

⁷ São elas: (1) Constituição do regime, entre março de 1964 e dezembro de 1968; (2) Consolidação do regime, entre 1969 e 1974; (3) Transformação do regime, entre 1974 e 1979; (4) Desagregação, entre 1979 e 1985; e, finalmente, (5) transição ao regime liberal democrático, entre 1985-1989 (CODATO, 2005).

estão sob controle civil (MAINWARING, BRINKS, PÉREZ-LIÑAN, 2001, p. 645).

A realização de eleições em 1974 não é, portanto, suficiente para que fosse possível considerar o regime em vigor como democrático. Em primeiro lugar, pela sucessiva aplicação de casuísmos eleitorais (FLEISCHER, 1994), que buscaram favorecer a vida do partido de sustentação do regime, a Arena⁸, e prejudicar a oposição. Em segundo lugar, grandes parcelas da população, como os analfabetos, ainda não detinham direito ao voto. Em terceiro, pela desvalorização das liberdades civis e dos direitos políticos diante dos imperativos de segurança nacional, ao longo dos 25 anos de regime. Por fim, pelo controle militar exercido sobre o processo político.

Neste cenário, a realização, em 1989, de eleições competitivas e decisivas para a presidência da República em um contexto político de saída dos militares da disputa eleitoral e no âmbito jurídico de um novo texto constitucional, promotor de uma cidadania abrangente abarcando o respeito de direitos políticos e liberdades civis, representa o esgotamento do processo de liberalização do regime ditatorial, ou seja, “[do] processo de tornar efetivos determinados direitos que projetam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte” (O’DONNEL, SCHMITTER, 1988, p. 22), representado pelo projeto de distensão política, lançado por Geisel, em 1974, e o início do processo de democratização, o qual é entendido da seguinte maneira:

[A democratização] refere-se aos processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios [...], ou são expandidos, para incluir pessoas que antes não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações [...] ou, ainda, estendidos de forma a dar conta de temas e instituições que previamente não se encontravam sujeitas à participação dos cidadãos (O’DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 26).

Assim, a democratização se configura como a consolidação de um regime democrático, que zele pelas quatro condições democráticas acima elencadas. No caso brasileiro, o ano de 1989 não deve, portanto, ser entendido como a celebração da consolidação democrática, mas como uma das etapas iniciais de um processo de democratização, cuja conclusão continua incerta⁹.

⁸ Aliança Renovadora Nacional, todas os significados das siglas de partidos políticos mencionadas no texto se encontram no glossário.

⁹ Uma das avaliações possíveis sobre a democratização, veiculada, entre outros, por Codato (2005) e Santos (2007), afirma os governos Collor, Franco e Cardoso como o período de consolidação do regime inaugurado em 1989 e a eleição de Lula, em 2002, na medida em que ela marca a chegada da esquerda ao poder, como o

2 As eleições de 1974

Instalados no poder em abril de 1964 após a deposição do presidente João Goulart, os militares brasileiros assentaram sua legitimidade por um longo período no sucesso econômico do regime e na necessidade de dismantelar a resistência ao regime, tanto a oposição real, representada pela luta armada – e, em menor grau, por setores dos remanescentes da Quarta República (1945-1964) – quanto a oposição imaginada, idealizada em torno da ameaça comunista, como destaca Codato (2005, p. 97). Na opinião deste autor, os dez primeiros anos do regime ditatorial correspondem às suas fases de constituição e de consolidação (2005, p. 83). Registramos, então, o exercício de uma grande influência pela dita linha dura militar junto à administração do Estado, a aprovação dos principais dispositivos autoritários utilizados pelo regime para o controle da vida política e a distorção das instituições herdadas do período democrático anterior (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988) e o momento mais crítico de perseguição política à oposição.

Passada esta primeira fase, o regime entrou, a partir do mandato presidencial de Geisel (1974-1979) em uma irreversível transformação de sua natureza política, através do projeto presidencial de distensão, a qual “corresponde, então, à substituição ou afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas” (MATHIAS, 1995, p. 151-152). Ainda que o próprio Geisel empregasse distensão como um sinônimo de democratização, é importante manter em mente que estes termos – ou fases de um processo de transição política¹⁰ de retorno à democracia – não são idênticos, ainda que estejam intimamente relacionados (MARQUES, 2010, p. 63). Na liberalização não há nenhuma garantia quanto ao regime que resultará das reformas que ele avança (MATHIAS, 1995, p. 151), enquanto a democratização pressupõe a instalação de um regime democrático e, idealmente, o alcance de uma democracia plena.

Por muito tempo foi dominante, na ciência política, o entendimento segundo o qual a transição política seria motivada por aspectos externos, como degradações dos quadros econômico e/ou social. No entanto, nos anos 1980, a explicação através de microvariáveis políticas passou a ser valorizada, em detrimento das macrovariáveis econômicas e sociais (ARTURI, 2001; MARQUES, 2010). A partir dessa mudança foi possível entender como, em

término desse processo. O recente controverso processo de destituição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, trouxe de volta à tona questionamentos se, de fato, o Brasil teria alcançado a sua plena democratização.

¹⁰ A definição clássica de transição política é a do “movimento [inscrito no tempo e no espaço] de uma coisa para outra” (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988, p. 107).

determinados cenários, mandatários iniciam um processo de transição política de maneira a obter ganhos com isso. No caso brasileiro, tem-se que a motivação do ensaio transitório iniciado por Geisel é, sobretudo, de retomar o controle da máquina militar instalada junto ao Estado e ao governo (MATHIAS, 1995) e, com isso, garantir uma maior estabilidade política ao regime (CODATO, 2001). Nesse processo, as eleições deveriam exercer o papel de canalização das opiniões políticas dos brasileiros, ao passo que reformas eleitorais, poderiam melhor controlar o processo eleitoral. No entanto, estas reformas se transformaram em verdadeiros casuísmos, que acabaram por produzir resultados diferentes daqueles esperados pelos “engenheiros” palacianos “e por isso, exigiram outros casuísmos seguintes, numa sequência sem fim de ‘correções de rumo’” (FLEISCHER, 1994, p. 163).

Por exemplo, mudanças como o Código Eleitoral, de 1965, o sistema bipartidário, a Constituição, de 1967, e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, fizeram com que a Arena se tornasse dominante após as eleições de 1970, quando obteve 89% do Senado e 72% da Câmara dos Deputados. Este resultado colocou em riscos a manutenção de uma fachada democrática ao regime, aspecto tão caro aos olhos dos dirigentes militares (KINZO, 1980). Desta maneira, novas alterações aplicaram-se às eleições de 1974, como a proibição da sublegenda¹¹ para a corrida ao Senado, o acesso amplo à televisão para as campanhas eleitorais e a criação de um ambiente mais livre para a sua ocorrência (FLEISCHER, 1994). No entanto, no lugar de permitir ao MDB recuperar a sua posição de 1966, menos desfavorável que aquela produzida pelas eleições federais de 1970, estas mudanças permitiram ao partido opositor a obtenção de uma contundente vitória: dos 22 estados brasileiros, 16 elegeram senadores emedebistas (dentre os quais, os estratégicos estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul). No caso dos governadores, a eleição indireta realizada pelos deputados estaduais em final de mandato, em aplicação da Emenda Constitucional nº 2, de 09 de maio de 1972, permitiu a Arena eleger a totalidade dos executivos estaduais. Este resultado também foi conquistado em função da aplicação de um casuísmo eleitoral, a fusão dos estados da Guanabara (onde o MDB detinha a maioria e elegera o governador, em 1970) e do Rio de Janeiro, que evitou uma nova vitória opositora neste primeiro estado e assegurou a vitória arenista no novo ente unificado, que

¹¹ A sublegenda, prevista pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, permitia que um mesmo partido lançasse até três candidaturas em um mesmo pleito. Desta maneira, vencia o partido que recebesse o maior número de votos somando-se aqueles recebidos por cada sublegenda. O candidato mais votado deste partido se tornava, assim, o vencedor do pleito, mesmo que individualmente ele não fosse o mais votado. Esse mecanismo foi adotado de maneira a conciliar antigas rivalidades herdadas da República de 1946 e permitir a sua coexistência no interior dos dois partidos permitidos pelo AI-2, em especial da Arena (FLEISCHER, 1994, p. 168; MADEIRA, 2002, p. 40).

manteve o nome de Rio de Janeiro. O quadro abaixo reúne os eleitos em cada uma das unidades da federação:

Quadro 1 – Governadores e Senadores eleitos em 1974

Estado	Governo Estadual	Senado
Acre	Geraldo Mesquita (Arena)	Adalberto Sena (MDB)
Alagoas	Divaldo Suruagy (Arena)	Teotônio Vilela (Arena)
Amazonas	Enoque Reis (Arena)	Evandro Carreira (MDB)
Bahia	Roberto Santos (Arena)	Luiz Viana Filho (Arena)
Ceará	Adauto Bezerra (Arena)	Mauro Benevides (MDB)
Espírito Santo	Élcio Álvares (Arena)	Dirceu Cardoso (MDB)
Goiás	Irapuan Costa Júnior (Arena)	Lázaro Barbosa (MDB)
Guanabara	*	Danton Jobim (MDB)
Maranhão	Nunes Freire (Arena)	Henrique de la Rocque (Arena)
Minas Gerais	Aureliano Chaves (Arena)	Itamar Franco (MDB)
Mato Grosso	José Garcia Neto (Arena)	Mendes Canale (Arena)
Pará	Aloísio Chaves (Arena)	Jarbas Passarinho (Arena)
Paraíba	Ivan Bichara (Arena)	Ruy Carneiro (MDB)
Pernambuco	Moura Cavalcanti (Arena)	Marcos Freire (MDB)
Piauí	Dirceu Arcoverde (Arena)	Petrônio Portela (Arena)
Paraná	Jaime Canet Júnior (Arena)	Leite Chaves (MDB)
Rio de Janeiro	Faria Lima (Arena)	Roberto Saturnino (MDB)
Rio Grande do Norte	Tarcísio Maia (Arena)	Agenor Maria (MDB)
Rio Grande do Sul	Sinval Guazzelli (Arena)	Paulo Brossard (MDB)
Santa Catarina	Konder Reis (Arena)	Evelásio Vieira (MDB)
São Paulo	Paulo Egídio Martins (Arena)	Orestes Quércia (MDB)
Sergipe	José Rollemberg (Arena)	Gilvan Rocha (MDB)

* Em aplicação da Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974, ficou decidido que os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro seriam fundidos, mantendo o nome deste último. Fonte: Feito pelo autor a partir de dados do TSE

3 A continuidade de carreiras políticas

Conhecidos os indivíduos que preencheram os 43 mandatos concernidos pelo recorte aplicado no presente artigo, resta examinar, a partir da base de dados anteriormente descrita, os empreendimentos de continuidade de carreiras políticas promovidos ou não por estes eleitos e, em seguida, testar variáveis explicativas desse fenômeno.

Tabela 1 – Eleições de 1974 e a continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
			n'	%	n''	%	
Governadores	21	19	7	36,84	5	26,32	71,43
Senadores	22	15	9	60	4	26,67	44,44
TOTAL	43	34	16	47,06	9	26,47	56,25

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Postos ocupados na ditadura civil-militar

Os resultados exprimidos pela tabela 1 foram calculados a partir de n , ou seja, descontando do total de eleitos em 1974 (N) os governadores e senadores mortos antes de 1989. Ao total, dos 43 mandatos preenchidos em 1974, 34 indivíduos continuavam vivos em 1989 e, portanto, com possibilidades de darem prosseguimento às suas carreiras políticas no novo regime democrático. Destes, 16 (47%) disputaram eleições na democracia, enquanto 9 (apenas 26%) conseguiram alcançar cargos eletivos. Os dados acima revelados permitem avaliar o impacto de uma primeira variável explicativa do sucesso (ou não) dos empreendimentos de continuação de carreiras políticas: a ocupação, na ditadura, do posto de governador ou senador. Por um lado, é maior o número de senadores que disputaram eleições na democracia (9 contra 7), enquanto, por outro lado, é maior o número de governadores que venceram-nas (5 contra 4). Isso significa que a taxa de sucesso das candidaturas de governadores remanescentes na democracia (71,43%) é superior àquela dos senadores (44,44%). Portanto, em um primeiro exame, ter sido governador na ditadura, pelo menos para o caso das eleições de 1974, se revela como uma vantagem, em comparação ao exercício do mandato senatorial, em relação a um projeto de continuidade de carreira política. Vejamos como se comportam outras variáveis explicativas.

A carreira prévia

Como dito anteriormente, governadores e senadores são, geralmente, postos ocupados por políticos detentores de importantes carreiras prévias (NEIVA, 2011). De fato, os 22 senadores eleitos em 1974 haviam ocupado uma média de 3,05 cargos¹² antes da chegada ao Senado. No caso dos governadores, o número é menor, alcançando a média de 2,29 cargos antes da eleição ao executivo estadual¹³. A tabela 2, a seguir, apresenta dados sobre a média de cargos ocupados por três grupos diferentes de políticos: os que não continuaram as suas carreiras políticas após 1989; aqueles que disputaram eleições após 1989; e, finalmente, aqueles que venceram eleições após 1989.

¹² Este levantamento considerou apenas cargos eletivos, nominalmente aqueles de vereador, vice-prefeito, prefeito, vice-governador, governador, deputado estadual, deputado federal, senador, vice-presidente da República e presidente da República.

¹³ Esta diferença se deve ao fato de um maior número de governadores eleitos em 1974 estarem em seu primeiro mandato em comparação aos senadores (6 contra 3).

Tabela 2 – Variável média de cargos ocupados e continuidade de carreiras políticas

Cargo	Média de cargos ocupados até a eleição em 1974			
	TOTAL*	Não disputaram eleições após 1989	Disputaram eleições após 1989	Venceram eleições após 1989
Governador	2,21	2,00	2,57	2,60
Senador	2,87	4,17	2,00	2,00

* Descartados os mortos antes de 1989

Fonte: Autoria Própria

Os dados revelam que a média de cargos ocupados até a eleição em 1974 não parece ser uma variável importante sobre a continuidade de carreiras políticas na democracia, na medida que os dados não são coerentes para o caso dos eleitos deste ano. Por um lado, no caso dos governadores, os que não disputam eleições após 1989 haviam ocupado uma média de cargos menor que aquelas dos que disputam eleições e que as vencem. Por outro lado, no caso dos senadores ocorre justamente o contrário. Assim, se em um caso parecem ser os políticos mais experimentados que conseguem continuar as suas carreiras políticas na democracia, no outro caso, encontrou-se exatamente o contrário.

Desta forma, decidiu-se testar outro possível impacto da carreira anterior à eleição de 1974 sobre os empreendimentos de continuidade das carreiras políticas: a obtenção de mandatos eletivos no regime democrático anterior ao golpe de 1964. Os dados encontram-se disponíveis na tabela a seguir:

Tabela 3 – Variável carreira anterior a 1964 e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Carreira anterior a 1964	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso	
				n'	%	n''	%	%	
Governador	21	19	Sim	10	3	30	2	20	66,6
			Não	9	4	44,4	3	33,3	75
Senador	22	15	Sim	10	5	50	2	20	40
			Não	5	4	80	2	40	50
TOTAL	43	34	Sim	20	8	40	4	20	50
			Não	14	8	57,1	5	35,7	62,5

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Como se percebe, a maior parte dos governadores e senadores eleitos em 1974 já detinham carreiras políticas no regime democrático anterior ao golpe de 1964. Este fato não chega a surpreender na medida em que tanto os partidos quanto os políticos da Quarta República formaram, respectivamente, as bases de formação de, respectivamente, os partidos do sistema bipartidário instaurado pela ditadura e das suas bancadas federais, estaduais e

municipais (KINZO, 1980). Contudo, ao passo que o exercício de mandatos eletivos no regime prévio à ditadura civil-militar se revelou como um fator explicativo importante da presença destes políticos no cenário político deste último regime, o mesmo não pode ser dito da continuidade nas suas carreiras para além da ditadura. Pelo contrário, conforme a tabela acima aponta, dentro os governadores e senadores eleitos em 1974, são aqueles que não detinham carreiras políticas no regime democrático anterior à ditadura que mais frequentemente disputaram eleições na democracia posterior à ditadura e que mais frequentemente alcançaram cargos eletivos neste último regime.

Contudo, a pequena vantagem obtida pelos não-remanescentes do regime de 1946 sobre aqueles remanescentes é indicativa de cautela. Este dado deve ser lido acompanhado de outra variável cujo efeito sobre a continuidade de carreiras após 1989 será testado a seguir: a idade dos eleitos em 1974

O fator geracional

A sequência da pesquisa poderá confirmar a hipótese segundo a qual quanto mais próxima da data de transição à democracia, maior será a frequência de continuidade de carreiras políticas revelada por uma dada eleição. Por enquanto, é possível tomar o caso da eleição de 1974, dividindo os governadores e senadores então eleitos em dois grupos, a saber, os mais jovens¹⁴ e os mais velhos¹⁵, de maneira a fornecer indicativos acerca do eventual peso de um fator geracional sobre os empreendimentos de continuidade de carreiras políticas.

Tabela 4 – Variável Idade e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Idade média	Grupo	n	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
						n'	%	n''	%	%
Governador	21	19	50	Jovens	10	7	70	5	50	71,4
				Velhos	9	0	0	0	0	0
Senador	22	15	47,5	Jovens	9	7	77,7	4	44,4	57,1
				Velhos	6	2	33,3	0	0	0

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Sobressai da tabela anterior que, no caso das eleições de 1974, é sempre maior o número de governadores ou senadores que tentam e conseguem continuar as suas carreiras

¹⁴ Por mais jovens, entende-se os governadores ou senadores com idade igual ou inferior à média dos eleitos a cada posto e com chances de continuarem as suas carreiras, ou seja, descontando-se os mortos antes de 1989.

¹⁵ Por mais velhos, entende-se os governadores ou senadores com idade superior à média dos eleitos a cada posto, igualmente desconsiderando no cálculo aqueles mortos antes de 1989.

políticas na democracia quando a sua idade é igual ou inferior à média de seus homólogos, que aqueles que encerram suas carreiras no regime autoritário¹⁶. Esta conclusão demonstra a presença de um fator geracional importante na decisão de tentar continuar a carreira política na democracia. Contudo, ele não é capaz de explicar sozinho o sucesso desse empreendimento, conquista que pode ser compreendida, por exemplo, através do pertencimento do político em questão a uma família com tradição política, variável testada a seguir.

O núcleo familiar

Uma das variáveis mais frequentemente empregadas para o estudo de carreiras políticas é o pertencimento à famílias com tradição política. Defende-se que aqueles indivíduos oriundos de família já presentes na política (eventualmente, com uma longa tradição política transmitida entre as suas diferentes gerações) têm vantagens no momento do recrutamento político em relação àqueles indivíduos de famílias sem tradição política. Com efeito, autores como Doria (1995) reduzem a definição das fronteiras da elite política às famílias consolidadas no poder. Sem necessariamente adotar este ponto interpretativo extremo, as pesquisas, em geral, que observam variáveis ligadas aos laços familiares, “estão interessadas e, desvendar mecanismos sociais de premiação de linhagens políticas, tradições e ligações locais como insumos constitutivos dos grupos dirigentes de uma região em um certo período de tempo” (COSTA et al., 2015, p. 70).

O exercício do mandato de governador ou senador, a presença ou não no *cosmos* político da Quarta República e a maior ou menor idade são fatores que afetam o empreendimento de continuidade de carreiras políticas na democracia. No entanto, estas variáveis falam pouco sobre a presença do eleito em questão na elite política da ditadura. Por este motivo, é considerado, agora, o pertencimento à famílias tradicionais na política. Esta variável, por um lado, nos elucidada sobre a inserção do indivíduo no conjunto de 43 eleitos nas eleições em consideração e, por outro lado, também se erige como mais um incentivo para a continuidade de carreiras políticas na transição de regime.

¹⁶ Dentre os mais jovens temos o seguinte quadro: nos governos estaduais, quatro não tentam continuar as suas carreiras (Adauto Bezerra, Jaime Canet Júnior, Moura Cavalcanti e Paulo Egidio Martins), enquanto sete outros o tentam (Aureliano Chaves, Irapuan Costa Júnior, Divaldo Suruagy, Elcio Álvares, Konder Reis, Roberto Santos e Sinval Guazzelli), sendo que os cinco últimos o conseguem. Enquanto isso, no Senado, são duas as desistências (Agenor Maria e Gilvan Rocha) e sete postulantes a cargos eletivos na democracia (Evandro Carreira, Leite Chaves, Orestes Quércia, Itamar Franco, Lázaro Barbosa, Mauro Benevides e Roberto Saturnino Braga), sendo que os quatro últimos conseguem alcançá-los.

Antes de passarmos aos dados encontrados, é preciso ter em mente os critérios escolhidos para a definição do que é uma família com tradição política. Como anteriormente afirmado, os verbetes do DHBB apresentam uma estrutura básica comum. No que diz respeito aos laços familiares dos biografados, nem sempre se encontram disponíveis informações acerca de atividades e filiações partidárias dos pais e demais familiares. Alguns verbetes contém informações pormenorizadas sobre o exercício de mandatos locais ou regionais nas máquinas partidárias (presidência do diretório municipal, funções na executiva estadual, etc.), enquanto, na maior parte dos casos, os vínculos políticos da família se restringem a uma descrição de cargos eletivos ocupados pelos familiares. Por esta razão, neste artigo, família na política circunscreve os casos de familiares (pais, irmãos, avós, tios, primos e esposos) que tenham exercido mandatos dos postos descritos na discussão sobre a carreira prévia¹⁷, pois são estes os dados disponibilizados pela fonte de dados.

Tabela 5 – Variável familiar e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Família na política		Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
					n'	%	n''	%	%
Governador	21	19	Sim	8	4	50	3	37,5	75
			Não	11	3	27,2	2	18,1	66,6
Senador	22	15	Sim	5	2	40	2	40	100
			Não	10	7	70	2	20	28,5

* Descartados os mortos antes de 1989

Fonte: Autoria Própria

É possível perceber que o pertencimento à famílias tradicionais se apresenta como um fator importante no recrutamento dos governadores e senadores eleitos em 1974. Dentre os primeiros, 42% dos eleitos pertenciam a famílias tradicionais. No caso dos segundos, esta proporção é de 33%, sempre desconsiderando-se os mortos antes de 1989. No que diz respeito à continuidade de carreiras políticas na democracia, o pertencimento à famílias tradicionais se revela determinante, sobretudo, quando consideramos a taxa de sucesso desses empreendimentos: 75% dos governadores eleitos em 1974 e membros de famílias com tradição política, que disputaram eleições na democracia, as venceram; no caso dos senadores, os dois membros de famílias com tradição política que disputaram eleições na democracia, as venceram. Dentre aqueles senadores sem família tradicional, dos sete candidatos, apenas dois

¹⁷ Ver nota de rodapé número 12.

alcançaram o sucesso eleitoral. É possível que, não fosse a definição restritiva de família com tradição política empregada, estes dados poderiam ser ainda mais impressionantes.

A filiação partidária

A promulgação do Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar Número Quatro (AC-4), em 20 de novembro de 1965, decretaram a extinção dos partidos políticos em funcionamento desde a redemocratização de 1945 e a sua tradução em uma nova ordem bipartidária composta, por um lado, por um partido de sustentação do regime ditatorial, a Arena, e, por outro lado, por um partido de oposição moderada, o MDB. A vitória emedebista nas eleições ao senado, de 1974, tem como particularidade marcar a consolidação do bipartidarismo já aplicado nas eleições gerais de 1966 e 1970 e que tinha, até então, a sua legitimidade obstruída pela sua origem autoritária e artificial e pela projeção em seu seio dos fantasmas das rivalidades do passado (KINZO, 1980; KRIEGER, 1976; MADEIRA, 2006). Este novo *état de choses* fez emergir um caráter plebiscitário da disputa bipartidária, o que potencializou a viabilidade eleitoral do MDB (MADEIRA, 2006, p. 75) e tornou-o um canalizador da contestação do regime e, portanto, um elemento de dinamização da transição política (CODATO, 2005, p. 95).

Diante deste novo cenário e tomando-se em consideração que os arenistas sustentavam um regime contra o qual, teoricamente, era feita a transição, é analisado o impacto da filiação dos eleitos de 1974 seja a Arena seja ao MDB sobre a continuidade de carreiras políticas, tomando-se como hipótese de que os opositores teriam mais incentivos para a consecução do empreendimento de continuidade da carreira política.

Tabela 6 – Variável filiação partidária e continuidade de carreiras políticas

Partido	N	n*	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
			n'	%	n''	%	%
Arena	27	22	8	36,3	5	22,7	62,5
MDB	16	12	8	66,6	4	33,3	50

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Diferentemente do que se esperava, são os eleitos da Arena que se elegem em maior número na democracia e que tem taxas de sucesso mais elevadas dos seus empreendimentos de continuidade de carreiras políticas. Este achado é sustentado pelas características da transição política brasileira. Por um lado, Geisel foi capaz de iniciar o processo de transição para melhor controlar o curso da mudança a ser realizada e, desta forma, evitar que os quadros

identificados com o regime autoritário sofressem constrangimentos para a sua participação política no novo regime democrático (MARQUES, 2010). Por outro lado, este novo regime manteve elementos do sistema política da ditadura, como a centralidade do Presidente da República, a coalizão enquanto forma de governabilidade, a fragmentação do sistema partidário, a baixa intensidade da cidadania, o arranjo federalista e o caráter regional das alianças políticas nacionais. Esta combinação de incentivos institucionais, certamente, incentivou elites políticas consolidadas na ditadura – inclusive, aquelas, identificadas ao partido de sua sustentação – a continuarem as suas carreiras políticas após 1989.

3 Os caminhos na democracia

Resta considerar quais foram os caminhos seguidos pelos governadores e senadores remanescentes na democracia. No quadro abaixo, foram listados todos aqueles que disputaram eleições na democracia, em negrito foram destacadas as eleições vencidas e em itálico foram grifados as eleições que deram lugar à obtenção de uma suplência.

Quadro 2 – Carreiras políticas dos remanescentes na democracia

Governadores		Senadores	
Nome (Partido/Estado)	Percurso na democracia	Nome (Partido/Estado)	Percurso na democracia
Aureliano Chaves (Arena/MG)	Presidente 1989 (PFL)	Evandro Carreira (MDB/AM)	Senador 1998 (PV); Senador 2010 (PSOL)
Divaldo Suruagy (Arena/AL)	Governador 1994 (PMDB) ; Deputado Federal 1998 (PMDB)	Evelásio Vieira (MDB/SC)	Senador 1990 (PMDB)
Élcio Álvares (Arena/ES)	Senador 1990 (PFL) ; Senador 1998 (PFL); Deputado Estadual 2006 (PFL) ; Deputado Estadual 2010 (DEM)	Itamar Franco (MDB/MG)	Vice Presidente 1989 (PRN) ; Governador 1998 (PMDB) ; Senador 2010 (PPS)
Irapuan Costa Júnior (Arena/GO)	Deputado Federal 1994 (PP)	Jarbas Passarinho (Arena/PA)	Governador 1994 (PPR)
Konder Reis (Arena/SC)	Vice Governador 1990 (PFL) ; Deputado Federal 1998 (PFL) ; Deputado Estadual 2002 (PFL)	Lázaro Barbosa (MDB/GO)	Deputado Federal 1990 (PMDB)

Roberto Santos (Arena/BA)	Governador 1990 (PMDB); Deputado Federal 1994 (PSDB)	Leite Chaves (MDB/PR)	Deputado Federal 1998 (PMDB)
Sinval Guazzelli (Arena/RS)	Deputado Federal 1994 (PMDB)	Mauro Benevides (MDB/CE)	Senador 1994 (PMDB); <i>Deputado Federal 1998 (PMDB)</i> ; <i>Deputado Federal 2002 (PMDB)</i> ; Deputado Federal 2006 (PMDB) ; Deputado Federal 2010 (PMDB) ; <i>Deputado Federal 2014 (PMDB)</i>
		Orestes Quércia (MDB/SP)	Presidente 1994 (PMDB); Governador 1998 (PMDB); Senador 2002 (PMDB); Governador 2006 (PMDB)
		Roberto Saturnino Braga (MDB/RJ)	Vereador 1992 (PSB) ; Senador 1994 (PSB); Vereador 1996 (PSB); Senador 1998 (PSB)

Fonte: Autoria Própria

Dentre os 16 eleitos em 1974 (de um total de 34 vivos após 1989) que disputaram eleições na democracia, os três cargos mais frequentemente disputados foram aqueles de Deputado Federal (12), Senador (10) e Governador (6), que são os mesmos para os quais os 9 remanescentes mais frequentemente se elegeram: 9 eleições ao posto de deputado federal (contando com as três suplências de Mauro Benevides); 3 ao Senado e 2 aos postos de Governador e Deputado Estadual. Como se percebe, os eleitos de 1974 tentaram manter, na democracia, os postos que já ocupavam na ditadura, mas foi na Câmara de Deputados, onde mais frequentemente continuaram as suas carreiras políticas. O quadro traz os dados daqueles que não conseguiram manter cargos eletivos na democracia, pois muitos deles ainda se mantiveram importantes figuras no interior dos seus partidos, como demonstra o fato de políticos como Aureliano Chaves, Evandro Carreira, Evelásio Vieira, Jarbas Passarinho e Orestes Quércia, que mesmo sofrendo derrotas eleitorais (por vezes, sucessivas) foram capazes de obter as indicações partidárias a postos estratégicos, como aqueles de governador,

senador ou presidente da República. Desta maneira, o quadro a seguir reúne os diferentes percursos tomados pelos eleitos de 1974 em seus empreendimentos de continuidade de carreiras políticas.

Quadro 3 – Perfis de continuidade das carreiras políticas

Perfil	Carreira prévia a 1964	Carreira posterior a 1989	Frequência
1	Com carreira	Candidato eleito	4
2	Com carreira	Candidato	4
3	Com carreira	Sem carreira	12
4	Sem carreira	Candidato eleito	5
5	Sem carreira	Candidato	3
6	Sem carreira	Sem carreira	6

Fonte: Autoria Própria

A partir deste quadro, se distinguem dois perfis básicos daqueles que conseguiram dar sequência às suas carreiras políticas após 1989. O primeiro é aquele dos *políticos eleitos no período democrático anterior à Ditadura, ao longo desta e no pós-1989*. Se enquadram neste perfil os senadores Roberto Saturnino Braga e Mauro Benevides e os governadores Sinval Guazzelli e Konder Reis. Estes políticos conseguiram se alocar na ordem autoritária inaugurada em 1964 e, firmando seu protagonismo político, foram capazes de se manter entre a elite política no retorno à democracia. O segundo perfil é aquele dos *políticos eleitos na Ditadura e após esta*. Para estes, o regime autoritário permitiu o seu acesso à elite política, status que foi mantido no período democrático. Se enquadram neste perfil os senadores Itamar Franco e Lázaro Barbosa, assim como os governadores Divaldo Suruagy, Élcio Álvares e Roberto Santos.

Conclusão

O objetivo principal do presente artigo foi o de estudar o caso das eleições de 1974 aos governos estaduais e ao Senado Federal, examinando se estes eleitos tentaram manter as suas carreiras políticas após a transição política realizada em 1989, com a eleição direta e decisiva do primeiro presidente civil desde o golpe civil-militar de 1964, e se o conseguiram. Neste sentido, a principal contribuição do artigo aos estudos de carreiras políticas é apresentar o dado segundo o qual 47% dos eleitos em 1974 disputaram eleições na democracia e que 26,5% deles as venceram. Algumas hipóteses foram testadas de maneira a explicar este dado. Assim, revelou-se que a filiação a Arena, que o exercício do mandato de governador, que o

fato de não ser um remanescente da Quarta República, assim como aqueles de se situar entre o grupo dos mais jovens e de pertencer à famílias com tradição política são fatores que impactam positivamente em um empreendimento de continuidade da carreira política na democracia.

Surpreende, em especial, o impacto positivo exercido pela filiação partidária arenista sobre a continuidade de carreiras políticas na democracia. Em um primeiro momento, seria de se imaginar que os agentes de sustentação do regime autoritário teriam mais dificuldades em se firmar no novo regime democrático e que aqueles que representavam a mudança política – os eleitos do MDB – receberiam mais incentivos. Ao confrontarmos este pressuposto com o *modus operandi* da transição brasileira pudemos concluir que são justamente as características da transição que tornam possível o fenômeno de continuísmo, até mesmo, dos antigos sustentadores da ditadura. Eleitos de ambas as legendas foram incentivados a continuarem as suas carreiras na democracia, na medida em que a mudança institucional não foi acompanhada de uma total ruptura com a prática política então prevalecente, mas foram os ex-arenistas que mais se privilegiaram do caráter pactuado da transição.

O impacto positivo da filiação partidária, assim como as influências das demais variáveis deverão ser confirmados pela extensão da pesquisa às demais eleições realizadas sob a vigência da ditadura civil-militar (1965, 1966, 1970, 1978, 1982 e 1986). De qualquer modo, o estudo de caso das eleições de 1974, ao revelar um significativo grau de continuidade de elites políticas e ao apresentar algumas variáveis capazes de explicar a ocorrência deste fenômeno, confirma o interesse em estudar o caso dos governadores e senadores remanescentes da ditadura na democracia.

Bibliografia

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, 2001, p. 11-31.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, 2005, p. 83-106.

COSTA, Luiz Domingos et al. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 63-92.

DORIA, Francisco Antônio. **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1995, 272 p.

FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. IN: SOARES, Gláucio Ary

Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 154-197.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy third wave. **Journal of Democracy**, v. 2, n.2, 1991, p. 12-34.

JENKS, Margareth. Political Parties in Authoritarian Brazil. 1979 . Tese (Doutorado em Ciência Política) – Duke University, Estados Unidos, 1979.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). **Voto de desconfiança**. Eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 217-238.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões...** Saudades, Lutas, Esperanças. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, 398 p.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Vinhos antigos em novas garrafas:** a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 4, 2001, p. 645-687.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, v. 6, 2010, p. 57-69.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do Presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4/5, 1995, p. 149-159.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Coesão e disciplina no Senado Federal. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, 2011, p. 289-318.

NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário:** primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988. 354 p.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar. **Brasil de Fato**, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10300>>. Último acesso em 06 set. 2017.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>>. Último acesso em 06 set. 2017.

SANTOS, André Marenco dos. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

Glossário

Arena – Aliança Renovadora Nacional

DEM – Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

UDN – União Democrática Nacional

Justificando a posse sem voto: liderança pessoal e “vocação natural” como categorias mobilizadas para explicar nomeação em áreas de segurança nacional no RS (1965-1985)

Carlos Augusto N. Pinto¹

Breno M. Gómez²

Germana N. Machado³

Resumo: Durante o período do bipartidarismo na ditadura civil-militar (1964-1979), o regime designou alguns municípios do Rio Grande do Sul de interesse específico denominados Áreas de Segurança Nacional, em que os prefeitos seriam diretamente nomeados, em vez de eleitos através do voto. O objetivo do presente trabalho é analisar os diferentes perfis ocupacionais dos nomeados nestas áreas e a forma como justificam a sua escolha para ocupar a prefeitura por fora da franquia eleitoral. Os dados foram obtidos e analisados a partir de uma série de entrevistas em profundidade já realizadas com ex-prefeitos e pessoas relacionadas (como secretários e familiares). Resultados anteriores (MADEIRA, 2016b) demonstraram diferença significativa na distribuição das principais profissões (professor, comerciante e militar) nos municípios pequenos, médios e grandes. As razões utilizadas pelos nomeados para justificar a nomeação circulam em torno de aspectos da trajetória dos nomeados vinculados a noções de competência profissional e liderança pessoal, como trânsito em várias esferas da vida social local e mesmo um ‘apoio popular’.

Palavras-chave: Recrutamento⁴; Elite política; Autoritarismo.

Introdução

Durante o regime civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985, o governo federal teve sob seu controle a nomeação dos ocupantes do Executivo nos estados e em grande número de municípios. Entre esses municípios estavam incluídos capitais de estado, municípios de fronteira, estâncias hidrominerais e outras localidades consideradas sensíveis ou, por algum motivo, de interesse particular ao governo federal – eram as Áreas de Segurança Nacional

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: carlos.pinto@acad.pucrs.br.

² Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: brenomgomez@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: germana.machado@acad.pucrs.br.

⁴ Por recrutamento, entendemos a forma como os prefeitos nomeados foram “selecionados” – escolhidos – para assumirem as prefeituras das ASN. Essa “seleção” se dava por algum tipo de destaque na região: seja por o indivíduo exercer alguma forma de “liderança local”, seja por ter um papel importante dentro do diretório do partido na região.

(ASN)⁵. No Rio Grande do Sul, 29 municípios – Alecrim, Bagé, Canoas, Catuípe, Crissiumal, Dom Pedrito, Herval, Horizontina, Iraí, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Tres Passos, Tucunduva, Tupareti, Uruguaiana e Vicente Dutra –, com 36% do eleitorado do estado (em 1976), faziam parte desse grupo.

O presente trabalho faz parte do projeto mais amplo de pesquisa, coordenado por Madeira, intitulado “Padrões de recrutamento e de carreiras políticas das elites partidárias em contexto autoritário: o impacto do regime na construção de carreiras políticas”, que envolve também pós-graduandos e que almeja delinear o perfil de recrutamento e de carreiras políticas de prefeitos nomeados pelo regime militar em ASN. A pesquisa é desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS e ao Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia. Além deste primeiro objetivo, busca-se determinar o impacto que possuiu a nomeação na carreira política desses prefeitos posteriormente ao período em que governaram seus respectivos municípios.

O análise sobre o parlamento já é praxe no estudo de elites políticas (mas não somente nele) e o Brasil não é exceção, tratando da temática desde o período anterior ao golpe militar até os dias atuais⁶. Entretanto, as pesquisas sobre elites locais é mais restrito, principalmente quando se trata dos nomeados de Áreas de Segurança Nacional, em que trabalhos nesse sentido são praticamente inexistentes, e a já escassa bibliografia sobre o tema ignora por completo a questão das elites e do recrutamento em ASN (GERARDI, 2015, p. 46). Aqui, a peculiaridade é a natureza diversa do engajamento na esfera política em relação às democracias, regime em que os partidos têm muito peso: pelo caráter autoritário da nomeação, é dispensada a necessidade de grandes potenciais eleitorais por parte dos pretendentes, seguindo-se critérios distintos.

No caso deste estudo em específico, o objetivo é, através da análise dos dados obtidos, compreender quais as categorias mobilizadas por esses políticos, no contexto de serem

⁵ Entre 1964 e 1965, ocorreram nomeações após a cassação de prefeitos considerados subversivos, após a publicação do AI-1 e do AI-2. A partir de 1966, com a publicação do AI-3, os prefeitos de capitais de Estado começaram a ser nomeados. Dois anos depois, em 1968, ocorre a criação das ASN com a nomeação direta dos prefeitos desses municípios, decretado pela Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm#art1>.

⁶ Por exemplo, Madeira (2007) e Carvalho (2008). Gerardi (2015) enumera uma série de trabalhos sobre recrutamento nas várias esferas da política brasileira, do Senado ao nível local.

escolhidos fora da via democrática, para justificar a nomeação, se em termos de aptidões ou qualidades, vínculos associativos, acaso, e assim por diante. Isso difere de se perguntar ‘como’ ocorreram as nomeações – ou seja, por quais meios ocorreu a introdução desses prefeitos nomeados no meio político (se por convenção municipal, apoio de parlamentar estadual ou federal, ou mesmo nomeação direta do presidente ou do governador). Aqui, a pergunta é mais ‘por que’ – sob sua própria visão, quais seus atributos próprios que lhes permitiram ser nomeados (alguns exemplos são uma representatividade comunitária, capacidade de gestão ou meramente estar no lugar certo, na hora certa). Um aspecto que pode deixar essa análise mais complexa é a aparente falta de uniformidade nos critérios da escolha de prefeitos nomeados. Quando perguntados sobre seus próprios processos de nomeação, os nomeados descrevem desde votações simples no nível do diretório municipal da Arena até nomeações feitas diretamente pelo Presidente da República.

1. Metodologia

O projeto como um todo faz uso tanto de método quantitativo quanto qualitativo. No primeiro caso, houve o uso do software SPSS com dados sobre deputados federais desde 1962 e prefeitos nomeados, incluindo carreira política, histórico familiar na política, entre outras informações. No segundo caso, foram realizadas 37 entrevistas semiestruturadas com ex-prefeitos nomeados, familiares e secretários, abrangendo diversos aspectos da política local e estadual e do período específico em que o entrevistado esteve na prefeitura, atuação como prefeito e recrutamento para nomeação⁷. Essas entrevistas foram realizadas durante o ano de 2012, com a exceção de uma realizada em 2015.

No presente trabalho foi utilizado o material das entrevistas, único lugar em que podiam estar presentes as respostas para as questões às quais este breve estudo se propõe. Analisando as entrevistas e verificando que tipos de categorias e quais aspectos são empregues pelos entrevistados para entender e legitimar suas próprias nomeações, será possível entender quais delas possuíam maior peso ou, ao menos, quais eram mais aceitáveis (mais legítimas no discurso público) aos olhos dos entrevistados.

2. Fundamentação Teórica

⁷ O roteiro de entrevista utilizado está disponível em Gerardi (2015, p. 192-194).

Madeira (2002) vem estudando perfis de carreira política de deputados federais arenistas em três estados: São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.⁹ Desde 2009, está em curso o projeto que estuda as elites e o recrutamento delas no contexto das Áreas de Segurança Nacional no estado do Rio Grande do Sul, em maior parte nas cidades na fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Desde então, produziu-se um número de trabalhos que começam a esquematizar os processos de nomeação nas ASN do Rio Grande do Sul. De certa forma, começou-se a decodificar um processo à primeira vista caótico, mesmo sem se determinar um padrão de recrutamento ou um perfil nítido dos nomeados.

Madeira e Gerardi (2014a) propuseram uma tipologia de carreiras de nomeados com oito caminhos possíveis na carreira de um nomeado, passando por cinco variáveis: a existência de políticos na família¹⁰, a nomeação em cargos burocráticos e a vitória para cargos eletivos antes e depois do período bipartidário. Quanto a essa última, a análise é feita separadamente para cada período, para captar a influência de capital político anterior no recrutamento de nomeados – ou, em outras palavras, a manutenção de uma elite – e da própria nomeação em sucesso político posterior. Os resultados obtidos revelam um grupo de indivíduos relativamente heterogêneo, distribuído de maneira fragmentada entre as categorias criadas.

Naturalmente, esse meio de determinar um perfil dos prefeitos nomeados tem seus problemas e suas limitações. O critério original para definição de vínculos familiares exclui o parentesco por casamento, por exemplo; o critério de carreira política anterior ignora filiação partidária de longa data e liderança política local mais ou menos informal; e o critério de carreira posterior não distingue aqueles que foram derrotados em pleitos pós-bipartidarismo daqueles que voluntariamente abandonaram a vida pública. Justamente pela aparição desse perfil heterogêneo dos nomeados, as entrevistas semiestruturadas surgem como úteis para apurar detalhes mais aprofundados de aspectos que não podem ser captados através do método quantitativo.

Um teórico que se aproxima do foco específico deste trabalho é Gaetano Mosca (1966), que apontou que toda classe dirigente de uma sociedade (uma elite política) se apoia em certos atributos que a legitimem perante a grande massa da população, conferindo-lhe

⁹ Um recorte da dissertação pode ser encontrado em Madeira (2007).

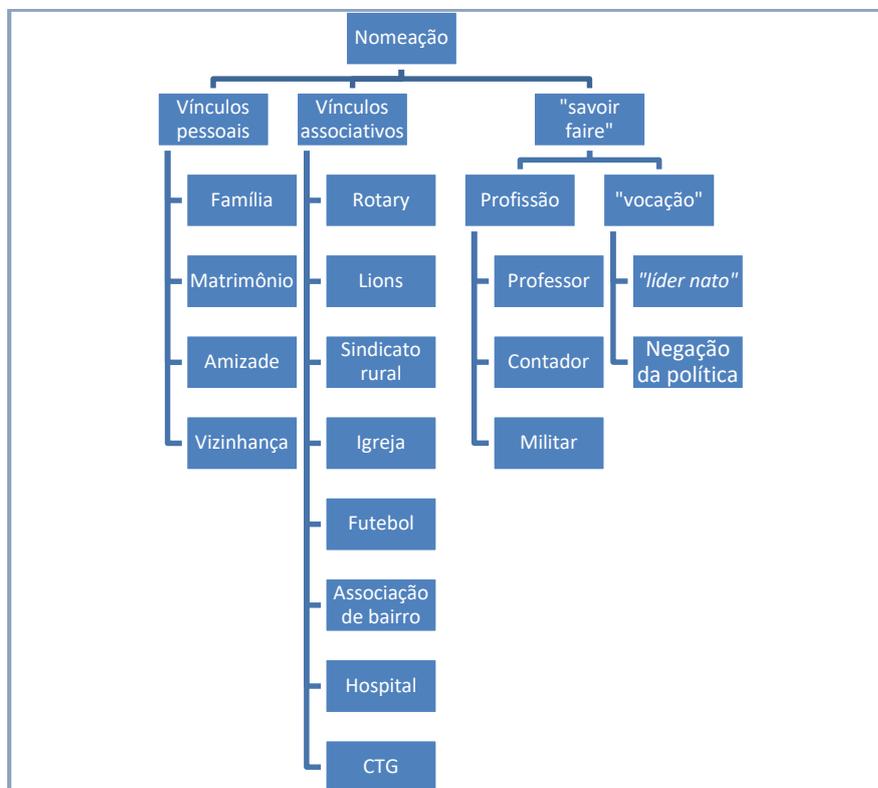
¹⁰ Nesse artigo, de 2014, o critério é “a existência de parente (em primeiro ou segundo grau) que tenha ocupado cargo eletivo antes da sua nomeação à prefeitura” (MADEIRA; GERARDI, 2014a, p. 154).

“certa superioridade material, intelectual e mesmo moral” (p. 54) em relação ao resto da população. Como o próprio Mosca já afirmou, a ‘qualidade’ em questão pode variar, ainda que ele, sob uma lógica evolucionista, vinculasse o atributo necessário às elites a um grau de “civilização” (nas sociedades “primitivas”, as classes dirigentes seriam predominantemente guerreiras, enquanto entre os “civilizados”, seriam os mais ricos). Uma vez que o atributo fosse desvalorizado ou se tornasse inútil, a classe dirigente estaria fadada a um declínio. Nesse sentido busca-se saber, sob a visão dos próprios nomeados, quais são os atributos socialmente valorizados nas localidades que receberam nomeações ou, ao menos, quais os atributos mobilizados em um discurso publicamente aceitável, em particular no contexto autoritário, em que está ausente a justificativa óbvia da vitória através do sufrágio.

3. Resultados

O projeto anteriormente dedicou-se à análise das carreiras políticas, sob um viés mais institucional, buscando possíveis padrões tanto de carreira prévia (família com cargos políticos, presença em cargos eletivos ou burocráticos antes da nomeação) como de carreira posterior (presença em cargos eletivos ou burocráticos após a prefeitura), sem encontrar padrões muito perceptíveis em relação tanto à participação em cargos políticos quanto à repercussão posterior da nomeação. Agora, passa-se a uma análise das categorias mobilizadas para explicar a nomeação, que, de acordo com a tipologia estabelecida por Madeira, se dividem entre um *savoir faire*, um *know how* (possível de ser invocado tanto junto ao perfil sócio-ocupacional quanto junto à vocação), vínculos associativos e vínculos pessoais (presidência de clubes de futebol ou clubes locais, envolvimento com sindicatos patronais ou de trabalhadores, assim como contato com altos escalões políticos ou militares). Há uma dificuldade bastante grande, em ambos os casos, para obter dados sobre os prefeitos nomeados, principalmente à medida que as cidades são menores (que são um grupo significativo) e o tempo mais recuado – isto é, quanto menos notória a personagem, mais difícil é obter dados precisos sobre os estudados (HEINZ; CODATO, 2015). No entanto, os dados utilizados aqui serão principalmente provenientes das entrevistas conduzidas com os nomeados.

Figura 1 – Categorias mobilizadas para explicar nomeação



Fonte: Madeira, 2016b.

Madeira (2016b) se debruça sobre a parte da análise do perfil sócio-ocupacional. Ele detecta um predomínio da presença de militares, professores e comerciantes. No entanto, quando se separa os nomeados pelo tamanho das cidades que governaram, os comerciantes e os professores são predominantes somente em pequenas cidades, enquanto nas cidades médias e grandes os militares possuem mais peso. Ainda que seja apenas um esboço de explicação, por um lado esse fenômeno pode ser explicado pelo prestígio social da profissão do professor nas cidades menores, que lhes proporciona uma maior notoriedade e um protagonismo na vida social da comunidade (e, por conseguinte, na vida política). Um entrevistado evidencia isso ao falar da relação com outros nomeados que também se formaram professores:

Entrevistador: Isso [ser professor na região] dava uma boa relação entre vocês da região?

Entrevistado: Muito. Muito mesmo. Nós éramos, assim, considerados autoridade. Na época, autoridade respeitada e a gente procurava

corresponder àquela confiança que a comunidade empregava na gente. Cada vez mais confiança, mais responsabilidade.¹¹

Por outro lado, pode-se especular uma falta de confiança dos militares na administração civil em cidades maiores, como Canoas, onde fica uma base da Força Aérea Brasileira – o que não significa que prefeitos de origem militar não marcassem forte presença em municípios de todos os tamanhos, em todas as regiões do Rio Grande do Sul (a capital Porto Alegre foi uma notável exceção nesse aspecto). Todavia, no trabalho presente, o foco é a análise das categorias mobilizadas pelos ex-prefeitos para legitimar, ou ao menos explicar, suas nomeações.

Partindo para a análise dos dados, percebe-se rapidamente uma variedade de categorias mobilizadas pelos ex-prefeitos para explicar sua nomeação, tanto ao serem perguntados diretamente, quanto em afirmações espontâneas. Naturalmente, as tipologias propostas por Madeira devem ser vistas somente com olhos analíticos, pois não há qualquer separação deliberada por parte dos entrevistados e, mesmo havendo tal diversidade, há uma sobreposição dessas categorias em diversos casos, com os entrevistados utilizando várias lógicas explicativas diferentes para legitimarem sua nomeação.

Uma categoria por vezes citada direta ou indiretamente para justificar a nomeação é a associação a clubes de futebol, como presidente, dirigente ou jogador (ou mesmo várias dessas ao mesmo tempo). Frequentemente, tal menção está vinculada com, por decorrência, o entrevistado conhecer muitos integrantes da comunidade, de vários estratos, adquirindo muita visibilidade com o trabalho próximo ao clube de futebol. Às vezes, essa visibilidade serve como plataforma para uma eleição para vereador antes da nomeação; em outras, é útil como campo de atuação para um trânsito junto às elites políticas cidadinas e, por consequência, para aquisição de capital político e influência junto ao diretório municipal do partido. No trecho a seguir, em simultâneo ao destaque obtido através da atividade profissional, também entra em relevância a ocupação de cargos em outros clubes e associações de moradores:

Entrevistado: Olha, eu sempre gostei de participar. Então em Itaquí eu comecei a participar. Entrei por acaso [na política]. Por acaso, tavam com dificuldade de achar gente pra concorrer em 62 parece que foi, e aí, quando eu vi, já tava metido no... depois que a gente entra [na política] não consegue sair mais, é difícil. Eu participei de praticamente tudo dentro de Itaquí, né.

¹¹ MARQUES, Pedro Venâncio de Oliveira. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [26 out. 2012]. Roque Gonzales.

Parte esportiva, parte de clubes sociais, fui presidente de associação comercial e industrial...

Entrevistador: Isso antes de ser do partido?

Entrevistado: Não, durante. Fui presidente do hospital de Itaqui por sete anos. Presidente do clube comercial [...] presidente do time de futebol. [...] Fora outros.

Entrevistador: O senhor tava praticamente dentro da vida social do município.

Entrevistado: Sempre.

Entrevistador: E isso paralelo a ser empresário?

Entrevistado: Sim.¹²

Mesmo um prefeito eleito logo antes do golpe, mas mantido pelo regime, faz uma justificativa parecida:

Entrevistado: Eu era caminhoneiro, mas também já trabalhava com posto de combustíveis como eu tenho até hoje. E já fui presidente de clube de futebol, fui presidente do clube da cidade... é, presidente de uma outra série de... presidente, de casa de criança, uma série de outras coisas...

Entrevistador: O senhor tava sempre envolvido?

Entrevistado: Sempre envolvido, sempre envolvido, tinha que tá sempre na frente. Em função disso, o pessoal confiava na gente. Porque quanto mais atribuições a gente tem, mais responsabilidade que tem, então você executa. Não é verdade? Porque um desocupado não fica fazendo, mas a gente, “vou fazer isso, isso e aquilo”. Então a gente sempre ficou envolvido nesse negócio.¹³

Ao mesmo tempo que, em termos analíticos, o trânsito por cargos e ocupações (civis e comunitárias) bastante visíveis perante a sociedade local possa representar um acesso privilegiado ao cerne da política local, para o entrevistado tais ocupações tornam-se um evento despolitizado, sendo invocadas como justificativa prática para as nomeações (ou eleições) como evidências de um *expertise* por parte deles próprios, de atividade deles na vida do município ou de capacidades em administração. No caso a seguir, a atividade no futebol amador é somada à visibilidade de ser um radialista na cidade, dessa vez de forma mais abertamente política.

Em todos esses casos e em alguns outros, o discurso eventualmente se transfigura na ideia da participação ampla na vida da comunidade, que é muitas vezes, de maneira enfática, transformada na justificativa principal (mas mais ampla e mais genérica, ocorrendo por diversos motivos) para a nomeação. De modo paradoxal, aqueles que, ao menos em teoria, chegaram ao poder de um modo não-democrático (a nomeação), em muitos momentos

¹² MURARO, Alcides Olindo. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [07 dez. 2012]. Uruguaiana.

¹³ PIGATTO, Uivalde. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [09 nov. 2012]. Iraí.

utilizam categorias associadas ao método democrático, como o apelo ao apoio popular (mesmo sem sufrágio) ou, em palavreado mais próximo ao dos entrevistados, uma confiança da comunidade.¹⁴

Entrevistador: Isso deu certa visibilidade pro senhor? O senhor tinha algum programa na rádio também? Ou só era diretor da rádio?

Entrevistado: Era diretor, mas eu tinha programas. Fazia. Tinha programas religiosos, rezava o terço, transmitia a missa, né...

Entrevistador: Isso lhe dava certa visibilidade?

Entrevistado: Ah, dava. Exatamente, dava sim, né, tchê. Particpei... futebol também a gente participou né, teve uma vida sempre... não fui craque, mas sempre tive nas pelada e jogando né. Tinha o time de futebol, fui presidente desse time.

Entrevistador: O senhor tava em tudo praticamente.

Entrevistado: Tudo.

Entrevistador: Não tinha como não ser o prefeito.

Entrevistado: Pois é...¹⁵

Passando para o campo dos vínculos pessoais, um dado a notar são as referências feitas a relações com altos oficiais do exército ou apoios concedidos por deputados federais e estaduais, com particular peso dado a estes últimos. No trecho a seguir, o entrevistado descreve uma relação pessoal de amizade com o então futuro presidente General João Figueiredo, que o “obrigou” a aceitar o cargo de prefeito em contrapartida por não aceitar ser homem de confiança de Figueiredo em Brasília. Nesse caso, praticamente *sui generis* pelo caráter diretamente presidencial de sua nomeação, o nomeado chegou ao cargo através da alta cúpula político-militar do regime.

Entrevistado: [...] depois que o Presidente Médici saiu do poder... Que foi o Presidente Geisel... Eu mantive sempre, com o Figueiredo, uma aproximação muito grande porque ficamos muito amigos e gostávamos das mesmas coisas, de cavalo, de mate... Então eu passei a ir muito a Brasília e ia lá para a Granja do Torto. [...] No outro dia o Figueiredo disse: “O que tu quer do governo? Tu tem que vir pra cá comigo”. Eu disse: “Olha, Presidente, vamos olhar bem nos olhos... Eu não venho para cá! Eu não estou interessado em nada daqui. Não faz a minha cabeça. Eu tenho outra vida, tô bem na vida, tô criando meus filhos em uma cidade do interior, que é muito mais fácil; **não tenho nenhum atrativo para vir pra cá, a não ser a sua amizade, mas daqui a quatro anos acaba o seu mandato e, se eu vier pra cá, quando eu voltar não encontro mais o que é meu. Eu não posso abandonar o que é meu**”. “Mas tu é difícil...” Aquela história toda... **Resultado; ele bateu na**

¹⁴ Dito isso, ainda que, pela legislação, a prerrogativa da nomeação fosse do presidente da República ou do governador do Estado com o aval do presidente, o uso dessas prerrogativas era muito mais exceção do que regra. Na realidade, era mais frequentemente uma escolha local meramente aprovada pelo governador (e, claro, o apoio de deputados estaduais ou federais com trânsito junto ao governador, como Fernando Gonçalves, era de grande ajuda). Gerardi (2015) mostra que, de 96 nomeações, 58 passaram por alguma espécie de comissão ou convenção partidária, podendo ter ou não a participação de lideranças comunitárias alheias ao partido.

¹⁵ SANTINON, Clemente. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [24 out. 2012]. Porto Lucena.

mesa: “Então tu vai ser o prefeito de Bagé”. ‘Tá. Se eu não tiver que sair de lá, tudo bem.’ E eu terminei prefeito assim. [...] Por isso que eu caí de prefeito... Eu não tinha nada a ver com isso, nada, nada, nada a ver...¹⁶

Frequentemente, os entrevistados relatam a intermediação de deputados, tanto estaduais quanto federais, para efetuação. Normalmente realizava-se uma simples negociação: em troca de apoio em certa região para o pleito ao legislativo, o parlamentar intervinha junto ao governador para realizar a nomeação do indicado que apoiara tal parlamentar, mesmo em casos com votação dentro do próprio partido. O trecho a seguir também evidencia o caráter competitivo das disputas internas na Arena municipal e a influência de diversos setores da sociedade local.

Entrevistado: E isso tudo veio, essa briga, como se diz, assim, para ser prefeito, veio até de dentro do diretório [...]. Cheguei porque eu tive uns amigos e tu sabe que havia uma influência política, essa influência política, por exemplo eu não tinha, no meu lado o deputado mais forte da região que era o Oswaldo Shie, um deputado estadual. Mas eu, por uma felicidade, né, eu tive o apoio do Fernando Gonçalves e o Fernando Gonçalves é cunhado do doutor Amaral [de Souza, então governador], entende? [...] Então alguém nos assoprou, dizendo: ‘olha, vocês apoiando o Fernando Gonçalves, vocês vão ter o privilégio’. Entende? Quer dizer, é cunhado do doutor Amaral então é tudo mais fácil, né. Dependendo tu tens que ter o apoio, no diretório. Você tem que ganhar no diretório do local. Aí eu sei dizer que nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves. Aí uma gurizada que naquela época [tinha] 23 anos, por aí, 24 anos e tal. Aí nós se atracamos, como diz o outro. Aí fomos pra luta né.

Entrevistador: E era o pessoal do futebol?

Entrevistado: Era o pessoal do futebol, pessoal do comércio e tal, que achava que o cara para ser... Que era o meu concorrente, não quero nem dizer quem foi, não interessa também. E não teria condições para poder assumir né, entende? E aí nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves, fizemos 1.300 votos para ele.¹⁷

É possível afirmar que era raro que a decisão sobre a nomeação ficasse inteiramente a cargo de um só *selectorate* de modo completamente autônomo. Mesmo quando se relata que o então prefeito tinha a influência para nomear seu sucessor, o apoio em esferas superiores influía no resultado da indicação (vale ressaltar, no entanto, que o relato a seguir se refere a uma estância hidromineral, cujo prefeito era aprovado pela Assembleia Legislativa, em um sistema diferente das ASN). De certa forma, tais processos assemelham-se ao que Rahat e Hazan chamam de método de seleção *multi-stage*¹⁸ (RAHAT; HAZAN, 2001, p. 300), ainda

¹⁶ AZAMBUJA, Carlos Sá. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi. [22 nov. 2012]. Bagé. Grifo meu.

¹⁷ GRUN, Carlos Willy. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [20 out. 2012]. Crissiumal.

¹⁸ Uma tradução possível seria “multifásico”.

que, no caso das ASN, o processo seja relativamente informal e mais próximo à necessidade de apadrinhamento de lideranças superiores dentro do partido (ou à sua falta). Também fica a dúvida sobre se, pela própria informalidade, o que se considera aqui como outras fases de seleção não sejam meras formalidades, que devem ser descartadas da análise.

4. Considerações finais

Mesmo se tratando de um período sob um regime autoritário e de liberdades políticas restritas e, em processos específicos, em que se subtraiu a possibilidade do voto (como nas nomeações em ASN), é possível perceber a invocação de certos valores associados com o regime democrático, como o apoio da comunidade, trânsito intenso na vida social da cidade, posições de destaque em organizações desportivas, comércio, caridade e outras instituições que proporcionam o estabelecimento de amplas redes sociais e aceitação de vários setores da sociedade local. Em resumo, os entrevistados com frequência se apoiam em noções de representantes legítimos das sociedades que governam, ainda que de maneira informal, e não através do sufrágio.

Ao mesmo tempo, os entrevistados tentam desvincular suas atividades profissionais ou vínculos associativos em geral (o perfil sócio-ocupacional) de um aspecto político mais marcado, como se tentando fixar a noção de uma política menos baseada em negociações, em oposição ao período democrático. Alguns entrevistados, ao descreverem seu próprio processo de nomeação, narram ocasiões “carregadas de relações políticas” tentando “despolitizá-las” (MADEIRA, 2016b), atribuindo, assim, a nomeação a características diversas, como a um perfil mais “técnico” (como ao mobilizar seus estudos em política além da formação de professor – “estudei Maquiavel”¹⁹ – ou seu trabalho e docência prévios em contabilidade, e assim por diante). Não obstante, muitos nomeados não hesitam em relatar a influência de deputados e lideranças estaduais, por exemplo, sobre suas nomeações. Contudo, talvez seja possível distinguir esses últimos relatos e os supracitados entre *como* e *por que* foram nomeados, respectivamente.

A pesquisa, nessa linha, deverá prosseguir adicionando dados sobre os métodos de recrutamento, como Gerardi (2015) já levantou, e cruzando entrevistas de nomeados de uma mesma cidade com as outras, buscando aquilo que há em comum nos discursos e

¹⁹ GIORDANI, Cândido. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [10 out. 2012]. Porto Alegre.

minimizando vieses pessoais, além de uma visão sobre as nomeações externa ao próprio nomeado. Dessa forma, é possível chegar mais próximo das razões reais que determinaram a nomeação de um indivíduo em detrimento do outro e dos atributos de legitimação teorizados por Mosca (1966).

Referências Bibliográficas

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB. 2008. 239 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GERARDI, Dirceu André. **Recrutamento, nomeação e carreiras políticas de prefeitos em ASN do Rio Grande do Sul**. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, mai. 1973.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. cap. 9.

MADEIRA, Rafael Machado. **Arena ou Arenas? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 243-273, abr. 2007.

_____. Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979). **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 124-161, 2016a.

_____. Vínculos pessoais, origem sócio-ocupacional e “protagonismo local”: um mapeamento dos mecanismos postos em marcha nos processos de escolha dos prefeitos nomeados no RS entre 1964 e 1985. In: **X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos, 2016b.

MADEIRA, Rafael Machado; GERARDI, Dirceu André. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de

prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 150-177, 2014a.

_____. Aprendendo a jogar pelas regras do jogo: o impacto do regime na construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional no RS. In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2014, Brasília. **Anais eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2014b.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA (org.). **Textos básicos de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, London, v. 7, n. 3, p. 297-322, mai. 2001.

Entre a tradição e a ruptura: o movimento de vanguarda na Nicarágua

Fred Maciel¹

Resumo: O presente artigo visa apresentar as principais características do movimento vanguardista ocorrido na Nicarágua. Organizado no fim da década de 1920 por jovens poetas da cidade de Granada, tinha como alicerces a defesa de uma cultura nacional e a oposição estética ao modernismo. A passagem no grupo de uma concepção literária para a ação sócio-política teve relevância na construção cultural nicaraguense. Os intelectuais vanguardistas foram significativos na elaboração do elemento nacional, bem como parte marcante da história do país, e buscaremos elucidar tal importância no decorrer do texto.

Palavras-chave: movimento vanguardista; Nicarágua; cultura nicaraguense.

Abstract: This article presents the main features of the vanguardist movement in Nicaragua. Organized at the end of the 1920s by young poets of the city of Granada, had as basis the defense of national culture and aesthetic opposition to modernism. The passage in the group of a literary conception for social-political action had relevance in the Nicaraguan cultural construction. The vanguard intellectuals were significant in the development of the national element, as well as remarkable part of the history of the country, and we will seek to elucidate such importance throughout the text.

Keywords: vanguardist movement; Nicaragua; Nicaraguan culture.

Introdução

A passagem do século XIX ao século XX na Nicarágua e, de maneira geral, em toda a América Central, foi marcada pela polarização política entre conservadores e liberais. Remontada ao período pós-independência, tal divisão estabeleceu as bases políticas da organização social da região, subsidiando o surgimento de determinados grupos e atores sociais, como os intelectuais, por exemplo. Nesse contexto, o campo cultural foi igualmente relevante nas representações e articulações dos mencionados grupos e atores.

Sabe-se que a esfera literária foi, e ainda é, elemento importante na divulgação de ideias e no retrato das conjunturas locais centro-americanas. A prosa foi o caminho mais utilizado em âmbito regional, predominando os romances de tema histórico, influenciados pelos acontecimentos políticos do período, como o conflito contra a invasão do flibusteiro norte-americano William Walker, as tentativas unionistas e as inúmeras ingerências estadunidenses. A particularidade nicaraguense centra-se na primazia da poesia em detrimento

¹ Doutorando em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp/campus Franca. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Grupo de Pesquisa Intelectuais e Política nas Américas (IPA). Email: redmaciel06@gmail.com

à prosa, principalmente pelo impacto e repercussão de Ruben Darío, poeta da cidade de León, grande representante do modernismo literário e considerado por muitos como o principal nome da poesia em âmbito hispânico no século XX².

Desse modo, o início do século XX, especialmente a década de 1920, mostra-se como período chave para a compreensão do desenvolvimento das letras latino-americanas. Como retratou Hugo Verani (1982, p. 181): “*Son los años de lanzamientos de manifiestos, de proclamas y de polémicas violentas, de una intensa búsqueda de originalidad, de insurgencia expresiva y formal que estalla en realizaciones que transforman radicalmente el curso de las letras continentales*”. Nesse quadro, o ano de 1922 foi central na eclosão vanguardista latino-americana. Por meio de uma raiz comum, manifestos e movimentos emergiram em inúmeros centros de atividade cultural: no fim de 1921, surgem as publicações *Prisma*, dos ultraístas argentinos, e *Actual*, do estridentismo mexicano; em 1922, se organizou a Semana de Arte Moderna em São Paulo, e foi inaugurada a fundação *Proa*, em Buenos Aires; no início de 1923, obras marcantes foram publicadas, como *Fervor de Buenos Aires* de Jorge Luis Borges e *Crepusculario* de Pablo Neruda.

Metaforicamente usada de uma derivação do termo francês *avant-garde*, a terminologia ‘vanguarda’, no início do século XX, fazia referência à liderança cultural e artística. Assim, a ascensão de uma geração ansiosa por mudanças contribuiu decisivamente para o florescimento, durante os anos 20, dos vários “ismos”, fenômeno este muito mais vasto do que usualmente se reconhece e que respondeu a particularidades próprias da realidade latino-americana (Verani, 1982, p. 181). Portanto, em referido período na América Latina, o modernismo já estava em sua fase final e os movimentos vanguardistas tornavam-se marcos políticos nacionalistas, contestando os padrões estilísticos então vigentes. Autores como Vicente Huidobro e o criacionismo no Chile, Eduardo Carranza e o movimento *Piedra y Cielo* colombiano, e a poesia negra do cubano Nicolás Guillen tornaram-se referências para exemplificar essa etapa de contestação e transição, quase sempre sendo a crítica social um traço comum.

Dessa forma, pode-se entender que os movimentos de vanguarda, em seu caráter continental, conformaram um processo estético de conjunto, estruturado de acordo com parâmetros comuns. Segundo Ana Pizarro (1982, p. 109): “*El vanguardismo constituye un*

² Chamado de o “*príncipe de las letras castellanas*”, Darío é reconhecido até hoje como a influência mais duradoura na poesia em língua espanhola no último século. Entre suas principais obras estão: *Azul...* (1888), *Prosas profanas y otros poemas* (1896) e *Cantos de vida y esperanza* (1905).

discurso privilegiado en el sentido de poner de manifiesto a través de su sintaxis las contradicciones de la complejidad cultural e ideológica de un momento de crisis". O panorama vinculava-se à dinâmica de uma cultura dependente latino-americana, sendo o surgimento vanguardista impactado pela Europa. No sentido de tal “aculturação”, enquanto fenômeno resultante do contato e influência direta entre representantes de culturas distintas e as consequentes mudanças nas configurações culturais de um ou de ambos os grupos, o processo de assimilação e integração ganhava igualmente caráter continental, principalmente através de discursos de um universo social e histórico em profunda transformação, de modo que se concretizasse a busca de um fundamento epistêmico que atravessasse a história literária da região. O quadro era regional, mas a Nicarágua merece destaque porque, no istmo centro-americano, foi o único país a mostrar um desenvolvimento unitário e ideário coletivo em torno do vanguardismo.

Desse modo, objetivando apresentar as características e a relevância do movimento vanguardista na Nicarágua enquanto representação das visões e construções de uma elite intelectual e cultural, analisaremos como os referentes estabelecidos por tal agrupamento foram fundamentais na elaboração do elemento “nacional” nicaraguense e na própria reorganização cultural do país. Assim, partiremos da compreensão do panorama e do período em que estavam inseridos para, na sequência, abordar as figuras, ideias e interesses que estruturaram o movimento; visando retratar a tensão universalidade/nacionalismo e o estabelecimento de um cânone literário-cultural que afirmaria a identidade nicaraguense.

1. O contexto vanguardista

Como afirmado, em comparação aos seus vizinhos, somente na Nicarágua se pode falar de uma presença vanguardista consistente, ainda que tardia e/ou intermitente (Bellini, 1993). Contudo, por vezes, em algumas análises, tal movimento é reduzido à atuação de José Coronel Urtecho, sendo Pablo Antonio Cuadra considerado já um pós-vanguardista.

O impulso renovador do vanguardismo nicaraguense foi, de fato, iniciado por Coronel Urtecho em fins da década de 1920. Especificamente, em 1927, o então jovem nicaraguense de 21 anos retornou de estudos nos Estados Unidos e deparou-se com sua cidade natal, Granada, com aspecto burguês e despreocupado, sem tradições de nenhuma espécie. De acordo com Bellini (1993, p. 77-78):

Frente a la culta y conservadora León, patria del vate nacional, Granada era una ciudad comercial y sin cultura, amante ‘del buen humor y de la buena vida, llena de muchachas y fiestas’. El movimiento vanguardista la sacudió como un escándalo, cuando en 1931 Pablo Antonio Cuadra e Octavio Rocha empezaron a publicar su página de ‘vanguardia’: 18 años o poco más éstos, 26 Coronel Urtecho.

Foi também em 1927 que Coronel Urtecho publicou o poema que seria considerado o marco inicial do movimento vanguardista nicaraguense. Mais do que um rompimento com o modernismo literário, ‘*Oda a Rubén Darío*’ denunciava a falta de autenticidade de certa poesia dariana e de um homem que caía repentinamente na superficialidade, vítima ele mesmo de sua “pompa grotesca” (Bellini, 1993, p. 76). Objetiva-se despojar Darío (já falecido no período – o poeta viveu de 1867 a 1916) de suas vestimentas anacrônicas, seu antiquado disfarce de príncipe com o qual se apresentava nas grandes paradas militares, em nome do Rubén sincero, sem artificios (Cardenal, 1982, p. 72). Essa busca do humano em determinado autor, personagem ou ator social, uma tarefa de “*matar al ‘cisne’ para encontrar al hombre*” (Bellini, 1993, p. 76), foi vista outras vezes na historiografia e na literatura latino-americana, como, por exemplo, Gabriel García Márquez havia feito com Bolívar em ‘*El general en su laberinto*’ (1989). Ainda sobre a referida obra de Coronel Urtecho, afirmou Ernesto Cardenal (1982, p. 73): “*Era una verdadera batalla literaria la que iba a comenzar, y la oda a Rubén fue un grito de guerra y su primer manifiesto*”.

Antes de adentrar na análise das propostas do movimento vanguardista faz-se necessário entender o porquê da centralidade de Granada e a conjuntura em torno da mais antiga cidade nicaraguense. Fundada em 1524 (o que a torna uma das primeiras cidades em território americano), Granada foi, e ainda é, a base política do Partido Conservador, residência dos principais proprietários de terras e produtores rurais (café e açúcar, principalmente) do país. Durante o século XIX, especialmente em sua segunda metade, e início do XX, os conflitos entre as facções conservadora e liberal foram recorrentes e estruturaram os planos político e social da Nicarágua. Nesse mesmo período, tais conflitos rivalizavam as cidades de Granada e León, esta última grande representante das forças liberais nicaraguenses (na segunda metade do XIX, cidade onde residiam os setores médios mercantis e artesanais). A chamada ‘Guerra Nacional’ (1856-1857) foi marcante em tais divergências e na consequente reorganização das forças políticas nicaraguenses. Após a entrada do flibusteiro norte-americano William Walker em território centro-americano em 1854 e sua “autoproclamação” como presidente (situação permitida pelas debilidades locais decorrentes dos embates internos nicaraguenses e amparada sob a Doutrina Monroe), um esforço conjunto

nacional e regional foi promovido para a deposição do “aventureiro”. Como consequência, o país teve sua economia gravemente debilitada e Granada foi quase completamente incendiada pelas forças ocupantes. A aliança entre legitimistas (conservadores) e democráticos (liberais) também contribuiu para o posterior acordo que definiria Manágua como capital nacional (1857), de modo a aliviar os conflitos entre as cidades.

O período seguinte foi caracterizado pelo domínio político dos conservadores (“*Treinta años conservadores*” ou Primeira República Conservadora), etapa de recuperação econômica e terminada somente no fim do século XIX com a ascensão dos liberais liderados por José Santos Zelaya, no evento denominado como “Revolução Liberal” (1893). Em um quadro de insolvência econômica e apreensão financeira, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela instabilidade política e por intervenções diretas e armadas por parte dos Estados Unidos³.

A gestação do movimento vanguardista, no fim da década de 1920, estava envolta, portanto, em um conturbado ambiente político-social. O segundo governo do conservador Adolfo Díaz (1926-1929) foi palco de inúmeras rebeliões e resistências liberais, destacando-se líderes como Juan Bautista Sacasa e José María Moncada, além do general de origem camponesa e vertente liberal que recorreu à tática guerrilheira como oposição à intervenção estadunidense: Augusto C. Sandino.

Assim, a situação histórica da Nicarágua daquele período vinculava-se a fatos como a intervenção dos Estados Unidos e Sandino e sua força simbólica. Nas palavras de Pedro Xavier Solís (2001, p. 21):

Gestado entre 1927 y 1931, y modulado por la situación histórica (la intervención norteamericana, la gesta de protesta de Sandino, el caos de la postguerra) esta nueva forma irrumpe en imágenes desmesuradas y dislocaciones verbales, cambios eidéticos y estéticos, buceos en el universo nativista cuya penetración fermental creó con su palabra de raíz vernácula - como ningún otro movimiento - la expresión de la entidad nicaragüense y su renacimiento cultural.

Como afirmado anteriormente, a consideração desse contexto é fundamental para compreender o direcionamento dos vanguardistas nicaraguenses. A ocupação de Granada por forças rebeldes na primeira fase da guerra civil (1912), considerada uma humilhação aos

³ A ocupação do território nicaraguense por tropas estadunidenses foi contundente a partir de 1912 e entre os anos de 1927 e 1933. No primeiro momento, soldados do corpo de fuzileiros navais (*marines*) contribuíram na deposição de Zelaya e apoiaram seus sucessores conservadores. O retorno dos marines na segunda metade dos anos 20 objetivava por fim à guerra civil seguida dos golpes conservadores e liberais (especialmente Emiliano Chamorro e Juan Bautista Sacas em 1926).

oligarcas associados ao Partido Conservador, bem como a posterior intervenção estadunidense, tiveram suas consequências no movimento vanguardista. Lembrando que o núcleo vanguardista era composto por granadinos, a justificativa da ideologia anti-imperialista de alguns intelectuais (José Coronel Urtecho, por exemplo) poderia ser atrelada à “*dollar diplomacy*” aplicada por forças interventoras dos Estados Unidos e que afetou significativamente o poder da elite granadina. Nesse mesmo sentido, em oposição ao “falso modernismo estrangeirizado”, a postura antiburguesa de certos vanguardistas granadinos vinculava-se ao privilégio dado a um modelo de nação rural gerado pela elite granadina no início do século XX em contraposição ao modelo nacional cosmopolita. Dita posição partia da crítica que a elite tradicional católica fazia aos então novos costumes modernos exercidos por jovens de Granada, considerados danosos por estarem associados aos “invasores” protestantes estadunidenses e anglo-saxões⁴ (Chiriboga Holzheu, 2010, p. 71-72).

Portanto, no início dos anos 1930, setores da elite granadina antes adeptos de valores cosmopolitas e modernizantes do fim do século XIX se empenharam em interromper uma “onda de imoralidade” atrelada às práticas culturais e econômicas aplicadas por forças estadunidenses que ocupavam o país. Era uma reação de grupos tradicionais frente às mudanças modernizantes: urbanização, modernização econômica, consumismo e expansão da esfera estatal, por exemplo. Ou seja, criou-se uma cisão entre o modelo liberal do século XIX associado com a formulação de desenvolvimento dos “invasores” estadunidenses (ligada também com a política repressiva do *dollar diplomacy*) e um modelo de modernidade nacionalista e anti-imperialista que seria traduzido nos textos de grupo vanguardista nicaraguense (Chiriboga Holzheu, 2010).

Aparte do debilitado cenário granadino, a capital Manágua foi afetada por um terremoto em 1931. A situação abalada da cidade pode ser considerada favorável para a atuação do movimento vanguardista, no sentido de um “renascimento” de Granada, criando obra nova a partir de uma visão jovem; mas, salienta-se, a partir de uma cidade colonial e tradicional. Como exposto em um dos principais documentos dos vanguardistas:

Hay que aprovechar la presencia en esta ciudad de algunos elementos jóvenes de afición literaria para formar un núcleo de vanguardia que trabaje por abrir la

⁴ Outro produto de tal posicionamento ideológico foi o apoio de vanguardistas à organização e atuação dos “*Caballeros Católicos*”, grupo que se propunha a definir a “verdadeira identidade nicaraguense”, combatendo o protestantismo e a maçonaria, além de buscar fortalecer a fé e a religiosidade entre a população nicaraguense (Rodríguez Rosales, 2005). A percepção de que as condições da modernidade levaram à perda da moralidade era representada também no suporte político a Carlos Cuadra Pasos, primeiro presidente dos *Caballeros Católicos*, pai de Pablo Antonio Cuadra e mentor ideológico dos vanguardistas.

perspectiva de una literatura nacional y constituir una especie de capital literaria que sea como el meridiano intelectual de la nación (Verani, 1982, p. 175).

Nesse mesmo documento, intitulado “*Ligera exposición y proclama de la anti-academia nicaragüense*”, apresentou-se a ideia de “criar” um espaço cultural e geográfico em crise para assim reconstruí-lo por meio de uma modernidade de natureza colonial (Chiriboga Holzheu, 2010, p. 78). Um processo denominado por Leonel Delgado Aburto (1997, p. 28) como uma espécie de “colonialismo interno benéfico”. Buscava-se, então, efetivar o projeto de deslocar a produção cultural e literária de León e Manágua e, por consequência, também os sistemas políticos, culturais e econômicos do século XIX associados a essas cidades (em essência, o liberalismo e o positivismo), para assim promover um modelo de produção cultural e de nacionalismo próprios.

Neste impulso, Coronel Urtecho deixou evidências de tal projeto em obras próprias, como em “*Rápido tránsito*” de 1953. De acordo com Delgado Aburto (2008):

Coronel va a intentar *una colonización* de la historia nacional, en sentido doble: tomando a la Colonia como época cultural modélica (rechazando conceptos fundamentales de la modernidad política, como la democracia y la información), y, en segundo lugar, por una operación de reescritura de la historia nacional y centroamericana para “colonizar” su sentido interpretativo.

Percebe-se, dessa maneira, a centralidade conjuntural de Granada e da atuação dos jovens intelectuais da cidade. Por meio desse panorama, duas linhas são perceptíveis na ordenação do movimento de vanguarda nicaraguense: romper com o passado recente do modernismo (também chamado por vanguardistas como “*rubenismo caduco*”), e buscar e afirmar a identidade nicaraguense como necessidade imediata dessa geração que sofria a intervenção estrangeira (quase exclusivamente dos Estados Unidos).

No entanto, é curioso notar a mescla de influências e modelos internacionais no grupo vanguardista. No plano literário, as referências eram constantes aos “*poètes maudits*”⁵ franceses e aos escritores do modernismo inglês e norte-americano⁶ traduzidos por José Coronel Urtecho e Joaquín Pasos. Permeados igualmente por uma agitação literária e artística externa considerável (criacionismo, dadaísmo, futurismo, surrealismo), e internamente com Sandino orientando o sentido do ‘nacional’, a substância e estilística sincrética dos

⁵ Em referência à obra *Les poètes maudits* de Sáftšäck, de Paul Verlaine (1884). O adjetivo maldito era usado para referir-se a poetas, na maioria boêmios, considerados incompreendidos por seus contemporâneos e adeptos de uma arte livre ou provocativa. Como exemplos, podemos citar: Charles Baudelaire, Stéphane Mallarmé, Antonin Artaud e Tristan Corbière.

⁶ Principalmente T.H. Hulme (inglês) e T.S. Eliot (estadunidense).

vanguardistas consistiu em uma dinâmica de antinomias que revisou as estruturas políticas e estéticas anteriores, produto direto da consciência nacional e sua concepção de caráter autônomo da obra de arte; direcionamento esse respaldado pela atitude anti-passado da arte de vanguarda na transição para o século XX. Nesse sentido, pontuou Pedro Xavier Solís (2001, p. 34): “*Había la conciencia de que se vivía una etapa de transición, en la que la generación de Vanguardia se alargaba como un puente entre dos orillas históricas*”. Ademais, é interessante perceber que a ressurreição de uma emoção pátria e o (re)nascimento de uma consciência nacional passou, igualmente, no campo literário, pela adesão à poesia hispânica do “*Siglo de Oro*”⁷. Porém, não uma imitação, mas a ideia de reviver a genuidade da transferência da poesia espanhola à América. Dessa forma, é compreensível a perspectiva da afirmação de que o movimento vanguardista nicaraguense foi uma mescla de influências e modelos internacionais que, perante o desafio da intervenção estrangeira, se viu na necessidade de fortalecer a identidade nacional recuperando suas raízes (Solís, 2001, p. 49).

A atuação dos vanguardistas foi efetiva no início dos anos 30, período nicaraguense marcado por fatos como a já citada intervenção militar estadunidense, o assassinato de Sandino e a ascensão política de Anastasio Somoza García⁸. Se ampliarmos o escopo para uma análise regional verificaremos que o questionamento da lógica renascentista afetou as jovens gerações de inícios do século XX, principalmente em um marco contextual abalado pelo ambiente pós-Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929. Para os incipientes grupos vanguardistas latino-americanos, as influências estariam atreladas também às Revoluções Russa e Mexicana e ao movimento estudantil argentino de 1918. A particularidade nicaraguense reside em um olhar diferenciado aos das demais vanguardas da América Latina: se estas últimas se voltavam para o passado pré-colombiano, os nicaraguenses preferiram o passado colonial. Preferência esta que pode ser associada ao interesse regional em impulsionar um modelo nacional de raiz granadina. Desse modo, pareceu mais forte o desejo

⁷ Período de intensa produção artística e literária na Espanha, coincidindo com o auge político e posterior declínio da dinastia dos Habsburgo espanhóis. Não possui datas específicas, mas atribui-se seu início a antes de 1492 (Reconquista, viagens de Colombo e publicação da *Gramática de la lengua castellana* de Antonio de Nebrija) e seu fim à época da morte de Pedro Calderón de la Barca (1681), considerado último grande escritor do período.

⁸ O somozismo enquanto período de controle político autoritário por parte da família Somoza se estendeu por mais de quatro décadas na Nicarágua, governando de maneira ditatorial ou impondo presidentes “marionetes” e terminando somente com o triunfo da Revolução Sandinista em 1979. Após arquitetar um golpe de estado que depôs Juan Bautista Sacasa em 1936, Anastasio Somoza García foi presidente do país entre 1937 e 1947, e entre 1950 e 1956. Assassinado em 1956, foi sucedido por seus filhos Luis Somoza Debayle (presidente entre 1956 e 1963) e Anastasio Somoza Debayle (1967-1972 e 1974-1979). Ademais, controlaram também a Guarda Nacional, força militar pretoriana utilizada a serviço dos interesses da família. Somoza García foi Chefe Diretor da mesma entre 1933 e 1956, e Anastasio Somoza Debayle de 1956 a 1979.

de uma produção cultural mestiça de inclinação espanhola, com o viés indigenista ganhando espaço apenas na década seguinte, tardiamente em comparação com movimentos similares latino-americanos (Chiriboga Holzheu, 2010, p. 81).

Assim sendo, o afã em estabelecer e se situar dentro de um cânone literário nacional definiu a projeção nacionalista do grupo granadino. Buscava-se, então, criar uma ponte entre a época colonial e o século XX, “apagando” o período liberal da história nicaraguense. Dito de outra maneira, tinha-se o desejo de fortalecer uma identidade e uma “comunidade imaginada” (nos termos de Benedict Anderson⁹) hispânica; de modo a reforçar tal laço hispânico, mas desde um foco regional periférico. A epígrafe de Jean Cocteau¹⁰ em uma obra de Pablo Antonio Cuadra (1932) é exemplo sintomático dessa perspectiva, uma vez que aparecia assim grafado: “*Canta bien el poeta sólo cuando canta en su árbol genealógico*”. Estava ali, portanto, também a afirmação da necessidade de conexão com suas próprias origens, com sua terra e cultura: “[...] *la vanguardia es una búsqueda y no una escuela*” (Cuadra, 1932).

2. Os projetos de uma geração

Após a apresentação do panorama geral no qual emergiu o movimento vanguardista nicaraguense, cabe a exposição acerca dos principais nomes que conduziram tal movimento e buscaram transformar a realidade do país centro-americano, bem como suas ideias e objetos de interesse.

Basicamente, o vanguardismo nicaraguense foi articulado por jovens provenientes da politicamente destituída oligarquia granadina¹¹, tendo como epicentro articulador prévio o Colegio Centroamérica de Granada, instituição regida por jesuítas. A relevância de tal fato está na constatação de que a educação jesuíta proveu a esses jovens uma formação humanista sólida, unida à percepção clara da ideia de pertencimento à classe dirigente e igualmente ao fornecimento de uma base retórica escolástica (Delgado Aburto, 2011, p. 76).

Ao pensarmos na atitude estética e política desse grupo da elite intelectual e cultural do país, três elementos podem ser considerados determinantes (Delgado Aburto, 2011, p. 76): a) a introdução de correntes literárias da vanguarda internacional em oposição à poética

⁹ Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁰ Poeta, romancista, dramaturgo e cineasta surrealista francês (1889-1963).

¹¹ A chamada “época de ouro” dessa oligarquia foi o período dos “*Treinta Años Conservadores*” (1857-1893), em que governaram os patriarcas granadinos.

modernista (como tratado anteriormente, especialmente contra Rubén Darío como ícone de uma estética cosmopolita, etérea e não nacional); b) retomando suas origens conservadoras e oligárquicas, a polêmica paralela contra o liberalismo, a democracia e o mundo burguês provinciano norte-americano; e c) a estruturação de discursos modelados (por vezes inconscientemente) pelos exercícios espirituais “ignacianos”, interpelativos, à espera quase permanente da intervenção discursiva da divindade.

Importante ressaltar que, inicialmente, a preocupação do grupo vanguardista nicaraguense era muito mais estética/literária do que política, sendo esta última progressivamente incorporada às ações do movimento, como reflexo do amadurecimento das ideias dos mesmos. Assim, em seu surgimento, não seria errôneo definir o vanguardismo nicaraguense como um movimento de renovação literária que pretendia conduzir o surgimento de uma nova poesia, despojada de símbolos considerados desnecessários; em resumo, uma “*poesía desnuda*” (Vallejos Escoto, 2012, p. 08). Consequentemente, os antigos recursos estilísticos seriam progressivamente excluídos, visando à configuração de uma nova poesia com elementos da paisagem, costumes e tradição nicaraguenses.

Se os vanguardistas pretendiam encontrar em seus próprios valores nativos a essência de dita nova poesia, objetivando o renascimento das artes e letras nacionais, o resgate da autenticidade do espírito nicaraguense era questão central. Tal orientação nova em comparação com o vanguardismo latino-americano passaria necessariamente pelo abordado tema da revisão de Rubén Darío. Era claro para os vanguardistas que Darío personificava o início da literatura nicaraguense, tornando-se a principal referência cultural do país. Contudo, o que se almejava era abrir um espaço na concepção renascentista da poesia nacional, rascunhando criações vigorosas e rítmicas de Darío (Vallejos Escoto, 2012). A respeito dessa “*profunda rebelión rubeniana*”, afirmou Giuseppe Bellini (1993, p. 91):

La vanguardia no solamente ha renovado la expresión poética de Nicaragua, sino que ha descubierto al país y participado activamente de su historia y su condición, procurando proyectarlo hacia un futuro de signo distinto, anclado en el espíritu eterno de la tierra. La rebelión contra Rubén Darío fue, en realidad, un acto de amor hacia él, que todo lo había cantado, y el comienzo de toda renovación.

A partir dessas referências o movimento vanguardista se desenvolveria e criaria identidade própria, mesmo com pouco tempo de efetiva atuação. Como já indicado, José Coronel Urtecho foi o responsável pelo impulso criador dos vanguardistas. Há época de seu retorno à Nicarágua, trouxe consigo um vasto conhecimento da literatura estrangeira, base

importante para as produções vanguardistas. Coronel Urtecho foi responsável também pela posição anti-burguesa dos vanguardistas, ao delimitar o “espírito opaco, denso e pesado” da burguesia liberal nicaraguense. Refratária por posição e desprovida de tradição, estaria inerte ante o bem e o mal, além de demonstrar desprezo pelas artes. Considerada produto direto da intervenção estadunidense e até mesmo favorável à intervenção estrangeira, dita burguesia reproduziria práticas e costumes *yankees*; posição tratada por Coronel Urtecho como bastarda e espúria, inadaptável ao ambiente vanguardista nicaraguense. Dessa postura apreende-se aquela proposta já citada de reviver a genuinidade da transferência da poesia espanhola à América.

Ao lado de Coronel Urtecho, nomes como Pablo Antonio Cuadra (conhecido como PAC), Joaquín Pasos, Octavio Rocha, Manolo Cuadra e Luis Alberto Cabrales (único membro não oriundo de Granada; nasceu em Chinandega, na porção ocidental do país¹²) buscaram, de maneira coletiva e concomitantemente, romper com o passado modernista e afirmar a identidade nicaraguense. Nessa construção coletiva, alguns traços merecem ser destacados. Primeiramente, o caráter de grupo; ou seja, o autorreconhecimento como grupo (especialmente no núcleo granadino), evidenciado, por exemplo, na assinatura coletiva dos trabalhos. Esse entendimento de equipe que atuava para fins comuns levou à elaboração de conclamas que eram reproduzidas nos documentos vanguardistas na primeira pessoa do plural (Vallejos Escoto, 2012, p. 41):

Rechazamos:

- La copia;
- La retórica;
- Las reglas;
- El academicismo;
- El purismo lingüístico;
- Las ojeras y crepúsculos;
- Los muertos que escriben a los muertos.

Promovemos:

- La originalidad;
- La creación;
- La obra nueva que dicta sus propias leyes;
- La intención lingüística;
- La mala palabra;
- La poesía joven y alegre;
- El amanecer de una literatura nacional.

¹² Curiosamente, Chinandega era uma cidade sob influência de León (ambos os departamentos são fronteiriços). A participação de Cabrales no movimento vanguardista deu-se em função do encontro com José Coronel Urtecho em 1927, ambos os jovens retornando do exterior: Cabrales da França e Urtecho dos Estados Unidos.

Outro traço foi a precocidade criadora do grupo. Seus membros possuíam cerca de 20 anos quando o movimento impactou significativamente na Nicarágua. Ernesto Cardenal (1982), nesse sentido, afirmou que a poesia de vanguarda nicaraguense surgiu nos bancos escolares, em referência à origem comum vinculada ao Colegio Centroamérica. Associado a este aspecto, vê-se a ideia de promoção geracional. A questão familiar é central na análise social e política da Nicarágua, podendo também ser aplicada no exame da vanguarda. Desta forma, além do parentesco, a maioria dos membros do grupo vanguardista pertencia a importantes famílias ligadas ao Partido Conservador e grandes proprietários de terra. A percepção filiativa, portanto, é fundamental para entender o direcionamento do incipiente vanguardismo nicaraguense.

Quanto ao posicionamento do grupo, a atitude de promover uma renovação foi considerada polêmica, visto que as frágeis condições tanto da literatura nacional quanto do quadro político do país não eram os mais adequados para a criação poética. Nesse sentido, segundo Vallejos Escoto (2012, p. 43), “*era el movimiento de vanguardia en el sentido militar del término: como individuos que marchan al frente, decididos a mantener la posición de avanzada*”. De tal orientação desprende-se o projeto de ruptura com o passado literário imediato, recaindo no mencionado rechaço ao cultivo anacrônico do “*darianismo*” (no campo poético, representado no desprezo ao soneto); e também a revisão de valores, um plano geral de rever aspectos da cultura nacional e de seus representantes.

Os produtos desses direcionamentos reforçaram o sentido de renovação da poesia nacional, erigindo-a como criação pura, fruto da vida corrente dos nicaraguenses. No entendimento de Pablo Antonio Cuadra (apud Verani, 1982, p. 192), as ações e objetos do cotidiano são a própria poesia e é preciso interpretá-las com plena liberdade, como expressões da vida: “*Decir lo que queremos/ Querer lo que decimos/ Cantemos/ aquello que vivimos!*”.

Desse modo, as próprias temáticas trabalhadas pelos poetas vanguardistas podem ser elucidativas, retratando assuntos regionais, de índole anti-intervencionista, com espírito anti-burguês e, tardiamente, tratando o indigenismo e a mestiçagem. José Coronel Urtecho caminhou por temas cotidianos e pelo regionalismo, representando principalmente o amor e a mulher. Pablo Antonio Cuadra trabalhou a exaltação à natureza, ao nicaraguense, até mesmo em uma busca pelo autóctone. Naquele período, PAC foi um dos grandes opositores à intervenção dos Estados Unidos, abraçando posteriormente, já na segunda metade do século, correntes intelectuais consideradas subversivas pelos Somoza (como a Teologia da Libertação). Preso e exilado, PAC buscou uma “*síntese entre cultura e fé*” (Vallejos Escoto,

2012), sempre reforçando seu compromisso político e social.

Aqui se pode fazer um paralelo entre os dois principais nomes do movimento vanguardista nicaraguense. Internacionalmente, contemporaneamente à atuação dos mesmos, PAC foi considerado o fundador da poesia nacional na América Central, com sua obra ganhando impacto justamente por sua significativa atuação sócio-política, como acima exposto. Se PAC e seu cristianismo humanista converteram-se em símbolos da oposição ao somozismo anos mais tarde, Coronel Urtecho, por sua vez, teria relação distinta, sendo ministro da Educação, diplomata e deputado durante o regime da família Somoza. A relação da vanguarda com os Somoza, especialmente com Anastasio Somoza García, será abordada adiante, mas podemos adiantar que o movimento vanguardista teve uma perspectiva incomum, ao transcender a conjuntura de rompimento estético (fim dos anos 20 e início dos 30) e atuar com certa autoridade cultural e, até mesmo, em aliança (mesmo que por vezes tensa e crítica) com o projeto desenvolvimentista da ditadura dos Somoza (Delgado Aburto, 2011). O que queremos sublinhar é que a ideia de inventariar e construir uma tradição cultural popular e nacional passou pela edificação representativa e simbólica de sujeitos letrados modernos nacionalistas. Assim, tanto em Coronel Urtecho como em Cuadra pode-se notar a orientação de um “populismo idealizante”; linha esta que, posteriormente (a partir dos anos 50), se conectaria com o sandinismo e com a Teologia da Libertação, sendo que tal justaposição ideológica foi elaborada, nos campos da poesia e da teologia, audaciosamente, pelo sacerdote sandinista Ernesto Cardenal.

Outros vanguardistas como Joaquín Pasos e Manolo Cuadra também fizeram parte da oposição aos Somoza. Preso por sátiras ao regime autoritário vigente, Pasos abordou temáticas acerca do regional e do índio. Em sua poesia pessimista, retratava o ser humano relegado no mundo pelo material, sendo o indígena apresentado com sua dor permanente perante a vida (“*el indio como poesía de dolor*”). Manolo Cuadra (primo em segundo grau de PAC), da mesma forma preso e exilado, trabalhou a questão da liberdade do homem, pregando a destruição das estruturas sociais e econômicas injustas. Declaradamente inclinado a posições populares (“*Soy socialista como Cristo y generoso como Lenin. Si hubiera de quedarme tuerto, pediría que me dejaran con el ojo izquierdo*”), Manolo Cuadra, curiosamente, foi membro da Guarda Nacional (força militar pretoriana criada pelos Estados Unidos e principal sustentáculo do regime somozista), tendo inclusive participado de campanhas à “caça” de Sandino. O contato com a população camponesa que se defendia da truculenta ação militar da Guarda Nacional, bem como se opunha à ocupação estrangeira no

país, transformou ideologicamente o então jovem Manolo. Dessa experiência surgiram suas obras e poemas, sendo considerado um dos pais da moderna narrativa nicaraguense (do testemunho principalmente), com destaque para “*Contra Sandino en la montaña*” (1942), onde relata justamente os fatos acima indicados.

O pensamento político oposto, de extrema direita, estava presente no movimento vanguardista com Luis Alberto Cabrales, único não granadino do grupo. Originário de Chinandega, Cabrales introduziu o pensamento ultranacionalista europeu da época (Charles Maurras), que havia sido influência decisiva para o modernismo anglo-americano através de T.S. Eliot e Hulme (Delgado Aburto, 2011). Ademais, manteve a tendência do teor provinciano da poesia vanguardista, envolvendo temas como o indígena indômito, o amor sensual e a preocupação religiosa.

Em uma perspectiva mais ampla e generalista, percebe-se que em meados dos anos 30 os membros do movimento vanguardista nicaraguense se inclinaram à direita, a favor até mesmo de uma burguesia que antes condenavam. Tal posicionamento está atrelado ao entendimento coletivo da ação política do grupo e sua relação direta com Somoza García, então chefe da Guarda Nacional e primeiro da família a assumir as esferas nacionais de poder. A ligação dos vanguardistas com a política passava por complexas acepções, individuais e coletivas, e por vezes contraditórias. Tentaremos abordar os principais pontos. Primeiramente, é preciso assimilar o aspecto coletivo: eram jovens representantes de uma elite intelectual-cultural, católicos na religião, escolásticos ou maritanianos na filosofia e antipartidários na política (visto que declaravam representar uma ideia de mudança baseada em uma “ditadura sã” sustentada por intelectuais, camponeses e artesãos, que trabalhassem pelo bem da Nicarágua), além de serem convencidos da necessidade de um poder forte e da falácia democrática, esta última a qual atribuíam as guerras civis e conflitos que afetavam o país (Solís, 2001; Arellano, 1982). Além disso, a tentação totalitária dos vanguardistas teve como base também o culto literário ao novo; repeliam, dessa forma, o comunismo, por o considerarem profundamente internacionalista e contrário à intenção de afirmação do nacional. Assim sendo, como expôs Gema Palazón Sáez (2011, p. 224):

La admiración por regímenes totalitarios europeos (como el de Hitler y Mussolini) y el ferviente catolicismo de figuras como Coronel Urtecho fundamentaban la principal oposición al ejército invasor, pero también la vista benévola sobre un gobierno fuerte, centralizado y no expuesto a los vaivenes democráticos.

Nesse sentido, o apoio a Somoza García deu-se através da percepção do mesmo como

única figura capaz de pacificar o país e governar com mãos firmes. Desse modo, o grupo vanguardista encontrou no patriarca somozista uma resposta ao projeto político fascista com o qual comungavam:

En tan sólo unos años, los poetas granadinos habían pasado de reivindicar la gesta patriótica de Sandino – como mantiene Jorge Eduardo Arellano –, a apoyar la candidatura de su verdugo. [...] De hecho, si hay algo que caracterizó a los poetas que integraron el grupo vanguardista fue precisamente su capacidad para variar sus apoyos políticos en función de las condiciones históricas sin renunciar a los ejes vertebradores de su apoyo nacional (Palazón Sáez, 2011, p. 225).

Como mencionado por Palazón Sáez, as aproximações com Sandino decorriam da pretensão da reelaboração histórica do grupo para reforçar o elemento nacional. Como consequência, o rechaço à intervenção dos estadunidenses e a reivindicação da figura de Sandino, uma espécie de referência inevitável, apresentado como única oposição nacional frente à ingerência estrangeira que destituiu o Partido Conservador do poder. John Beverley e Marc Zimmerman (1990, p. 61) ressaltaram as conexões dos granadinos com o “*General de Hombres Libres*”:

Both Sandino and the vanguardists were products of a failed Liberal Project of national autonomy and development. Both were nationalist, anti-yanqui, and antibourgeois. Both accepted the need for armed struggle against U.S intervention. Both placed great value on Nicaragua’s indigenous past and the peasant base of the nation. Both had a sense of the transformative role of culture in the process of national liberation.

Nessa ambivalência de apoios, pode-se afirmar que o projeto vanguardista foi ao mesmo tempo modernizador e profundamente reacionário em termos políticos (Palazón Sáez, 2011), de modo que a universalidade e o nacionalismo se converteram na principal tensão sobre a qual edificar a identidade nacional. Ou seja, pareceu efetivar-se uma aliança paradoxal entre ruptura e tradição, com o movimento vanguardista vinculando tradição, modernidade e renovação numa mesma tentativa de impor um ponto de vista nacionalista particular para estabelecer um “cânone” letrado e sustentar, assim, um projeto de continuidade literária que, contraditoriamente, se baseava na ruptura com a anterior tradição nicaraguense.

Com isso, tal retorno ao tradicionalismo e a necessidade de liderança impositiva levou a geração de vanguarda a apoiar Somoza García, “*después de identificarse con el gesto antiimperial sandinista, contemplando positivamente al militar nicaragüense como a un Mussolini o un Primo de Rivera nacional*” (Chiriboga Holzheu, 2010, p. 73). Apesar da citação a Benito Mussolini, ressalta-se que o modelo erigido pelos vanguardistas era muito

mais próximo de uma “ditadura corporativista” católica de Primo de Rivera na Espanha e de Salazar em Portugal, ou de autoritarismos político-católicos, como os nacionalistas argentinos dos anos 30¹³ e a *Action Française* de Charles Maurras¹⁴. Michel Gobat (2005, p. 224) aprofundou a questão:

Nicaragua’s Conservative oligarchs readily embraced Catholic, authoritarian corporatism largely because its principles of organizing state-society relations closely corresponded to those that underpinned their own antimodern vision of nation and society. Not only did they valorize the organic view of a hierarchically ordered, harmonious, morally correct society that defined most contemporary versions of authoritarian corporatism, they also shared the social reformist and anticapitalist bent of Catholic corporatism. Further, Conservatives waging a moralizing crusade against U.S.-based visions of modernity were attracted to Catholic corporatist regimes’ use of the state to pursue moral ends. Troubled by dollar diplomacy’s attack on their economic power, they also came to embrace corporatists’ vision that the state, not the free market, should regulate the economy.

Por conseguinte, o que podemos desprender da análise desse quadro que o grupo vanguardista estava envolto é a passagem de uma concepção estética que buscava estabelecer uma literatura nacionalista para uma intenção e ação política que pretendia alterar de forma significativa a articulação histórica do nacional. A alteração da identificação política do grupo conduziu à tratada ambiguidade: ao mesmo tempo, radicalmente modernos no campo estético e defensores de outro extremismo na política. Dessa maneira, promoveu-se o questionamento de princípios democráticos modernos, dentro de um entendimento político nacionalista de direita, proclamando a necessidade de um líder (que identificariam em Anastasio Somoza García) que se impusesse sobre os partidos políticos e a sobre a própria democracia, terminando com uma conturbada história de guerras civis. Na conformação desse nacionalismo exaltado:

Por un lado el rescate, la búsqueda y construcción de una literatura nacional, por otro lado, la fundación de una dictadura que restituyera la esencia de lo nacional que debía encontrarse en la etapa colonial, es decir, en una temporalidad hispánica e imperial previa a la fragmentación moderna (Delgado Aburto, 2011, p. 77).

Para além dessa atuação decisiva dos vanguardistas na (re)construção do nacional, outras produções do grupo, dessa vez no campo literário, devem ser abordadas para favorecer

¹³ O chamado “nacionalismo católico” argentino surgiu como reação antidemocrática frente às massas trabalhadoras que haviam crescido e buscavam sua organização sindical após a Primeira Guerra Mundial. Tinha como um de seus lemas a frase “*Dios, Patria y Hogar*”.

¹⁴ A ideia de “nacionalismo integral” era central em Maurras. Crendo que a Revolução de 1789 foi decisiva na perda de grandeza da França, defendia o apoio à Igreja Católica por considerar a mesma parte essencial da história francesa e possuir uma estrutura hierárquica e coesão modelos para uma sociedade ideal.

uma compreensão mais ampla do tema. Vimos que o grupo granadino buscou cativar uma recepção coletiva através do uso da estética de vanguarda, de modo a criar uma atmosfera de “sentir a nação” e de “emoção provinciana” apoiada na união do grupo e na “conquista do público”. Os meios de difusão utilizados foram basicamente páginas de jornais e revistas. Inicialmente, a revista ‘*Criterio*’, criada por Coronel Urtecho em 1929 e com participação de quase todos os membros do grupo vanguardista. Pouco depois, sob a organização de PAC e Octavio Rocha, os suplementos ‘*rincón de vanguardia*’ (1931) e ‘*vanguardia: cartucho literario*’ (1932-33) – ambos com os títulos em minúsculas – fizeram parte do jornal granadino ‘*El Correo*’. Todos com a proposta de atrelar literatura e nacionalismo, visando “escandalizar e sacudir” Granada para assim despertar o interesse pelas letras (Cardenal, 1982). Ademais, não buscaram se abrir aos campos estrangeiros, pois alegavam se tratar de uma luta nacional, e a isso podemos associar que alguns dos grandes poetas nicaraguenses sejam até hoje quase desconhecidos em outras fronteiras.

O combate à literatura retórica que inundava o país também foi exercido por meio de projetos/protestos como a *Anti-Academia de la Lengua* e o *Anti-Parnaso*. Novamente os nomes de Coronel Urtecho, PAC, Pasos e Manolo Cuadra encabeçavam as ideias. Todos eles então jovens poetas com uma mesma perspectiva da literatura nacional, com a pretensão de fazer de Granada uma espécie de capital literária e próximos ao Partido Conservador; este último uma oligarquia conservadora que, mesmo deslocada do poder político sob o protetorado estadunidense, e atrasada em meios e formas de produção, se sabia e sentia depositária dos supostos valores que constituíam a identidade nicaraguense (Valle-Castillo, 1994). Referida *Anti-Academia* e *Anti-Parnaso* iam contra as influências externas na cultura do país, apresentando seus membros como autêntica aposta para uma cultura verdadeiramente nacional, frente à situação de ocupação do país e à perda de controle político da classe conservadora. Tal apresentação representava uma renovação estética também em termos políticos, como uma forma de seguir preservando certo valor cultural como elite social e intelectual do país (Palazón Sáez, 2011, p. 223). Essas movimentações do grupo vanguardista, então, buscavam uma tradição cultural que permitisse articular o sentido do nacional em função dos valores que concebiam seu projeto estético e político, sendo dito projeto uma espécie de *continuum* do processo de renovação literária e do esforço em encontrar as raízes culturais do grupo.

Já em um segundo momento do movimento vanguardista, em 1942, o grupo se reuniu novamente sob o nome de *Cofradía del Taller San Lucas*, organização de estrutura gremial

que pretendia representar os intelectuais adeptos do catolicismo. Das reuniões nasceu outra publicação: a revista *Cuadernos del Taller San Lucas*, fundada por PAC e com apenas cinco números publicados (1942, dois números em 1943, 1944 e 1951). A relevância dessa nova etapa do movimento vanguardista deu-se no esforço em fomentar cursos pré-universitários de literatura e arte, que seriam as bases da organização da *Universidad Centroamerica* (UCA), fundada após o ambiente aberto pelo *Taller San Lucas*. A proposta experimental dessa reagrupação dos vanguardistas foi curta devido a fatores como a adoção da estética indigenista, mestiça e católica que marcou a produção intelectual nicaraguense de meados do século XX. Além disso, após a publicação dos *Cuadernos*, o grupo granadino controlou os principais órgãos culturais de imprensa do país: o suplemento ‘*La Prensa Literaria*’ do jornal *La Prensa* (a partir de 1965), as revistas ‘*El Pez y la Serpiente*’ (1960) e ‘*Revista Conservadora*’ (1960 – depois ‘*Revista Conservadora del Pensamiento Centroamericano*’ e ‘*Revista del Pensamiento Centroamericano*’).

Neste ínterim, entre as duas etapas do movimento vanguardista (início dos anos 30 até o início da década seguinte), a citada perspectiva indigenista e mestiça ganhou espaço. Na soma do resgate do autóctone cimentando o sentido de nacionalidade e a criação de uma nova forma de estética que fizesse a Nicarágua contemporizar com a Europa e os Estados Unidos, o interesse pelo processo histórico fez-se manifesto, com a história tornando-se uma busca de sentido. Basicamente, percebeu-se a necessidade de articular uma tradição que fosse funcional ao novo projeto vanguardista que se pretendia impulsionar e que endossasse a ideia de uma identidade nacional mestiça, com origem no tempo colonial. De acordo com Leonel Delgado Aburto (2005), na América Central, foi constante o desejo de incorporar o outro (especialmente o indígena) para alcançar uma “textualidade nacional mestiça”. Assim, a partir de um cânone mestiço, hispânico e católico, os vanguardistas reinventaram o conteúdo folclórico da cultura nicaraguense. Ao considerarem a mestiçagem princípio unificador, um inventário fundacional foi erigido e manteria sua hegemonia cultural, do qual a política cultural sandinista da década de 1980 seria herdeira. Na ideia da autonomia literária como “símbolo transcendente da autonomia nacional” (Palazón Sáez, 2011), promoveu-se a construção de uma comunidade imaginada onde o mestiço, hispano-falante, majoritariamente católico e residente da região do Pacífico do país, se tornaria o arquétipo do nicaraguense. Na culminação das ideias em torno da mestiçagem como definição da identidade cultural nicaraguense: “*Esta operación fue fundamental para consolidar una idea de lo popular en la que los intelectuales vanguardistas pudieran desplegar su hegemonía cultural incorporando*

la diferencia, 'nacionalizando' al indio y asumiendo el discurso católico de la hispanidad" (Palazón Sáez, 2011, p. 229). A síntese do discurso cultural hegemônico estava elaborada, e sua persistência assegurada.

4. Considerações finais

No fim da década de 1920, José Coronel Urtecho (apud Vallejos Escoto, 2012, p. 13) constatou: *"No existe un ambiente de cultura nicaragüense, es decir una cultura como fenómeno colectivo"*. Dentre outros fatores, a partir dessa convicção deu-se um passo para a organização do movimento vanguardista nicaraguense. Como apresentamos no decorrer do artigo, duas fronteiras demarcaram tal movimento: no plano estético, o modernismo de Rubén Darío e as variadas reações que o enfrentavam; e no plano histórico, a situação política do país e a perda de poder que os jovens poetas vinculados à vanguarda experimentariam como classe e que os aproximou ideologicamente do modelo do fascismo católico. Nesse último aspecto, especialmente acerca da intervenção estadunidense, indicou Pablo Antonio Cuadra (apud Bellini, 1993, p. 82):

Estamos intervenidos por una raza distinta. Queremos intelectualmente conservar la nuestra. No dejar que se evapore nuestro espíritu latino: indoespañol. Conservar nuestra tradición, nuestras costumbres arraigadas. Nuestra lengua. Conservar nuestra nacionalidad: crearla todos los días.

Na outra fronteira, interessante notar a relação ambígua com Darío. Por um lado, os poetas granadinos se apresentaram como a alternativa à cultura europeizante do Modernismo; porém, ao mesmo tempo, aproveitaram o prestígio e fama internacional dariana para defender a universalidade da cultura nicaraguense e converter Rubén em pai da literatura nacional (Palazón Sáez, 2011, p. 226). Desse modo, enquanto "amado inimigo", Darío foi o perfeito ideograma da mestiçagem e da continuidade histórica, bem como da dimensão universal que se pretendia atribuir à cultura nacional.

Ademais, duas fases são identificáveis no movimento vanguardista. Em um primeiro momento, a ideia de gerar uma estética, um pensamento iconoclasta, parecia central. Posteriormente, o envolvimento direto na política nacional a partir de meios de difusão, como jornais e revistas (além das citadas no texto, destacamos *'La Reacción'* e *'Ópera Bufo'*, onde Joaquín Pasos publicava suas caricaturas). Através principalmente de Coronel Urtecho e PAC, o folclore foi utilizado como ponto de partida para traçar uma nova historiografia da cultura

nacional. Nos termos de Coronel Urtecho (apud Palazón Sáez, 2011, p. 229):

El contenido folklórico y el acento regional no conducían a restringir [...] sino al contrario, a enriquecer la universalidad de la cultura popular elaborada en Nicaragua durante la Colonia. Lo verdaderamente constitutivo de esta universalidad era el catolicismo [...] y su medio de comunicación el castellano.

De fato, os vanguardistas se preocuparam em elaborar uma reescrita da história que a salvaguardasse dos infortúnios da guerra civil, das “ameaças democráticas” e das transgressões estrangeiras, de maneira que eles mesmos se erigiram como um dos eixos decisivos da nacionalidade e da cultura nacional. O paradigma da nacionalidade nicaraguense foi construído desde então sobre a base de um cânone letrado e homogeneizado-homogeneizante da diversidade cultural nicaraguense, incorporando o elemento indígena a partir da assimilação que o modelo de colonização espanhol impôs. Na concepção de Leonel Delgado Aburto (2002), a apropriação, manipulação e imposição, por exemplo, do ‘*El Güegüense*’¹⁵ como símbolo do nicaraguense permitiu aos vanguardistas apreender no espaço letrado aquilo que consideravam um traço da cultura popular, da tradição indo-hispânica e construí-lo como princípio fundante da identidade nacional. Buscou-se, portanto, definir a identidade local mediante a supressão de toda diferença étnica e racial em favor de um discurso de mestiçagem. ‘*El Güegüense*’ foi usado, então, como representação do encontro sem conflitos entre a tradição espanhola e o elemento indígena.

Por fim, podemos afirmar que os vanguardistas adotaram e adaptaram eleições léxicas e esquemas sintáticos cuja gênese, estrutura e propósito se situaram nas antípodas das normas e gostos literários da Nicarágua pós-dariana; porém, a harmonia interior de seus caprichos e tensões desenvolveu uma concepção própria da tradição modernista (Solís, 2001, p. 48-49). Em continuidade, encontramos as particularidades do vanguardismo nicaraguense: propôs e interpretou uma modernidade de ordem católica-patriarcal e corporativista a partir da forma estética experimental da vanguarda latino-americana (geralmente de postura ideológica de esquerda), e também articulou uma identidade de mestiçagem nacional a partir da reformulação do cânone literário baseado em uma postura antiburguesa, antidemocrática e anti-imperialista que reivindicou uma herança patriarcal e conservadora.

¹⁵ Peça popular representada de distintas maneiras na região do Pacífico nicaraguense. De origem anônima, inclui músicas e danças, sua primeira versão em castelhano remonta ao século XVIII. Em resumo, a obra envolve um velho contrabandista (o *güegüense*) e o governador da província. Cobrado por tributos e impostos, o *güegüense* procura se esquivar da questão zombando com o governador através de sátiras, jogos de palavras de duplo sentido e brincadeiras. A versão mais conhecida foi publicada por Pablo Antonio Cuadra. Ver: CUADRA, Pablo Antonio (ed). *El Güegüense o Macho Ratón. Cuadernos del Taller San Lucas*, n.1, Granada, 1942.

O movimento vanguardista exerceu papel decisivo dentro da história política e social da Nicarágua, cuja periodização se desenvolveu em função da construção da história nacional. Sobre tal importância:

Es bien cierto que la generación de los sesenta llevó a cabo una nueva propuesta intelectual en la que sobresalía una nueva ética social. Sin embargo, la vanguardia y su “ciclo de larga duración” junto a su idealismo social, permeó mucho del proyecto nacional revolucionario, reclamando incluso su derecho de administrar la identidad desde la “propia originalidad artística” como hizo Pablo Antonio Cuadra, u orientando el desarrollo artístico del ideal nicaragüense con moldes estéticos preconcebidos incluso desde los años treinta, o ejerciendo el derecho de reinterpretar para el canon literario los discursos emergentes (Delgado Aburto, 1997, p. 30).

A promessa vanguardista da literatura como representação comunal segue manipulando, em certa medida, a memória como enunciação, uma constante que dá continuidade à memória intelectual e política centro-americana (Delgado Aburto, 2011, p. 84). Entre a tradição e a ruptura, entre o conservadorismo e o progressismo, entre a estética e a ação política, o movimento vanguardista foi essencial na construção cultural, social e histórica da Nicarágua.

Portanto, tal como objetivamos no início do presente artigo, tratamos de elucidar como o movimento vanguardista trouxe consigo uma reelaboração do conteúdo e da compreensão do “nacional” na Nicarágua. Enquanto elite intelectual e cultural, o grupo renovou os campos da poesia nacional e da participação letrada em âmbitos sócio-políticos, propagando traços próprios da identidade local. A passagem da preocupação meramente estética à ação política, a ambivalência de apoios e a busca pelo resgate da autenticidade, em última instância, revelaram a significância do papel da cultura letrada na configuração da nação. Da mesma forma, a extensão da análise para períodos posteriores da história nicaraguense pode contribuir nas formas de entendimento cultural e intelectual ligadas ao discurso do nacional. Enfim, a interrelação contextual entre cultura e política mostrou-se paradigmática na configuração de tradições políticas e intelectuais na Nicarágua.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARELLANO, Jorge Eduardo. El movimiento nicaragüense de vanguardia. *Boletín Nicaragüense de Bibliografía y Documentación*, n. 63, p. 69-102, 1990.

BELLINI, Giuseppe. Notas sobre la evolución de las vanguardias en Centroamérica: Nicaragua. In: SAINZ DE MEDRANO, Luis. *Las vanguardias tardías en la poesía hispanoamericana*. Roma: Bulzoni Editore, p. 73-92, 1993.

BEVERLEY, John; ZIMMERMAN, Marc. *Literature and politics in the Central American revolutions*. Austin: University of Texas Press, 1990.

CARDENAL, Ernesto. El grupo de vanguardia en Nicaragua. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, n. 15, ano 8, p. 71-76, 1982.

CHIRIBOGA HOLZHEU, Alessandra. Forma e ideología en la vanguardia nicaragüense. *Tiresias*, n. 4, p. 66-87, 2010.

CUADRA, Pablo Antonio. Hacia nuestra poesía vernácula. vanguardia. *El Correo*, n. 55, Granada, 1932.

_____. (ed). El Güegüense o Macho Ratón. *Cuadernos del Taller San Lucas*, n.1, Granada, 1942.

DELGADO ABURTO, Leonel. Textualidades de la nación en el proceso cultural vanguardista. *Revista de Historia de Nicaragua*, n. 10, p. 19-33, 1997.

_____. *Márgenes recorridos: apuntes sobre procesos culturales y literatura nicaragüense del siglo XX*. Managua: IHNCA, 2002.

_____. *Cartografías del yo*. Escritura autobiográfica y modernidad en Centroamérica, del modernismo al testimonio. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculty of Art and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, PA, 2005.

_____. Postvanguardia y nostalgia modernista: ciudades americanas y crónica de sí en *Rápido tránsito* de José Coronel Urtecho. *Istmo: Revista virtual de estudios literarios y culturales centroamericanos*, n. 16, 2008.

_____. “Resistencia de la memoria”: (Pos) Vanguardia, dictadura y restitución afiliativa en José Coronel Urtecho. *Estudios: Revista de investigaciones literarias y culturales*, v. 19, n. 38, p. 73-94, 2011.

GOBAT, Michel. *Confronting the American Dream: Nicaragua under U.S. imperial rule*. Durham: Duke University Press, 2005.

PALAZÓN SÁEZ, Gema. El grupo vanguardista y la articulación de la nación. Estética y política en la vanguardia nicaragüense. In: FUENTES, Manuel; TOVAR, Paco. *A través de la vanguardia hispanoamericana: orígenes, desarrollo, transformaciones*. Tarragona: Publicacions URV, 2011.

PIZARRO, Ana. Sobre la vanguardia en América Latina. Vicente Huidobro. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, n. 15, ano 8, p. 109-121, 1982.

RODRÍGUEZ ROSALES, Isolda. La Restauración Conservadora y la creación de colegios religiosos. *Encuentro*, n. 71, ano XXXVIII, p. 119-135, 2005.

SOLÍS, Pedro Xavier. *El movimiento de vanguardia de Nicaragua: análisis y antología*. Managua: Fundación Vida, 2001.

VALLE-CASTILLO, Julio (ed). *Joaquín Pasos*. Prosas de un joven. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, tomo I, 1994.

VALLEJOS ESCOTO, Irvin. *La vanguardia nicaragüense*. Ciudad Darío: Instituto Franciscano Rubén Darío, 2012.

VERANI, Hugo. Manifiestos de la vanguardia en Nicaragua. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, n. 15, ano 8, p. 181-192, 1982.

Reprodução social e laços de parentesco da elite do município de São Carlos/SP – 1873 a 1904

Carla Fernandes da Conceição¹

Resumo: No período compreendido entre a passagem do Império para a República, os fazendeiros de café paulistas compunham a elite econômica e política nas esferas municipal, estadual e federal. Estes fazendeiros formavam um grupo coeso a fim de exercer o domínio, a hegemonia e a legitimação do poder local viabilizados por interesses em comum e por uma rede de parentesco que lhes permitiam perpetuar e reproduzirem-se socialmente. Partindo de uma perspectiva da Sociologia Histórica, este artigo analisa as estratégias matrimoniais utilizadas por fazendeiros de café do município de São Carlos, entre os anos de 1873 a 1904, a fim de se manterem no poder, conservarem suas riquezas, terem cargos políticos locais.

Palavras-chave: São Carlos; Elites; Fazendeiros de café; Estratégias matrimoniais; Reprodução social

Abstract: Through the transition from Empire to Republic in Brazil, coffee farmers constituted the economic and political elite on the municipal, state and federal levels. These farmers formed a cohesive group to exercise dominion, hegemony and legitimacy of local government enabled by common interests and a kinship network that allowed them to perpetuate and reproduce socially. Starting from a Historical Sociology perspective, this article analyzes therefore matrimonial strategies used by these coffee farmers in the city of São Carlos, between 1873-1904, in order to remain in power, retain their wealth, have local political positions.

Keywords: São Carlos. Elites. Coffee Farmers. Matrimonial Strategies. Social Reproduction

Introdução

O período compreendido entre meados e final do século XIX é permeado por várias mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil. Tomando o aspecto econômico, o café substituiu a cana-de-açúcar como produto base da economia do país. Este cenário, foi fundamental para a expansão das lavouras de café, principalmente para o planalto do oeste de São Paulo, onde se inclui o município de São Carlos, visto que esta vasta região apresentava condições topográficas, pluviométricas e térmicas, bem como, disponibilidade de terras ideais para o cultivo do café. A mão de obra utilizada na lavoura do café também sofreu grandes alterações neste período com a substituição do trabalho escravo pelo livre. No âmbito político, a grande alteração ocorre com a instituição do regime Republicano, por meio da primeira República (1889-1930). Grupos, como a burguesia cafeeira e a classe média urbana, impulsionaram o movimento republicano como também a concretização da autonomia estadual que possibilitou a formação de partidos políticos republicanos em cada Estado (Fausto, 2003).

Em meio a todas essas mudanças, o município de São Carlos floresce e desabrocha. A data de fundação do município é de 1857. Voltado, inicialmente, a uma economia de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

subsistência e apenas para atender o comércio de tropeiros que passavam pela cidade, São Carlos tem o seu período de grande crescimento a partir das últimas décadas do século XIX. Este progresso foi impulsionado pelo cultivo de café, que proporcionou grandes colheitas e o destaque deste município do oeste paulista como um dos maiores produtores (Truzzi, 2007). Neste cenário, os fazendeiros de café compunham a elite local, exerciam influência econômica e política no município de São Carlos facilitados por arranjos familiares. A rede de parentesco, mantida através da endogamia, era alcançada pelo estabelecimento de laços de consanguinidade ou de afinidade adquiridos pelos matrimônios. Com esta prática, a manutenção das posses, a continuidade das influências, dos privilégios, a possibilidade de integração e ascensão social estariam garantidos através destes vínculos estabelecidos pelos casamentos.

Neste contexto, este artigo procurou investigar as estratégias matrimoniais viabilizadas por membros da elite do município de São Carlos, nos anos de 1873, 1896 e 1904, como um meio de acesso e manutenção de suas riquezas, de cargos políticos locais, títulos nobiliárquicos e de destaque econômico. Ou seja, buscou-se compreender como esta elite local reproduziu-se socialmente e se manteve nas últimas décadas do século XIX, período decisivo para a consolidação do município como um dos mais significativos da economia cafeeira paulista, através dos laços de parentesco.

Para compreender as estratégias matrimoniais mantidas e adquiridas pelas famílias de elite do município de São Carlos, a Genealogia Paulistana, escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme², foi utilizada exaustivamente. Além desta fonte, alguns inventários, como também livros biográficos, artigos diversos sobre personalidades do município, o livro “Caminhos do Tempo” de Carlos Damiano, dados sistematizados e disponibilizados no livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 – 1940)³, na listagem de vereadores dos referidos anos e, também, nos Almanques do município de São Carlos.

Os anos escolhidos abarcaram várias mudanças econômicas, políticas e sociais que influenciaram nas estratégias bem como na reprodução social das elites do município de São Carlos. O primeiro ano a ser analisado foi 1873 por conter os primeiros dados dos fazendeiros

² A Genealogia Paulistana é uma obra histórica-genealógica escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme no período de 1903 a 1905. Possui 9 volumes e cerca de duas mil páginas. Atualmente, a Genealogia Paulistana encontra-se online, o que facilita a pesquisa sobre as famílias mais relevantes no povoamento de São Paulo e do interior do Brasil. Para consulta online, acessar: <http://www.arvore.net.br/Paulistana>.

³ TRUZZI, Oswaldo M. S. (Org.) Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade rural em São Carlos (187-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

da região de São Carlos (fundada em 1857), e por estar ainda no período de mão de obra escrava e no regime monárquico. Para este ano, foi consultado, especificamente, uma listagem nominativa, sem dados estatísticos. Transformações são esperadas após 1888 e 1889, devido aos eventos da Abolição da escravidão, da intensificação da imigração europeia, da Proclamação da República e do início da política do café com leite pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Assim, o segundo recorte considerado é o ano de 1896. Já o ano de 1904 foi escolhido por ainda estar próximo do início da República e, também, por abarcar características econômicas relacionadas à produção de café no município de São Carlos.

É certo que, para analisar as estratégias matrimoniais, um trabalho anterior também teve de ser feito para pontuar quais eram as famílias de elite mais importantes do município de São Carlos, visto que estas eram as que mais possuíam uma rede de parentesco estabelecida pelos laços de consanguinidade ou afinidade. Assim, na primeira sessão analisou-se a configuração nominativa, econômica e política das famílias dos fazendeiros que compunham a elite econômica e política do município de São Carlos nos anos de 1873, 1896 e 1904. E, após estas análises, voltou-se a compreender as estratégias matrimoniais mantidas e estabelecidas por esta elite.

1. Elite e suas facetas

Utilizando-se da teoria das elites e de estudos empíricos realizados sobre o poder local em São Carlos, definiu-se, genericamente, elite como sendo um conjunto de indivíduos possuidores de poder econômico, político, ideológico, cultural que, unidos por interesses em comum e por meio de suas redes de parentesco, tentam formar um grupo coeso a fim de exercer o domínio, a hegemonia e a legitimação do poder local.

Segundo Mosca (1939), em toda sociedade há uma minoria privilegiada (formada pelos governantes) e uma maioria subordinada. Este autor pontua critérios de distinção entre a minoria privilegiada e a maioria subordinada como possibilidade de agregação à classe política, sendo eles o valor militar, a riqueza, o nascimento e o mérito pessoal. O valor militar exerce um papel fundamental, mesmo nas sociedades contemporâneas, em momentos de “desordem” social. A riqueza, por sua vez, é definida como critério real de participação na vida política (Hollanda, 2011). A força política da riqueza, para Mosca, reside em si mesma graças às vantagens que, necessariamente, confere a quem a possui (Albertoni, 1990). Referindo-se ao nascimento, este situa os homens em um universo de conhecimentos, valores e postura que os aproxima ou não dos modos de vida da minoria dominante. Já o mérito

(pessoal), segundo Mosca, advém da qualificação pessoal, como diplomas e títulos. Ele não possui valor em si só, precisa ser reconhecido oficialmente. O mérito pessoal, portanto, poderia superar os efeitos sociais das marcas de origem (Hollanda, 2011). É importante salientar que estes critérios não são anunciados pela elite, mas são utilizados por ela implicitamente a fim de legitimar o seu poder.

Analisando as elites em Pareto, é possível afirmar que a sociedade está dividida em duas camadas, a inferior e a superior. Como parte da camada inferior, inclui-se a classe não eleita, os sujeitos menos capazes. Como parte da camada superior, inclui-se a classe eleita, sendo que esta pode se subdividir em classe governante e a classe eleita não governante. Por classe eleita do governo (ou classe governante), entende-se um grupo de minorias dirigentes (eleitos) que exercem direta ou indiretamente o poder. Estes dirigentes são dotados de um talento, de uma capacidade de eficiência que os permite governar e subordinar os sujeitos não aptos à condução do governo. Assim, para Pareto, a minoria dirigente, a camada superior ou classe eleita denomina-se elite e a camada inferior, a classe não eleita, a massa, é denominada como a não elite (Barnabé, 1999). A classe eleita não governante, por sua vez, refere-se ao conjunto de indivíduos que, embora sejam os melhores na sua atividade, não exercem o comando político. Assim, a elite política é formada tanto pelos que participam diretamente do governo como também por aqueles que conseguem influenciá-lo devido aos recursos sociais que controlam, como dinheiro, cultura, religião, saber etc.

Em relação ao acesso à classe governante, Pareto aponta que há duas vias: a da vocação e a da hereditariedade. A via da vocação é inata ao governante e, conseqüentemente, ao mando político. A via da hereditariedade caracteriza-se pela influência política de famílias que, além dos cargos políticos, controlam riquezas e conexões sociais. Grynszpan (1996) explana que a hereditariedade é um elemento fundamental para o acesso da classe dirigente ao poder. Este último elemento é relevante quanto à análise da formação da elite política e econômica no município de São Carlos, uma vez que, como afirma Love (1982), a homogeneidade da elite paulista respalda-se em um grande número de relações de parentesco (conexões sociais, ditas por Pareto), embasadas em laços de consanguinidade, que permitia o acesso e a permanência dos membros da minoria no poder.

De meados do século XIX ao início do XX, vários fatores foram responsáveis por identificar um “integrante da elite”. Para pertencer à elite, era necessário ter um título nobiliárquico (conde, visconde, barão), que lhe posicionaria política e economicamente perante os outros integrantes da elite, ter um cargo ou uma patente da Guarda Nacional ou civil (coronel, tenente, major, delegado, juiz de paz); ser um fazendeiro possuidor de grande

quantidade de terras, pés de café e escravos⁴; ter um sobrenome que lhe garantisse obter certas influências e privilégios (Bacellar, 1997), além de uma rede de laços de parentesco que garantia a permanência dos membros da elite no poder. Esses indicativos garantiam a posição social (superior) de elite perante outros agentes sociais, bem como, suas influências, privilégios e um efetivo poder. Tais fatores não são necessariamente cumulativos. Para classificar e nomear os integrantes da elite do município de São Carlos, afim de posteriormente verificar as estratégias matrimoniais estabelecidas entre eles, foi analisado, inicialmente, os indicativos relativos à riqueza (produção de café, quantidade de pés de café), cargo político, título nobiliárquico (até 1889), patente da Guarda Nacional. Ou seja, as análises partiram da reprodução social exercida pelos membros das famílias da elite para se chegar às estratégias matrimoniais exercidas pelos mesmos. Realizando estas análises, foi possível identificar as famílias de elite detentoras de mais indicativos de pertencimento à elite apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Principais famílias de elite agrupadas segundo a produção de café, participação política e patentes.

Família e Principal Representante	1873			1896			1904		
	Ec.	Pol.	Pat.	Ec.	Pol.	Pat.	Ec.	Pol.	Pat.
Arruda Botelho (Antônio Carlos de Arruda Botelho)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO
Salles & Camargo Penteado (José Augusto de Oliveira Salles)	ALTA	SIM	NÃO	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM
Barros (Luiz Antônio de Souza Barros)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO	ALTA	NÃO	NÃO
Ellis & Netto (Francisco da Cunha Bueno)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO
Amaral (Carlos Augusto do Amaral)	ALTA	SIM	NÃO	BAIXA	SIM	NÃO	ALTA	NÃO	NÃO

Ec. = Participação econômica; Alta = entre os 10 primeiros ou presente na lista nominativa de 1873; Baixa = não está entre os 10 primeiros. **Pol.** = Participação política. **Pat.** = Patente Civil ou da Guarda Nacional. Sim = algum membro (fazendeiro) da família possuía no ano em questão. Não = nenhum fazendeiro da família possuía.

As análises realizadas permitiram apontar que os fazendeiros de café do município de São Carlos compunham uma minoria dominante por meio de sua riqueza como também pelos cargos políticos nas esferas local, estadual e federal, dos títulos nobiliárquicos e das patentes da Guarda Nacional, conforme serão demonstrados a seguir.

⁴ A posse de escravos revelou-se imprescindível para a obtenção de um nível mais significativo de acumulação, não só porque o escravo representava um acréscimo de trabalho produtivo, mas, por serem, eles mesmos, provas de um capital acumulado (Martins, 1996).

1.1 Cargos políticos, títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional

1.1.1 Ano de 1873: cargos políticos

Para o ano de 1873, consta uma lista de 55 fazendeiros de café. Deste montante, 29 fazendeiros possuíam alguma participação política exercendo o cargo de juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara e chefe do partido Conservador. Deste total, 12 fazendeiros exerceram apenas um cargo político, durante apenas uma legislatura, e 17 exerceram dois ou mais cargos políticos, em diferentes legislaturas.

Quadro 2: Quantidade de fazendeiros e de cargos políticos

Fazendeiros (total de 55)	1 cargo político	2 ou mais cargos políticos
29	12	17

Analisando os cargos políticos exercidos pelos fazendeiros, exclusivamente no município de São Carlos como vereadores, observou-se que de um total de 55 fazendeiros descritos em 1873, 14 exerceram cargo de vereador no município de São Carlos em diferentes períodos. O Quadro 3 indica, nominativamente, os fazendeiros e os períodos de suas respectivas legislaturas.

Quadro 3: Elite econômica de 1873: vereadores em São Carlos.

1873: Elite econômica e Elite política	
Fazendeiro/vereadores locais	Legislatura
Antonio Franco de Camargo Lacerda	1877-1881
Aurélio Sivatti	1887-1890, 1891
Bento Carlos de Arruda Botelho	1891
Bento Luis de França	1869-1874
David Ferreira de Camargo	1874-1877
Elias de Camargo Penteado	1865-1869
Jeronymo Franco de Arruda	1874-1877
João Baptista de Siqueira Serra	1865-1869, 1869-1874, 1881-1883
Joaquim Roberto Rodrigues Freire	1865-1869, 1877-1881
José Alves Delfino	1874-1877
José Eufrosino da Silva	1865-1869
Manoel José de Mesquita Jr.	1877-1881
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
Theodoro de Camargo Penteado	1869-1874, 1874-1877
Victor Augusto de Oliveira	1865

1.1.1.1 Ano de 1873: titulação nobiliárquica

No tocante à titulação nobiliárquica do ano de 1873, temos quatro fazendeiros de café possuidores de algum título de nobreza. Deste total, apenas um foi detentor de três títulos nobiliárquicos. Este era representado por Antonio Carlos de Arruda Botelho, que recebeu o

título de barão do Pinhal, visconde do Pinhal e conde do Pinhal. Francisco da Cunha Bueno representa o fazendeiro da listagem nominal de 1873, com dois títulos nobiliárquicos, sendo o de barão de Itaqueri ou barão Cunha Bueno e o de visconde Cunha Bueno. Com apenas um título nobiliárquico, temos os fazendeiros Bento Paes de Barros (1º barão de Itu) e Estevão de Sousa Barros (Conde Barros).

1.1.1.2 Ano de 1873: patentes da Guarda Nacional

Em relação às patentes da Guarda Nacional⁵, para o ano de 1873, temos um total de 14 fazendeiros eram possuidores de patentes da Guarda Nacional. Destes, dois eram coronéis⁶, dois tenentes-coronéis⁷, dois majores⁸, seis capitães-mor⁹, um alferes¹⁰, um Comendador¹¹.

1.1.2 Ano de 1896: cargos políticos

Para o ano de 1896, consta uma lista nominativa com 54 fazendeiros de café. Deste total, 17 fazendeiros possuíam alguma participação política como juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara, chefe do partido Conservador. Sendo que seis fazendeiros exerceram apenas um cargo político durante apenas uma legislatura e 11 exerceram dois ou mais cargos políticos em diferentes legislaturas.

Quadro 4: Quantidade de fazendeiros e de cargos políticos

Fazendeiros (total de 54)	1 cargo político	2 ou mais cargos políticos
29	17	6

Em relação ao exercício do cargo de vereador desempenhado por estes fazendeiros locais, 14 deles participaram da política municipal em diferentes períodos. O Quadro 5 apresenta nominativamente os fazendeiros e o período de suas legislaturas na Câmara Municipal de São Carlos.

⁵ Nesta contagem inicial, foi considerada a patente do mais alto posto da Guarda Nacional. Porém, se o fazendeiro tivesse sido coronel e tenente-coronel, foi contabilizado o posto de coronel, visto que este é o mais alto posto da hierarquia da Guarda Nacional. Quando digo que alguns fazendeiros possuíam duas ou mais patentes não significa que as tinham ao mesmo tempo, mas que, entre os anos de 1873 e 1896, estes possuíram estas patentes em algum momento de sua carreira militar.

⁶ Antonio Carlos de Arruda Botelho e João Franco de Moraes Octavio.

⁷ Francisco da Cunha Bueno, Paulino Carlos de Arruda Botelho.

⁸ João Baptista de Arruda, Joaquim Roberto Rodrigues Freire.

⁹ Antonio Vicente da Silveira, Floriano de Camargo Penteadado, João Carlos de Arruda Botelho, José de Camargo Penteadado, José Gonçalves de Araújo Bueno.

¹⁰ Francisco de Paula Camargo.

¹¹ Luiz Antonio de Sousa Barros.

Quadro 5: Elite econômica de 1896: vereadores em São Carlos

1896: Elite econômica e Elite política	
Fazendeiro/vereadores locais	Legislatura
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
Affonso Botelho de A. Sampaio	1905-1908
Orosimbo Augusto do Amaral	1881-1883
Theodoro Leite de Almeida Camargo	1865-1869, 1874-1877
José Ignácio de Camargo Penteado	1887-1890
Aurélio Civatti	1887-1890, 1891
Francisco de Paula Novaes	1890-1891
Joaquim José Gonçalves Braga	1892-1895
Julio de Salles	1895-1898
Raphael de Abreu Sampaio Vidal	1899-1901
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902, 1908-1911, 1911-1914
José Manoel de Mesquita	1877-1881
Elisiário Ferreira Penteado	1898-1902
José de Araújo Cintra	1891-1895, 1898-1902, 1908-1911

1.1.2.1 Ano de 1896: patentes da Guarda Nacional

Em relação às patentes, para o ano de 1896, temos um total de oito fazendeiros¹² possuidores de patente da Guarda Nacional, dois possuidores de patente da polícia civil, e um detentor de uma patente da Guarda Nacional e uma patente civil, respectivamente.

1.1.3 1904: cargos políticos

Para o ano de 1904, temos uma listagem com os nomes dos dez principais proprietários de terras e uma listagem com os dez maiores produtores de café no município de São Carlos.

1.1.3.1 Maiores proprietários de terras: cargos políticos

Dentre os dez maiores proprietários de terras, foi possível observar que cinco fazendeiros exerceram cargos políticos.

Entre estes cinco que não exerceram cargos políticos, três possuem familiares que exerceram vários cargos políticos. Um exemplo típico deste caso é o da Condessa do Pinhal que, embora isenta de cargos políticos, seu marido – Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal – exerceu muitos cargos políticos em nível local, estadual e nacional. O número reduzido de fazendeiros com cargos políticos em 1904 pode ser explicado pela

¹² Elisiário Penteado (major), Júlio de Salles (major), José Augusto de Oliveira Salles (coronel), Joaquim Araújo Cintra (major), Joaquim Manoel Alves (tenente-coronel e comendador) e Paulino Carlos de Arruda Botelho (tenente-coronel e capitão), José Ignácio de Camargo Penteado (major).

denominação de parentes (esposa, filho, pai) na listagem nominativa dos fazendeiros devido à morte do proprietário. Entre os dez maiores proprietários de terras, em 1904, observou-se que quatro deles foram vereadores municipais.

1.1.3.2 Maiores produtores de café: cargos políticos

Entre os dez maiores produtores de café, dois exerceram o cargo de vereador no município de São Carlos. Além de cargos políticos locais, dois dos maiores produtores de café tiveram cargos políticos em nível estadual e federal, como é o caso de Alfredo Ellis e Paulino Carlos de Arruda Botelho. Além disso, averiguou-se também que, dentre os seis maiores produtores que não exerceram nenhum cargo político, três deles tinham parentes (sogro, pai, marido) que, quando vivos, exerceram cargos políticos municipais, estaduais e federais.

O Quadro 6 sintetiza a participação dos dez maiores proprietários de terras como também dos dez maiores produtores de café na política local.

Quadro 6: Elite econômica de 1904: vereadores em São Carlos

1904: Elite econômica e Elite política	
Maiores proprietários/vereadores locais	Legislatura
Elisiário Penteado	1898-1902
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
José Ignácio de Camargo Penteado	1887-1890
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902, 1908-1911, 1911-1914
Maiores produtores/vereadores locais	Legislatura
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902, 1908-1911, 1911-1914
Elisiário Penteado	1898-1902
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	1905-1908

1.1.3.3 1904: Patentes da Guarda Nacional

Observando as patentes da Guarda Nacional dos maiores proprietários de terras de 1904, foi possível encontrar três grandes proprietários de terras do município de São Carlos detentores de patentes, sendo que dois eram coronéis (Paulino Carlos de Arruda Botelho) e um era major (José Ignácio de Camargo Penteado).

1.1.4 Similaridades e diferenças entre os anos de 1873, 1896 e 1904

Comparando os anos de 1873, 1896 e 1904 no que tange aos cargos políticos, títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional mantidos pela elite do município de São Carlos observou-se que para o ano de 1873, mais da metade de todos os fazendeiros teve alguma participação política e cerca de 25% possuíam patentes (civis ou da Guarda Nacional). Em nível municipal, tivemos cerca de 25% de participação destes fazendeiros, ou seja, desta elite

econômica na política local. Para 1896, um em cada três dos mais relevantes fazendeiros (produção até 90.000 kg) possuiu cargos políticos. Em nível local, os fazendeiros representaram cerca de 26% dos cargos de vereadores no município. Cerca de 20% possuíam patentes. Já para 1904, a análise dos dez maiores produtores e dez maiores proprietários, de forma conjunta, mostra que cerca de metade possuía cargos políticos e, também, cerca de 20% a 30% com patentes da Guarda Nacional. De acordo com estes dados, é possível concluir que, em todos os anos pesquisados, os fazendeiros de São Carlos possuíram grande participação no campo político, muitos deles detentores de patentes da Guarda Nacional ou civis.

2. Estratégias matrimoniais e redes de parentesco

Tendo definido as principais famílias de elite do município de São Carlos (descritas no Quadro 1), seguem-se às análises referentes às estratégias matrimoniais arranjadas entre estas famílias a fim de garantir a reprodução social local.

Segundo a definição de hereditariedade, abordada por Pareto, os fazendeiros de café locais mantinham e reproduziam suas riquezas por meio dos laços de parentesco obtidos por intermédio dos casamentos realizados entre seus consanguíneos ou entre seus afins e, também, pelos laços de parentesco gerados pela hereditariedade (pai, filho, neto, bisneto, sobrinho). Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos.

O quadro abaixo, nos permite identificar os laços de consanguinidade e afinidade estabelecidos entre as famílias de elite do município de São Carlos, especificamente nos anos de 1873, 1896 e 1904.

Quadro 8: Fazendeiros de café e os Laços de Consanguinidade.

Fazendeiros de Café	Anos			Grau de Parentesco	Designação
	1873	1896	1904		
Francisco da Cunha Bueno				Francisco da Cunha Bueno era tio e sogro de Alfredo Ellis, com quem fez uma sociedade para exportação de café.	Ellis & Netto
Bueno Ellis & Netto				Alfredo Ellis casa-se com a primeira filha de Cunha Bueno, chamada Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno.	
Ellis & Netto					
Luiz Antonio de Souza Barros				Era pai de Estevão de Souza Barros, o mesmo Conde de Barros que aparece em 1896. Felicíssima era esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros.	Souza Barros

Estevão de Souza Barros				É o Conde de Barros, filho de Luiz Antonio de Sousa Barros.	
Conde de Barros				Seu nome é Estevão de Sousa Barros (como descrito no ano de 1873). É filho de Luiz Antonio de Sousa Barros.	
Felicíssima de Campos Barros				Segunda esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros.	
José Manoel de Mesquita				Era sobrinho e genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, pois casou-se com sua filha - Amélia Hygina de Souza Barros.	
Bento Paes de Barros				Era tio do genro de Luiz Antonio de Sousa Barros. O genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, Antonio Paes de Barros Filho (filho do barão de Piracicaba), casou-se com Maria Paes de Barros - filha de Luiz Antonio de Sousa Barros.	
Antonio Franco de Camargo Lacerda & Irmãos				Eram irmãos.	Franco de Lacerda
Candido Franco de Lacerda					
Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal)				O mesmo fazendeiro permanece em 1873, 1896 e sua família permanece em 1904.	Arruda Botelho
Condessa do Pinhal				Esposa do Conde do Pinhal - Anna Carolina de Mello Oliveira	
Carlos José Botelho				Filho de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde).	
Paulino Carlos de Arruda Botelho				O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896. Era irmão de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde)	
Maria Izabel de Oliveira Botelho				Esposa de Bento Carlos de Arruda Botelho	
Bento Carlos de Arruda Botelho				Irmão do Conde do Pinhal e de Paulino Carlos de Arruda Botelho	Abreu Sampaio
Antonio de Abreu Sampaio				Irmão de Joaquim José de Abreu Sampaio. Tio de seus filhos descritos a seguir.	
Joaquim José de Abreu Sampaio				Era cunhado do Conde Pinhal, de Bento Carlos e de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Era pai de Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Joaquim Botelho de Abreu Sampaio, Raphael de Abreu Sampaio Vidal.	
Joaquim Botelho de Arruda Sampaio				Era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho, pois casou-se com sua filha Maria Botelho de Abreu Sampaio. Era filho da irmã de Paulino Carlos de Arruda Botelho (Eulalia Carolina de Meira).	
Affonso Botelho de Abreu Sampaio				Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Eulália C. de Meira Botelho. Sobrinho do Conde.	
Maria das Dores C. Sampaio (ou Maria das Dores Vidal)				Segunda esposa de Joaquim José de Abreu Sampaio.	

Raphael de Abreu Sampaio Vidal				Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Maria das Dores Vidal.	
Carlos Augusto do Amaral				Pai de Carlos Alberto do Amaral.	Amaral
Orosimbo Augusto do Amaral				Filho de Carlos Augusto do Amaral.	
Carlos Alberto do Amaral				Filho de Carlos Augusto do Amaral.	
Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho				Marido de Francisca Leocádia Bittencourt Coelho.	Bittencourt Coelho
Francisca Leocádia Bittencourt Coelho				Esposa de Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho.	
Jacinto Mendes da Silva				O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896.	Mendas da Silva
Jacinto Mendes da Silva					
Estanislau de Campos Salles				Pai de José Augusto de Oliveira Salles	Campos Salles
José Augusto de Oliveira Salles				Filho de Estanislau de Campos Salles	
Elias de Camargo Penteadado				Era tio do major José Ignácio de Camargo Penteadado.	Camargo Penteadado
José Ignácio de Camargo Penteadado				Sobrinho de Elias de Camargo Penteadado (Elias era irmão do pai do major)	

Quadro 9: Laços de Afinidade entre diferentes famílias da elite do município de São Carlos

Fazendeiros de Café	Anos			Laços de Afinidade
	1873	1896	1904	
Firmiano de Moraes Pinto		-	-	Era genro de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal), fazendeiro de 1873 e em 1896), pois casou-se com sua filha, Cândida de Arruda Botelho.
Joaquim José de Abreu Sampaio	-		-	Era cunhado de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal) e de Paulino Carlos de Arruda Botelho, ambos fazendeiros em 1873 e 1896.
José Augusto de Oliveira Salles	-	-		Era genro de Elias de Camargo Penteadados, pois casou-se com sua filha, Maria Anunciação Camargo Penteadado.

Analisando os Quadros 8 e 9, é possível observar a permanência e a continuidade de várias famílias da elite do município de São Carlos entre os anos de 1873, 1896 e 1904 gerada pelos laços de parentesco. Estas famílias eram possuidoras de terras, escravos, cargos políticos, patentes enfim, possuíam vários atributos de pertencimento à elite, como descritos por Bacellar (1997). Deste modo, nota-se que os membros da elite, que representavam a minoria, utilizavam-se do atributo da riqueza, defendido por Mosca (1939) como sendo

fundamental para a formação de uma rede de parentesco que contribuiriam para a prática da manutenção e reprodução do poder.

Além disso, os laços de consanguinidade ou afinidade, mantidos por meio dos casamentos, contribuíam para a reprodução social das elites, como Love (1982) nos aponta. Desta forma, a manutenção das riquezas e das posses também estaria garantida. Considerando os quadros acima, alguns casos de laços de parentesco por consanguinidade ou afinidade ou seja, de estratégias matrimoniais, serão analisados.

2.1 Análises de casos: laços de consanguinidade e afinidade entre famílias de elite de São Carlos

2.1.1 Família Ellis

O casamento realizado entre Alfredo Ellis (cafeicultor e médico) com a sua prima Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno permite identificar que há relação de consanguinidade entre eles. Sebastiana era filha do tio paterno de Alfredo Ellis – Francisco da Cunha Bueno. Ou seja, Alfredo Ellis era sobrinho e genro de Francisco da Cunha Bueno. Tanto a figura de Francisco da Cunha Bueno como a de Alfredo Ellis eram bem articuladas pela sociedade da época. A reprodução social destes membros da elite era abrangente visto que Francisco da Cunha Bueno (1829 – 1903) foi tropeiro, fazendeiro, vereador em Rio Claro, chefe do Partido Conservador em São Carlos. Recebeu o título de barão de Itaqueri, Barão de Cunha Bueno e Visconde de Cunha Bueno. Já Alfredo Ellis (1850 – 1925), foi médico, cafeicultor, deputado federal (1891-1899, 1900-1902) e senador (1903-1905, 1906-1908, 1909-1911, 1912-1915, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1925).

2.1.2 Família Souza Barros

Na família Souza Barros, temos exemplos de casamentos consanguíneos entre as filhas do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Inicialmente, em poucos parágrafos, tentarei expor quem foi o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, o que auxiliará em maior compreensão do context social, político e econômico deste fazendeiro de café.

Luiz Antonio de Souza Barros (1809 – 1887) era filho de Luiz Antonio de Souza e Genebra Leite de Barros. Nasceu em Itu e foi o único dos filhos a herdar o sobrenome da mãe. Teve 5 irmãos, sendo que era irmão do barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz) e do barão de Souza Queiroz (Francisco de Souza). Ainda menino, com 8 anos apenas, foi enviado à Portugal para estudar. Com o falecimento de seu pai, em 1819, Luiz Antonio de Souza

Barros retorna ao Brasil e irá viver na casa de sua irmã – Ilídia Mafalda (futura Marquesa de Valença) e de seu cunhado – o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende (futuro barão de Rezende), em São Paulo.

Luiz Antonio de Souza Barros é considerado pela historiografia tradicional como sendo um dos grandes nomes da aristocracia imperial paulistana de meados do século XIX. Cafeicultor, senhor de escravos e moderno capitalista, foi um dos organizadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Possuía posses, escravos e propriedades em São Paulo, Piracicaba, Campinas e São Carlos. Tinha uma vida ligada tanto à São Paulo quanto ao Rio de Janeiro. Vivia na Corte e na Província Paulista, nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro numa exibição de luxo e bom gosto ou nos meios mais modestos e provincianos de São Paulo, com costumes ainda nitidamente coloniais, ou ainda nas fazendas de cana do interior paulista (Torres, 2010).

Luiz Antonio de Souza Barros entrou para o cenário político da Província de São Paulo assumindo e exercendo o cargo de Prefeito de São Paulo (foi o primeiro prefeito da província paulista). Seu governo foi duramente criticado, pois

“[...] mais lavrador do que político, mais habituado à administração e aos problemas da zona rural do que aos da zona urbana, não obstante sua elevada posição social e econômica, o novo prefeito é duramente criticado mais de uma vez, pelos vereadores, principalmente pela sua ausência. Pedira logo uma licença que lhe fora concedida pelo então vice-presidente da província, o senador Queiroz (Torres, 2010:28)”.

Após sua renúncia, assumiu a presidência da Câmara Municipal da Província de São Paulo. Recebeu os títulos de Comendador de Cristo (título de origem portuguesa) e Dignatário da Rosa¹³ (título de origem brasileira).

Tendo, inicialmente, investido em engenhos de açúcar, principalmente em Piracicaba (como na Fazenda São Lourenço, por exemplo), substituiu suas plantações de cana-de-açúcar pelas do café. Foi favorável à implantação da mão de obra estrangeira em suas fazendas e investiu em maquinários para o beneficiamento do café. Embora fosse para Piracicaba e para suas outras fazendas em períodos de colheitas, morava em São Paulo. Assim,

“[...] a família Souza Barros vive como a maior parte das famílias de recursos, como quase todos os grandes fazendeiros, assistindo às procissões religiosas, discutindo política, em meio a festas familiares, durante uma parte do ano, em São Paulo, e,

¹³ [...] Destinada a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, apresentava a mais absoluta originalidade - nem palmas de ramos de oliveira, nem folhas de carvalho, mas rosas como as do vestido da linda princesa de 17 anos, de olhos azuis, rosas como a do seu toucado, no retrato enviado a D. Pedro por Barbacena, rosas, as flores prediletas da que seria imperatriz do Brasil por tão pouco tempo (Torres, 2010:68).

durante o outro período na fazenda que é a fonte de seus amplos recursos financeiros (Torres, 2010:60).

Morando na casa de sua irmã, ao retornar de Portugal para o Brasil, apaixonou-se pela sua sobrinha (Ilídia Rezende) e casa-se com esta. Tiveram 9 filhos: Ilídia de Souza Whitaker (casada com seu primo João Guilherme de Aguiar Whitaker); Luiza Augusta de Souza Vergueiro (casada com seu primo Joaquim Vergueiro); Francisca de Souza Barros (casada com seu primo Bento Aguiar de Barros); Estevão de Souza Barros casado com Leonor Assumpção Barros); José de Souza Barros (casado com Josefina Dias Aguiar e, depois, com Luiza De La Floret), Francisco de Souza Barros (casado com Francisca Ferraz do Amaral); Amélia Hygina de Souza Barros (casada com seu primo José Manoel de Mesquita); Izabel de Souza Barros (casada com seu primo Bento Francisco de Paula Souza); e Luiz de Souza Barros (falecido sem casar-se).

Viúvo em 1847, casou-se novamente, em 1850, com D. Felicíssima de Almeida Campos¹⁴, filha do tenente Domingos de Almeida Campos e D. Maria Inácia Leite. Desta união, teve 10 filhos: Maria de Souza Barros (casada com seu primo Antonio Paes de Barros – filho do barão de Piracicaba); Luiz de Souza Barros (sem informações de casamento); Eliza de Souza Barros (casada com Ignácio Xavier Paes de Campos Mesquita); Antonio de Souza Barros (casado com Augusta Loureiro de Souza Barros); Fernando de Souza Barros (casado com sua prima Candida Paes de Barros); Adelina de Souza Barros (sem identificação de casamento); Felicíssima de Souza Barros (sem identificação de casamento); Roberto de Souza Barros (casado com Maria de Camargo); Eugenia de Souza Barros (casada com João Theen); e Antonia de Souza Barros (casada com Carlos Ralston).

Ao analisarmos os casamentos dos filhos do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, é possível notar a permanência de muitos laços de consanguinidade adquiridos e mantidos por membros de sua família. Embora tivesse tido 19 filhos, encontrei a descrição dos cônjuges de apenas 15 de seus filhos. Dos 15 matrimônios realizados por seus filhos, 7 matrimônios foram realizados com parentes – entre primos e primas. Ou seja, quase 50% dos casamentos de seus filhos e filhas foram realizados entre membros de sua própria família. Desses 7 casamentos consanguíneos, 6 eram casamentos de suas filhas com seus primos e 1 casamento foi de seu filho com uma prima. Ou seja, a maioria dos matrimônios

¹⁴ A fazenda Felicíssima, situada no município de São Carlos, pertencia a Felicíssima de Campos Barros (esposa do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros).

consanguíneos recaía sobre as mulheres¹⁵.

Analisando especificamente o casamento consanguíneo ocorrido entre parentes da família Souza Barros com fazendeiros de café do município de São Carlos, encontramos o matrimônio de Amélia Hygina de Souza Barros (filha do Comendador) com seu primo José Manoel de Mesquita. Este aparece como fazendeiro do município de São Carlos, em 1896, com uma produção de cerca 120.000 Kg de café, quantidade esta considerável para o destaque na produção cafeeira. Além disso, foi chefe do Partido Conservador (1874), juiz de paz (1874) e vereador (1877-1881) no município de São Carlos. Este casal teve 4 filhos, sendo Felicíssima de Souza, José Manoel de Mesquita, Gertrudes de Mesquita e Ilídia de Mesquita.

Desta forma, como nos aponta Pareto (Hollanda, 2011), nota-se que há uma circulação dos membros das famílias de elite que assegura o seu equilíbrio, bem como, sua longevidade e reprodução social. Estas famílias vão formando uma minoria seleta (composta por parentes ou por membros de famílias que já pertenciam à elite) e compoem uma oligarquia detentora de poder econômico e político, como Michels (1982) nos apresenta.

2.1.3 Família Arruda Botelho

Analisando os laços de parentesco da família Arruda Botelho, temos como exemplo de casamento consanguíneo o realizado entre Joaquim Botelho de Abreu Sampaio com Maria Botelho de Abreu Sampaio – filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Analisando a inserção política e social de Paulino Carlos de Arruda Botelho, foi possível analisar que este foi juiz de paz (1857, em São Carlos), membro do Partido Liberal, fundador do Partido Republicano em São Carlos (1873), Deputado Federal (1889 - 1908), membro do governo provisório da cidade (1889). Já Joaquim Botelho de Abreu Sampaio foi Secretário da Companhia de Luz Elétrica (1890), provedor da Santa Casa (1891) ambos cargos em São Carlos.

Joaquim era filho de Eulália Carolina de Meira, irmã de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Portanto, Joaquim era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Com este casamento, além da riqueza permanecer na mesma família, ocorreu a ligação entre a família Arruda Botelho com a Abreu Sampaio.

Analisando agora alguns laços de afinidade, é possível notar o parentesco adquirido entre membros de famílias de elite. O casamento realizado entre Joaquim José de Abreu

¹⁵ A questão dos dotes, torna-se interessante ser comentada aqui, pois estes significavam a transferência das riquezas da família para outra. Sendo o casamento realizado entre parentes, esta riqueza continuaria na mesma família. Já para os homens, havia, também, casamentos arranjados, mas como não havia a transferência do dote, consequentemente, o casamento dos filhos com mulheres que eram parentes era em número reduzido.

Sampaio e Maria Botelho de Abreu Sampaio indica que a família Abreu Sampaio e Arruda Botelho se tornaram afins. Maria Botelho era filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho e sobrinha do Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho). Conseqüentemente, este casamento gerou os laços de afinidade entre estas duas famílias de elite. Estas famílias foram consideradas elites, pois Joaquim José de Abreu Sampaio compõe a lista nominativa de fazendeiros de café de 1873, bem como Paulinho Carlos de Arruda Botelho e o Conde do Pinhal. Além disso, Joaquim José de Abreu Sampaio foi deputado Provincial (1876-1878), chefe do Partido Conservador (1887), vereador suplente (1892) e tenente. Tanto a família Abreu Sampaio como a Arruda Botelho permanecem como produtoras de café nos anos de 1873, 1896 e 1904. Deste modo, a riqueza é mantida entre estas famílias.

Outro exemplo de afinidade é visto no casamento realizado entre Firmiano de Moraes Pinto e Cândida de Arruda Botelho. Firmiano de Moraes Pinto, embora não tivesse consanguinidade com Cândida de Arruda Botelho, também era membro da elite. A seu respeito, a Genealogia Paulistana (vol. IV:142) nos diz que Firmiano era bacharel em Direito. De acordo com informações colhidas nos dados estatísticos de 1904, seu nome aparece na listagem de fazendeiros de café com uma produção de 375.000 kg de café, ficando na 7ª posição dos maiores produtores de café deste ano em São Carlos. Ocupou diversos e altos cargos políticos, como o de Secretário da Fazenda e Agricultura no ano de 1902, quando o governador de São Paulo era Bernardino de Campos. Também foi Deputado Federal e Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Era filho de Antonio José Pinto e de Francisca Miquelina de Moraes. Por sua vez, Cândida de Arruda Botelho era filha de Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal. Cândida de Arruda Botelho nasceu no dia 08 de abril de 1868 e se casou em 1886, aos 18 anos de idade. Nota-se, portanto, que ambos cônjuges eram membros da elite. Em 1891, o Conde do Pinhal funda o Banco União de São Carlos e coloca na gerência desse seu genro, Firmiano de Moraes Pinto. Deste modo, é possível notar que os membros “adquiridos” por afinidade também faziam parte dos negócios da família Arruda Botelho.

No decorrer das análises, notou-se que, entre algumas famílias, como no caso da família Arruda Botelho, os laços de afinidade também estavam permeados pelos de consanguinidade. Ou seja, os laços de consanguinidade, aqueles não adquiridos por meio do casamento, mas sim pelo sobrenome da própria família (incluindo pais, filhos, primos, avós, sobrinhos etc.) e se emaranhavam nos laços de afinidade estabelecidos através dos matrimônios. Visto que tanto os laços de afinidade quanto de consanguinidade são representantes das estratégias matrimoniais utilizadas pelas elites do município de São Carlos,

veremos, a seguir, a rede de parentesco mantida e estabelecida pela consanguinidade.

Através do parentesco entre irmãos, filhos e esposas, a família Arruda Botelho, permanece presente no período estudado. A figura do Conde do Pinhal – Antonio Carlos de Arruda Botelho, e de seus irmãos Paulino Carlos de Arruda Botelho e Bento Carlos de Arruda Botelho aparecem como fazendeiros em 1873. Por sua vez, em 1896, estão presentes também na listagem dos maiores fazendeiros de café a denominação Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho), do filho do Conde – Carlos José Botelho, de seus irmãos Paulino e Bento Carlos de Arruda Botelho. Em 1904, o nome da Condessa do Pinhal¹⁶ – Anna Carolina de Mello Oliveira – aparece na listagem de fazendeiros de café, bem como, o da esposa¹⁷ de Bento Carlos de Arruda Botelho (o irmão do Conde) – Maria Izabel de Oliveira Botelho e o nome de seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho, que permanece presente neste ano.

2.1.4 Família Salles

Dando continuidade aos exemplos de casamentos por afinidade, encontramos o casamento realizado entre o Coronel José de Augusto de Oliveira Salles e Maria Anunciação Camargo Penteado. José Augusto de Oliveira Salles era filho de Estanislau de Campos Salles e de Maria Perpétua de Oliveira Salles. Era primo (por parte de pai) de Manuel Ferraz de Campos Salles – o presidente Campos Salles eleito em 1898 a 1902. Também era primo de Antônio de Pádua Salles – ministro da Agricultura no governo Delfim Moreira (1918 a 1919). José Augusto de Oliveira Salles foi fazendeiro de café no município de São Carlos, inicialmente, assumindo a propriedade de seu pai (que aparece na listagem de fazendeiros de 1873) e, nos anos de 1896 e 1904, já aparece como fazendeiro de café depois de adquirir sua própria fazenda. Além disso, assumiu cargos políticos locais como vereador (1898-1902; 1908-1911; 1911-1914), juiz de paz eleito (1901), presidente da Câmara (1911) e recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional.

Sua esposa, Maria Anunciação Camargo Penteado (ou Maria de Assumpção Camargo ou Maria de Camargo Salles¹⁸) era, por sua vez, filha de Elias de Camargo Penteado. O pai da noiva aparece na lista nominativa dos fazendeiros de 1873 (morre em 1879), assumiu cargos

¹⁶ Em 1904, aparece o nome da Condessa do Pinhal na listagem de fazendeiros de café visto que o Conde do Pinhal falece em 1901.

¹⁷ Bento Carlos de Arruda Botelho – irmão do Conde do Pinhal falece em 1896 com 55 anos.

¹⁸ Nos documentos pesquisados, o nome da filha de Elias de Camargo Penteado aparece com várias denominações. Na Certidão de Nascimento de um dos filhos do casal – Paulo de Camargo Salles, consta o nome Maria de Camargo Salles. Já no livro “Caminhos do Tempo”, encontra-se a denominação de Maria da Anunciação de Camargo Penteado. Em documentos da família Salles (generosamente apresentados para mim por Gina Salles Picchi – bisneta do Coronel José de Augusto de Oliveira Salles), encontra-se a denominação Maria de Assumpção Camargo.

de vereador no município e era tio do Major José Ignácio de Camargo Penteado (este foi uma figura de destaque econômico quanto político no município).

O noivo José Augusto de Oliveira Salles casa-se com 21 anos e a noiva, Maria Anunciação Camargo Penteado, casa-se com 12 anos. Neste casamento por afinidade, é possível compreender características típicas dos casamentos “arranjados” entre os membros da elite, tais como o casamento com um(a) cônjuge que também fosse da elite, possuindo terras, produção de café, escravos e, geralmente, a noiva era bem mais nova que o noivo, os dotes que seriam transmitidos aos noivos ficariam em famílias que já tinham posses.

2.1.5 Família Amaral

Outra família que se reproduz como elite nos anos de 1873, 1896 e 1904 é a família Amaral. Em 1873, Carlos Augusto do Amaral aparece na lista nominativa de 1873 como fazendeiro de café. Além disso, foi chefe do Partido Conservador, no município de São Carlos, em 1874. Em 1896, aparece na listagem estatística – nominativa o nome de Viúva Amaral & Filhos com uma produção de cerca de 270.000 kg de café, alcançando a 17ª posição na produção cafeeira. No mesmo ano, seus filhos, Orosimbo Augusto do Amaral e Carlos Alberto do Amaral, destacam-se na produção cafeeira do município de São Carlos, respectivamente, na 22ª (225.000 Kg) e 40ª (120.000 kg) posição no ranking de produção de café em 1896. Orosimbo Augusto do Amaral foi representante Agrícola do Rio de Janeiro (1878), vereador (1881-1883) e juiz de paz (1883) ambos em São Carlos. No ano de 1904, a esposa de Carlos Augusto do Amaral – Anna Luiza do Amaral & Filhos – aparece na 7ª posição da produção de café em arrobas, totalizando a produção de 20.000 arrobas (equivalente a 293.800 kg).

2.15 Família Camargo Penteado

Dando continuidade, temos a família Camargo Penteado. Elias de Camargo Penteado aparece como fazendeiro em 1873. Também foi vereador (1865-1869); presidente da Câmara (1868); chefe do Partido Conservador (1874), Intendente - vereador (1892-1895). Seu sobrinho, o major José Ignácio de Camargo Penteado, aparece na listagem estatística-nominativa de fazendeiros de café no ano de 1896 e em 1904. O major José Ignácio ocupou a 25ª posição na produção de café em 1896, alcançando a cifra de 195.000 kg. Já em 1904, o major aparece na 5ª posição dentre os dez maiores proprietários de terra, tendo cerca 1.808 alqueires de terra no município de São Carlos. O próprio major José Ignácio de Camargo Penteado casou-se com sua prima, Gertrudes de Almeida Leite Camargo. Ela era filha de João

Leite da Cruz e Theodora Leite de Camargo. O major era filho de José Ignácio de Camargo Penteadado com Theodora de Almeida Leite (que era irmã de João Leite da Cruz).

3. Considerações finais

A reprodução social das elites do município de São Carlos nas diferentes esferas sociais locais articulava-se às estratégias matrimoniais estabelecidas e mantidas entre os membros destas elites.

Os fazendeiros de café mantinham e reproduziam suas riquezas por meio dos laços de parentesco obtidos por intermédio dos casamentos realizados entre seus consanguíneos ou entre seus afins e, também, pelos laços de parentesco gerados pela hereditariedade (pai, filho, neto, bisneto, sobrinho). Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos e percebidos no decorrer dos anos de 1873, 1896 e 1904.

Os dados coletados nas fontes documentais descritas ao longo deste artigo, possibilitaram analisar os sobrenomes comuns e recorrentes das famílias de elite e revelar as relações de consanguinidade estabelecidas entre estes membros nos anos de 1873, 1896 e 1904, no município de São Carlos. Este processo levou ao conhecimento dos matrimônios realizados entre membros da própria família e a compreensão do modo pelo qual estas famílias, consideradas de elite em São Carlos, se perpetuavam ao longo do tempo. Os laços de afinidade analisados, indicaram os casamentos realizados fora da parentela, ou seja, aqueles que tinham como resultado a aliança de dois grupos poderosos que se tornavam “parentes” e, portanto, unidos econômica e politicamente. Este tipo de casamento poderia promover aos “parentes” uma elevação na hierarquia do domínio graças à soma de forças familiares, econômicas e políticas. Nesta ocasião, portanto, os laços de afinidade foram fundamentais para manter, e, até, aumentar a fortuna e o poder das famílias envolvidas neste tipo de enlace, no município de São Carlos, interior de São Paulo. Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos.

Por fim, tendo como base as análises realizadas, foi possível constatar que existiu uma manutenção das famílias da elite são-carlense no período estudado, anos de 1873, 1896 e 1904, exercendo seu poder econômico e político no município. Organizada e articulada entre si, seus membros possuíam cargos públicos, participavam ativamente das decisões políticas do município (muitos participaram ativamente das decisões políticas em nível estadual e

nacional), vinculavam-se entre si por meio de uma rede de parentesco e negócios. Sendo assim, esta elite consegue se adaptar às mudanças políticas e sociais deste período permanecendo ativa e influente na economia e política do município de São Carlos de 1873 a 1904.

Referências bibliográficas

- ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.
- ALMANACH de São Carlos do Pinhal – 1894. Editora e Empresa d’O Popular.
- ALMANACH ALBUM de São Carlos – 1905. São Carlos do Pinhal, Editor: Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915. São Carlos do Pinhal, Editor: Sebastião de Camargo. Tipografia de Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915 a 1916. São Carlos.
- ALMANACK Anuario de São Carlos. Editora da Universidade Federal de São Carlos. Ano 1, nr. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EDUFSCar, 2007.
- BACELLAR, C. de A. P. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.
- BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, Classe Social e Poder Local*. Revista Estudos de Sociologia, v. 4, n. 7, 1999.
- DAMIANO, C. O. *Caminhos do Tempo: titulares de logradouros e instituições públicas de São Carlos*. São Carlos: EDFUSCar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 11.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- GRYNSZPAN, Mario. *A teoria das elites e sua genealogia consagrada*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 35-83.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LEME, L. G. da S. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat. v1 ao v9, 1903.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Tradução Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas. 1800-1850*. CMU/UNICAMP, 1996.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília. UNB, 1982.
- MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Política*. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.

PICCHI, Gina Salles. Família Salles: depoimento [12 de Dezembro, 2014]. São Carlos. Entrevista concedida a Carla Fernandes da Conceição.

SILVA, Gustavo Pereira. *Família e riqueza na economia paulista: das origens à diversificação do capital dos Lacerda Franco (1803 – 1897)*. 2011. (Tese Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. Piracicaba – SP: Equilíbrio, 2010, 99 págs.

TRUZZI, O. M. S. (Org.) FONTES ESTATÍSTICO – NOMINATIVAS DA PROPRIEDADE RURAL EM SÃO CARLOS (1873-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

TRUZZI, O. M. S. *Café e indústria: São Carlos: 1850-1950*. 3.ed. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

Conflito de terra e formas de apropriação no Meio-Oeste Catarinense: o caso de Vivaldino Silveira de Ávila (1916-1930).

Cristina Dalanora¹

Resumo: Considerando o avanço dos fazendeiros de Guarapuava aos Campos de Palmas, no Paraná, ao qual pertenceu a Comarca de Cruzeiro durante o século XIX, este artigo tem como objetivo analisar um conflito de terra que envolveu um posseiro e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), bem como a regularização em voga via Cartório de Imóveis. Para analisar o litígio foram usados documentos produzidos em 1920 por cartórios da Comarca de Cruzeiro, localizada na região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina. As fontes cartoriais ajudam a esquadrihar o território que estava em processo de cercamento consoante um mercado capitalista de terras que desconsiderava os atributos extra-econômicos usufruídos pelos interesses coletivos. As fontes cartográficas ajudam a compreender, na região do Vale do Rio do Peixe, os movimentos de fronteiras constitutivos da formação progressiva e incontrolada da propriedade privada da terra no Brasil. Com isso, pretende-se colocar no mesmo plano da história da colonização do Meio-Oeste catarinense as diferentes formas de acesso à terra que foram sendo apagadas ao longo da Primeira República na região onde se deflagrou um dos maiores movimentos rurais do Brasil: o Movimento Social do Contestado.

Palavras-chave: posseiros; Vale do Rio do Peixe; Contestado.

Introdução

O objetivo do trabalho é analisar um conflito de terra que envolveu um posseiro e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG),² considerando a regularização em voga via Cartório de Imóveis, na Comarca de Cruzeiro, no meio-oeste catarinense. O período concentra-se entre os anos 1916 e 1930 – que abarca o período imediato pós-guerra do Contestado, ocorrido entre 1912-1916.³

Entre os motivos da eclosão da guerra são apontados o problema de terras na região, tais como a concentração fundiária, o avanço da fronteira agrícola e a expropriação de milhares de posseiros pelo impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ao longo dos rios do Peixe e Iguçu.⁴ Nesse contexto, a Companhia procedeu com a medição das terras no entorno da ferrovia que recebera através de concessões nos períodos imperial e republicano. Na região do Vale Rio do Peixe, a documentação cartorária mostra que as terras na área da concessão foram vendidas em sua maior a emigrantes europeus e/ou

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de História e atua principalmente em pesquisas sobre apropriação territorial, conflitos de terra, fronteira agrícola, legislação e políticas de terra.

² Na sequência do texto, a Companhia será referenciada pela sigla EFSPRG ou como Companhia.

³ O Movimento Social do Contestado abrangeu mais de 20 mil km² e envolveu cerca de 110 mil habitantes que viviam no Planalto e Meio Oeste Catarinense, entre os anos 1912 e 1916. Ver MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

⁴ Machado, op. cit., Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916). **Passagens.** Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 9, 2017, pp. 3-20.

descendentes provenientes do Rio Grande do Sul. E os processos judiciais trazem à tona antigos moradores que acionaram a Companhia na década de 1920 para obter um título de propriedade, a exemplo das ações de usucapião.

O caso analisado será o de Vivaldino Silveira de Ávila, um dos vinte e três posseiros que acionaram a Companhia na década de 1920. No entanto, o conflito em questão nos leva ao momento anterior, quando ele foi um dos acionados pela EFSPRG, em 1918 – acusado de ser um “intruso” bem como aos anos posteriores, quando a documentação cartorial registra novos proprietários nas mesmas terras, até pelo menos 1930, quando estava em curso na região a transformação da propriedade da terra em propriedade privada na acepção moderna.

Em 1918, Vivaldino foi acionado na justiça pela Companhia, acusado de erguer cercas interrompendo a passagem da estrada de rodagem que estava sendo construída pela mesma, para facilitar o acesso à Colônia Rio Capinzal. Nesse caso, a cerca atravessou a estrada de rodagem e não a linha férrea, pois o negócio da Companhia não se restringia à construção da ferrovia em si. A implantação de núcleos colônias para o povoamento da região, a exemplo da Colônia Rio Capinzal, era uma dessas atividades. A Companhia ferroviária pertencia ao grupo estrangeiro *Farquhar*, responsável pela maior parte das ferrovias construídas no Brasil desde o final do período imperial adentrando o período republicano.

Foi através das revalidações e novas concessões a partir da Constituição de 1891, que os estados do Paraná e de Santa Catarina, bem como outros estados do Brasil, contribuíram para a concretização da ferrovia, naquele período, apropriada como o símbolo da modernidade e do avanço capitalista sobre a natureza.⁵ Apoiada nos contratos com ambos estados e outras alianças com os coronéis da região a Companhia iniciou o processo de demarcação dessas terras e a expulsão dos sertanejos ou caboclos que nelas viviam acusando-os de serem “intrusos”.⁶ Cabe ressaltar que a demarcação das terras foi feita diretamente pela

⁵ Uma discussão aprofundada sobre modernidade e ferrovia no Contestado encontra-se em ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2011, p. 163-206.

⁶ “Sertanejos” era a expressão utilizada nos autos dos processos para se referir àqueles que já habitavam a região antes da chegada da Companhia ferroviária. São também chamados “caboclos”, entendidos como o habitante pobre do meio rural. Conforme Machado, embora “não haja uma conotação étnica”, muitas vezes “o caboclo era apontado como mestiço ou o homem de origem indígena e/ou africana”. Mas a sua principal característica “é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores, agregados ou peões que vivem em uma economia de subsistência e, no Planalto Catarinense, são devotos de São João Maria”. Ainda, por se tratar de um tipo cultural em detrimento da conotação étnica que o termo carrega, descendentes de imigrantes também estariam incluídos, sobretudo os associados à imigração do período mais recuado e seus descendentes provindos do Rio Grande do Sul que aderiam com facilidade à visão de mundo cabocla. MACHADO, op. cit.. O movimento do Contestado e a questão de terras. In ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2012, p. 116/152.

Brazil Railway (empresa estrangeira e principal acionista da Companhia ferroviária), sem o acompanhamento do Estado.⁷

O episódio envolvendo Vivaldino e a sua atitude diante de tal força que se anunciava como “modernização”, pode ser interpretado como um “cercamento às avessas”, pois ao tempo que a Companhia iniciava as demarcações para a venda de lotes, um indivíduo tratou de cercar as terras que até então, muito provavelmente, ninguém o havia questionado se eram ou não suas.⁸

O processo de cercamento, em outras palavras, do fechamento das terras e sua transformação em propriedade privada restringindo as práticas anteriormente existentes, envolveu tanto a privatização das terras quanto a sua regulamentação através das políticas estaduais. Embora o processo de expropriação fique evidente na região do Contestado, a incursão na justiça daqueles que as defenderam, a exemplo de Vivaldino, constitui experiências de resistência que ficaram guardadas para o futuro.⁹ Além disso, permite o acesso a questões relativas às diferentes formas de apropriação da terra existentes no Vale do Rio do Peixe.

A formação progressiva e incontrolada da propriedade privada da terra é um aspecto fundamental, que envolve um campo amplo de discussão sobre o direito e acesso à terra no Brasil Contemporâneo. Transformar esse debate sobre propriedade em problema histórico é recolocar, portanto, uma questão contemporânea. Ainda que não seja possível entender o alcance ou o desfecho da história de Vivaldino, esse episódio do cercamento se conecta ao de outros posseiros e suscita a discussão de problemas históricos cruciais relacionados à modernização, tal como o papel do estado e da grande política da América latina e as questões do comércio, do liberalismo e das fronteiras.¹⁰ Nesse artigo, será priorizada esta última

⁷ MACHADO, 2012, op. cit., p. 127. Ver também CAVALLAZZI, R. L. **Contestado**: Espaço do camponês, tempo de propriedade privada. 1. ed. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2003.

⁸ Na abordagem do uso original, os “cercamentos” foram parte de um processo ocorrido na Inglaterra a partir do século XV até o século XVIII que restringiu o acesso a terra por parte dos habitantes que viviam nos campos considerados *commons*. Possibilitou a sua transformação em propriedade privada, restringiu e criminalizou as práticas costumeiras de uso da terra, tais como o corte da madeira, a extração vegetal e a caça. Em “Senhores e Caçadores”, E. P. Thompson mostrou que muitos posseiros que ocupavam as Florestas foram acusados de assentamento não autorizado e seus costumes transformados em crime sob pena capital através da Lei Negra, em 1723. Ao longo do século XVIII ocorreram vários conflitos em diferentes regiões da Inglaterra devido aos cercamentos dos campos. Ver THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹ SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2011, n.5, p. 218.

¹⁰ Paulo Pinheiro Machado observou que conectando o estado de Santa Catarina ao contexto político mais amplo, o advento da República neste Estado significou uma adesão em massa dos fazendeiros ao Partido Republicano Paulista, representantes da grande propriedade. Ver MACHADO, op. cit., A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início

questão, considerando que a região estudada foi marcada, em diferentes períodos, por disputas de fronteiras.

Devido à ampla e longa influência que teve na historiografia brasileira, primeiramente, segue uma breve discussão sobre o conceito de *fronteira* de Frederick Turner. Na sequência, situa-se o avanço dos fazendeiros desde Guarapuava aos Campos de Palmas, no Paraná, ao qual pertencia a Comarca de Cruzeiro durante o século XIX, focando no conflito que envolveu o posseiro Vivaldino e a Companhia ferroviária bem como a regularização em voga via Cartório de Imóveis. Com isso, pretende-se colocar no mesmo plano da história da colonização do meio oeste catarinense, as diferentes formas de acesso à terra que foram sendo apagadas ao longo da Primeira República na região, onde se deflagrou um dos maiores movimentos rurais do Brasil, o Movimento Social do Contestado.

1 AS FRONTEIRAS DE TURNER

Em ensaio publicado em 1893, Frederick J. Turner apontou a *fronteira* como um campo fértil para a investigação histórica bem como os problemas que emergem do seu desdobramento.¹¹ Ao colocá-la no centro da sua interpretação sobre a história do desenvolvimento dos Estados Unidos, observou que a vida europeia se instalou no continente, mas a “América modificou e reagiu à Europa”.¹² Nesse sentido, “a coisa mais significativa da fronteira americana é que ela se situa no limite extremo da terra livre” - que está ao Oeste e não à Leste, que a ligaria à Europa novamente, tornando-se, então, o elemento de diferenciação e afastamento dos americanos em relação aos europeus. O *Oeste Americano* foi descrito como onde “as novas oportunidades, seu contato permanente com a simplicidade da sociedade primitiva propiciam as forças que cunham o caráter americano”.¹³ Na acepção do autor, a fronteira atuou na formação da personalidade de um povo.

Para Turner, a existência de terras livres à oeste foi responsável pela marcha dos desbravadores, mas não sem obstáculos. As diferentes “linhas naturais de delimitação” incidiram sobre as características das fronteiras bem como as políticas fundiárias e as políticas

da República (1854 – 1912). In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH: São Paulo, julho/2011.

¹¹ KNAUSS, Paulo (Org.). **O oeste americano** – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF, 2004, p. 4.

¹² TURNER, F. J. “O significado da Fronteira na História Americana” In KNAUSS, Paulo (Org.). **O oeste americano** – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF, 2004, p. 25.

¹³ *Ibidem*, p. 24.

indigenistas foram experimentadas em sucessivas fronteiras. Cada qual em seu ritmo, sendo necessário observar as “progressões na fronteira”, que transcorreram os problemas nas áreas indígenas, das montanhas rochosas, mas que no advento da navegação e da ferrovia, acrescentaram território à União.¹⁴ No processo das ferrovias, “favorecidas pelas concessões de terras”, que conduziram imigrantes para o oeste, o Exército dos EUA travou uma série de guerras com os indígenas a fim de abrir caminho ao pioneiro – conflitos pouco mencionados pelo autor.

A fronteira que *se desloca* pode ser interpretada como um sujeito em ação. Rumo às terras livres à Oeste, foi ela quem “promoveu a formação da nacionalidade complexa do povo americano” e diminuiu a dependência dos EUA em relação à Inglaterra.¹⁵ Escrito de forma ensaística, sempre a realçar seu foco na construção da nacionalidade e democracia americana a partir da fronteira, Turner estava atento às especificidades dos territórios que foram sendo incorporados aos EUA. Há várias críticas à interpretação de Turner na historiografia latino-americana, em geral.¹⁶ No Brasil, percebe-se a sua longevidade nas introduções e prefácios de teses e livros que de alguma forma lidam com o problema da fronteira. Na historiografia brasileira, recentemente, alguns autores colocaram a discussão da fronteira no centro das suas pesquisas, movimentando críticas, mas se apropriando das teses gerais de Turner.¹⁷

No estudo de história comparada entre Brasil e Argentina, María Verônica Secreto aborda pontos que considera essenciais partindo de Turner, como por exemplo, que a fronteira teria atuado como válvula de escape para a tensão social, já que os habitantes poderiam se tornar proprietários enquanto houvesse terras livres. Para ela, a fronteira em seus inúmeros aspectos e, principalmente, no de disponibilizar terras, gerou formas de apropriação peculiares nos dois países em questão, que excluiu grande parte da sociedade acentuando as desigualdades. Mas justifica o embasamento teórico pela ideia de que a abundância de terras teria gerado um tipo específico de sociedade, não necessariamente democrática como nos

¹⁴ TURNER, op. cit., p. 28.

¹⁵ Ibidem, p. 41.

¹⁶ Mesmo com uma experiência oposta de fronteira a que se deu nos EUA, como Otávio G. Velho, nos anos 1970, apontou no Brasil estar gerida pelo autoritarismo, Turner continuou presente. Ver VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1974.

¹⁷ Ver MACHADO, Marina. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões** (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava: Unicentro, 2012. (Coleção Terra); MYSKIW, Antonio Carlos Myskiw. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Unicentro, 2012, (Coleção Terra); SECRETO, María Verônica. **Fronteiras em movimento: História comparada – Brasil e Argentina no século XIX**. Niterói: Editora UFF, 2012.

EUA. Por isso, foca na legislação agrária de ambos os países e no diálogo com o direito, identificando os mecanismos de acesso à terra, recriados a cada momento histórico, em diferentes fases e nos quais, acredita estar a origem de toda a desigualdade social.

Considerando o alcance e influência do modelo de ocupação do oeste americano elaborado por Turner -, mesmo que muito singular diante de outros países americanos, como o Brasil - a fronteira como categoria e instrumento de análise mostra algumas apropriações possíveis para esta análise. A tese de que a fronteira com a abundância de terras cria *um tipo específico de sociedade*, pode ajudar a analisar o contexto da produção do discurso dos “espaços vazios”, a inexistência de “intrusos” e o favorecimento aos migrantes europeus para a colonização do meio oeste catarinense, por exemplo. Há ainda de se considerar as fronteiras dos recursos naturais, que são movidas e apropriadas em diferentes momentos e por diferentes sujeitos que (re)definem direitos sobre eles.

2 “CERCAMENTO ÀS AVESSAS”

Vivaldino Silveira de Ávila foi um comerciante brasileiro, nascido por volta de 1890 que residiu, entre outros lugares, em Rio Capinzal, que pertenceu ao primeiro distrito da Comarca de Campos Novos. Em 1918, foi acionado na justiça pela EFSPRG acusado de ter invadido as terras onde a Companhia estava instalando a Colônia Rio Capinzal. Em 1920, Vivaldino foi quem acionou a Companhia através de uma ação de usucapião. A partir desta ação, houve um recurso por parte da Companhia, na época chamado Instrumento de Agravo, que traz referências à ação principal de 1920 movida por Vivaldino.¹⁸

O recurso contém uma petição inicial apresentada por seu advogado, Saturnino da Cunha Luz, alegando que Vivaldino procedeu “a justificação preliminar da posse que exerce num terreno situado no lugar Santa Clara, á margem direita do Rio do Peixe” e “quer, para a obtenção do título definitivo de domínio, fundado nos artigos 550 e 552 do Código Civil,¹⁹ e mais disposições de direito, propor a presente ação de usucapião, contra todos os eventuais

¹⁸ Até o momento não localizamos a ação de usucapião em que é autor Vivaldino e ré a Companhia.

¹⁹ Os artigos do Código Civil de 1916, constituem o Livro II que trata “Do direito das coisas”, Capítulo II referente à Propriedade Imóvel, na seção IV sobre usucapião: Art. 550. Aquele que, por trinta anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa fé, que, em tal caso, se presumem; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a inscrição no registro de imóveis; Art. 551. Adquire também o domínio do imóvel aquele quem, por dez anos entre presentes, ou vinte entre ausentes, o possuir como seu, continua e incontestadamente, com justo título e boa fé. Parágrafo único. Reputam-se presentes os moradores do mesmo município, e ausentes os que habitam municípios diversos. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso em 25/08/2017.

interessados”.²⁰ Na alegação consta que Vivaldino possuía terras no Município e Comarca de Cruzeiro com as seguintes divisas:

Ao lado Sul pela linha da medição dos Cassianos, a este pelo Rio do Peixe até o chamado Poço Rico, ahi em linha recta até a barra do Lageado Santa Clara com o lageado Caraguata, seguindo por aquela linha acima até encontrar as terras pertencentes a Marcolino Rodrigues dos Santos, dirigindo-se depois para o Sul e sudoeste a dividir com Francisco Antunes Pires até chegar novamente a linha dos Cassianos, ponto de partida.²¹

Esse dado não consta na ação de 1918, quando a Companhia o acionou, sendo que, naquele ano, Vivaldino apresentou uma procuração, remetida pelo tabelião da Comarca de Cruzeiro, Abraão Pacheco dos Santos, em que nomeava João Barcellos, advogado em Curitiba, “especialmente tratar da medição e legitimação de terras dele situadas” na mesma Comarca.”²² Dada as confrontações, consta a relação dos antigos possuidores (cadeia dominial) de quem Vivaldino sucedeu na posse alegando ter escritura publica feita do cartório da Cidade de Palmas e a reunião dessas posses tinha a idade de “40 anos, mansa e continuamente”, que nela havia “diversas benfeitorias como casas de moradia, cercados, paioes” e que Vivaldino “ocupa e trabalha, mantendo ali diversas industrias agrícolas e pastoris em toda a área da dita posse pelas divisas estabelecidas”.²³

A idade da posse era requisito no artigo 550 e 551 do Código Civil de 1916, para obter o título de domínio, que serviria para a inscrição no registro de imóveis da Comarca para registrar o título de propriedade, objetivo de Vivaldino. Esse processo seria possível caso não houvesse contestação por parte de outros interessados, como da Companhia ferroviária. A defesa da Companhia, feita pelo seu procurador na região, Oscar Scheibler, alegou que o terreno reivindicado por Vivaldino era parte da propriedade denominada Lageado do Leãozinho, que recebera através de concessão nos períodos imperial e republicano.²⁴

²⁰ COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, n. 267. 1920. Agravante: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Agravado: Vivaldino Silveira de Ávila. p. 13. Arquivo da Biblioteca da Universidade do Meio Oeste Catarinense (UNOESC). Obs.: Este é um recurso que a Companhia utilizou antes da sentença enquanto correu a ação ordinária de usucapião, em que é autor Vivaldino Silveira de Ávila e ré a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em 1920. A ação principal não foi localizada.

²¹ COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, op. cit., 1.

²² COMARCA DE FLORIANÓPOLIS. Força Nova Espoliativa, 1918, op. cit., p. 31-31v/50-50v. Fundo (em organização) do Museu do Judiciário Catarinense.

²³ COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, op. cit., p. 1-1v.

²⁴ Esta área foi inicialmente concedida à Companhia pelo Governo Imperial e revalidada no início da República pelos decretos nº 10432, de 09/11/1889 e nº 305, de 7/4/1890. A Lageado do Leãozinho tinha uma área de 40.399 hec 5465m e sua medição foi homologada pelo Paraná, em 1911. Em janeiro de 1916 ocorreram novas concessões por parte do Paraná que, junto à Companhia, iniciaram o processo de demarcação. COMARCA DE CRUZEIRO, Instrumento de Agravo, op. cit., p. 13.

Cabe ressaltar que a fonte na qual constam estes argumentos foi o recurso que a Companhia utilizou para questionar a competência do foro municipal da Comarca de Cruzeiro para proceder na ação de usucapião movida por Vivaldino, em 1920. Em setembro de 1920, a sentença do Juiz da Comarca, Adão Galvão Issler, rejeitou a mudança de foro por considerar que a Companhia tinha sede administrativa

No Herval e em outras estações “como em outras estações, colônias administradas por um Diretor, o qual aliena terras, faz transferência e concede títulos de domínio e posse sendo um estabelecimento distinto, cuja sede administrativa é no respectivo escritório de povoação Herval para a colonização das terras situadas nesta Comarca”.²⁵

O diretor mencionado pelo juiz, Oscar Scheibler, atuava ainda como procurador e advogado da Companhia na Comarca de Cruzeiro e residia na Estação Herval (Herval do Oeste). Na segunda instância, o então Superior Tribunal de Justiça do Estado, a Companhia era representada pelo advogado Nereu Ramos que, após a sentença em primeira instância a favor de Vivaldino, requereu por certidão o teor da sentença proferida na ação que a Companhia era autora e moveu contra Vivaldino, em 1918. O escrivão do Juiz Federal, Jacinto Cecilio da Silva Simas, revendo os autos da ação de 1918, extraiu a sentença do Juiz Henrique Netto de Vasconcellos Lessa em que ele resumiu as alegações das partes sobre as terras em litígio antes de proferir a sentença. Na alegação da Companhia, o Juiz incorporou o histórico de concessão da propriedade Lageado do Leãozinho, com sua medição, confrontação e desdobramentos das atividades da EFSPRG com a colonização até ter parte do quadro da colônia cercado por Vivaldino, motivo que deu origem a ação. Na alegação do réu, o juiz remeteu à contestação por parte de Vivaldino, que por volta de 1910 quando a Companhia iniciou a demarcação das terras,

“achava-se então a zona de concessão largamente povoada pelos sertanejos que penetraram aquele sertão, estabelecendo nele lavoura, criação e indústria extrativa, firmando pela posse e prescrição o domínio de grande área daquelas terras, que eles transmitiram a seus herdeiros e sucessores, que na medição denominada Lageado Leãozinho já existiam terras e benfeitorias pertencentes a diversas pessoas terras e benfeitorias essas que, através de diferentes sucessões vieram a pertencer a Vivaldino”.²⁶

²⁵ COMARCA DE CRUZEIRO, Instrumento de Agravo, op. cit., p. 9.

²⁶ Ibidem, p. 12v-13.

A citação que o Juiz retirou da contestação feita por Fulvio Aducci, o então advogado de Vivaldino quando era réu, na ação de 1918, não dimensiona a área que o posseiro estava cercando, dando margem a interpretar que Vivaldino estava disputando a mesma propriedade que a Companhia recebera a concessão. A impugnação do advogado de Vivaldino na Comarca de Cruzeiro, Saturnino da Luz, alegou que “para a Companhia aparecer nos autos como interessada, contestando direitos do autor teria de primordialmente convencer que a gleba a pertencia”. E “para justificar e fundamentar a sua intervenção em causa reuniu como prova, exclusivamente, planta de uma concessão, planta essa referente à área cujas divisas completamente divergem das divisas dadas pelo autor”.²⁷ A planta abaixo compõe o conjunto de documentos que a Companhia apresentou como prova de que havia procedido com a medição “á margem da linha férrea Itararé-Uruguay, a propriedade Lageado do Leãozinho, com a área de 40.399 hec 5465m , confrontando com outras propriedades da mesma Supplicante, com posses S. Pedro, dos Cassianos e pelo Rio do Peixe.”²⁸



Planta da Propriedade Lageado do Leãozinho. Fonte: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

²⁷ COMARCA DE CRUZEIRO, Instrumento de Agravo, op. cit., p. 15v.

²⁸ Ibidem, p. 4v e 6.

Vivaldino não é um caso excepcional no Vale do Rio do Peixe, considerando que outros 23 posseiros acionaram judicialmente a Companhia naquele ano de 1920, por não reconhecê-la como proprietária das terras que margeavam a ferrovia. Embora não ergueram uma cerca, usaram de outras estratégias bem como levaram ao tribunal suas narrativas de que eram suas as propriedades intencionando obter um título legal. Mas o caso em questão apresenta uma especificidade em relação aos outros processos. A Lageado Leãozinho tinha uma área de mais de mais de 40 mil hectares que, convertida em metros quadrados, ultrapassava quatrocentos milhões de metros quadrados. A sobreposição da planta da propriedade no mapa a seguir dá uma noção da extensão da terra em litígio:



Sobreposição do mapa da Propriedade Lageado Leãozinho no *Google Earth* a partir do traçado da ferrovia.



A mesma propriedade vista dentro da configuração atual do Estado de Santa Catarina.

Judicialmente, a Companhia iniciou um processo de expulsão contra Vivaldino Silveira de Ávila em 1918. Um dos motivos alegados foi à construção de cercas, atribuída ao réu, que atravessavam “os alinhamentos dados às ruas e até a estrada de rodagem, interrompendo por completo o trânsito” do quadro urbano da Colônia Rio Capinzal que a Companhia estava iniciando.²⁹ Isso indica que o réu apenas ergueu as cercas quando a Colônia já estava sendo instalada. Analisando o caso, é pouco provável que Vivaldino tenha se dado ao trabalho de construir cercas para apenas impedir o trânsito. A querela judicial mostra que ele queria um título de propriedade e esta foi uma forma de resistência. Outra possibilidade seria cercar seus recursos, como as “indústrias extrativas” alegadas na ação, que podiam ser lavouras, a madeira e/ou a erva-mate. Isso porque a *Brazil Railway Company*, a empresa estrangeira que assumiu o controle acionário da EFSPRG a partir de 1908, passou a ter direito sobre as mesmas terras, intensificando a exploração madeireira e a colonização, através das suas empresas subsidiárias, como a *Brazil Development & Colonization Company* e a subsidiária desta, a *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, que se tornaram nomes correntes no processo de colonização do Oeste catarinense.³⁰

Provavelmente Vivaldino decidiu cercar as terras que considerava suas, porém dentro do perímetro que a Companhia anunciava um futuro promissor – amparada pelas políticas estaduais – com a colonização de imigrantes europeus e migrantes de outras regiões, venda de lotes de terras, extração de madeira que, sobretudo, não o incluía. Foi nesse movimento do cercamento que Vivaldino se antecipou e tratou de cercar-se, evitando que fosse excluído desse processo.

Passados dois anos desse episódio, Vivaldino inverteu a acusação em defesa da reversão da sua condição que o colocava como um “intruso”, levando a Companhia à justiça como ré. Em 1920, Vivaldino acionou a EFSPRG reivindicando usucapião da terra que habitava. Nesse mesmo ano, a Companhia acionou um dispositivo legal, naquele período denominado “instrumento de agravo”, exigindo que a ação corresse na comarca de origem da empresa, no caso, o Rio de Janeiro. Este recurso de agravo interposto pela Companhia foi negado pelo juiz da Comarca de Cruzeiro, conforme exposto anteriormente, e o processo ficou suspenso até o julgamento.

²⁹ COMARCA DE CRUZEIRO, Instrumento de Agravo, op. cit., p. 12-13.

³⁰ Ver RADIN, A. C.. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Florianópolis, SC, 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, p. 71.

Esse caso apresenta os contornos relacionados a disputa pela propriedade da terra no Estado de Santa Catarina. E sua análise pode ser compreendida, de um lado, a partir da legislação estadual que possui um processo histórico a ser explorado e, de outro lado, da agência dos posseiros na incursão do campo jurídico, levando em consideração as diferentes concepções sobre a propriedade.

Muitos políticos estaduais faziam parte das comissões das companhias colonizadoras. Esse fato, que está sendo mapeado através da pesquisa nominal e do cruzamento de fontes (legislativa, cartorial e judiciária) pode ser entendido num longo processo em curso desde o século XIX que favoreceu a colonização com imigrantes europeus atribuindo a eles o papel de “trabalhador ideal” em detrimento da população “nacional”, considerada inferior.

A incursão no campo jurídico por parte de Vivaldino suscita ainda outros questionamentos. Sobretudo no primeiro momento em que ele foi apenas um dos posseiros processados pela Companhia quando esta iniciou efetivamente a demarcação da região. Porém, conforme o argumento do advogado de Vivaldino, poucos foram os posseiros que conseguiram levar a disputa judicial até o fim, regularizando, dessa forma, suas terras.

Vivaldino foi processado em 1918 por cercar a estrada que dava acesso à colônia, que estava sendo instalada pela Companhia ferroviária. Visando uma mudança na política de terras que seria ditada por leis como condição necessária ao crescimento econômico, o Estado concedeu terras à Companhia em torno da ferrovia. Essa investida do Estado seguiu a lógica do “cercamento” justificado pela produtividade agrária (no caso do Brasil, com um tipo de trabalhador mais apto, o migrante europeu) e a eficácia econômica.³¹ A ferrovia, portanto, estava investida do “direito de propriedade”. No entanto, o processo seguinte, em 1920, em que o posseiro processa a Companhia, evidencia que esse processo não ocorreu de forma linear e foi bastante conflituoso.

Há uma questão intrínseca ao funcionamento do processo judicial, na qual o rito da ação mudou a pedido da EFSPRG, na ação de 1918. Primeiramente a Companhia pediu o processo sumário e, depois, devido ao tempo que recorreu, virou um processo ordinário. Por qual motivo, além do tempo, teria mudado? Normalmente, os ritos sumários são mais rápidos e, os ordinários, mais demorados e seguros. É possível que a ferrovia tivesse interesse no rito mais rápido, mas por dificuldade de citar Vivaldino, por ele residir no distrito da Comarca vizinha, precisou mudar. Teria Vivaldino dificultado ser encontrado para ser citado e assim

³¹ Uma discussão mais aprofundada, embora aplicada a realidade agrária da Cataluña, ver CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**. Estudios sobre “La gran propiedad”. Crítica: Barcelona, 2007, p. 52.

tornado mais lento o processo? Não se pode afirmar, pois, não temos como saber das suas intenções. Mas é bem possível que Vivaldino tivesse noção do funcionamento da justiça e exercesse também uma resistência jurídica.

3 Nas terras de Vivaldino: legislação agrária movendo fronteiras

A propriedade Lageado do Leãozinho era parte de um amplo território em disputa desde o período colonial, quando as unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo (e a partir de 1853, pelo Paraná) disputavam a jurisdição sobre as terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçú e ao Sul de Rio Negro. A indefinição quanto aos limites e a ocupação do Iguaçú e dos Campos de Palmas por paulistas e paranaenses intensificaram a disputa ao longo do século XIX.³²

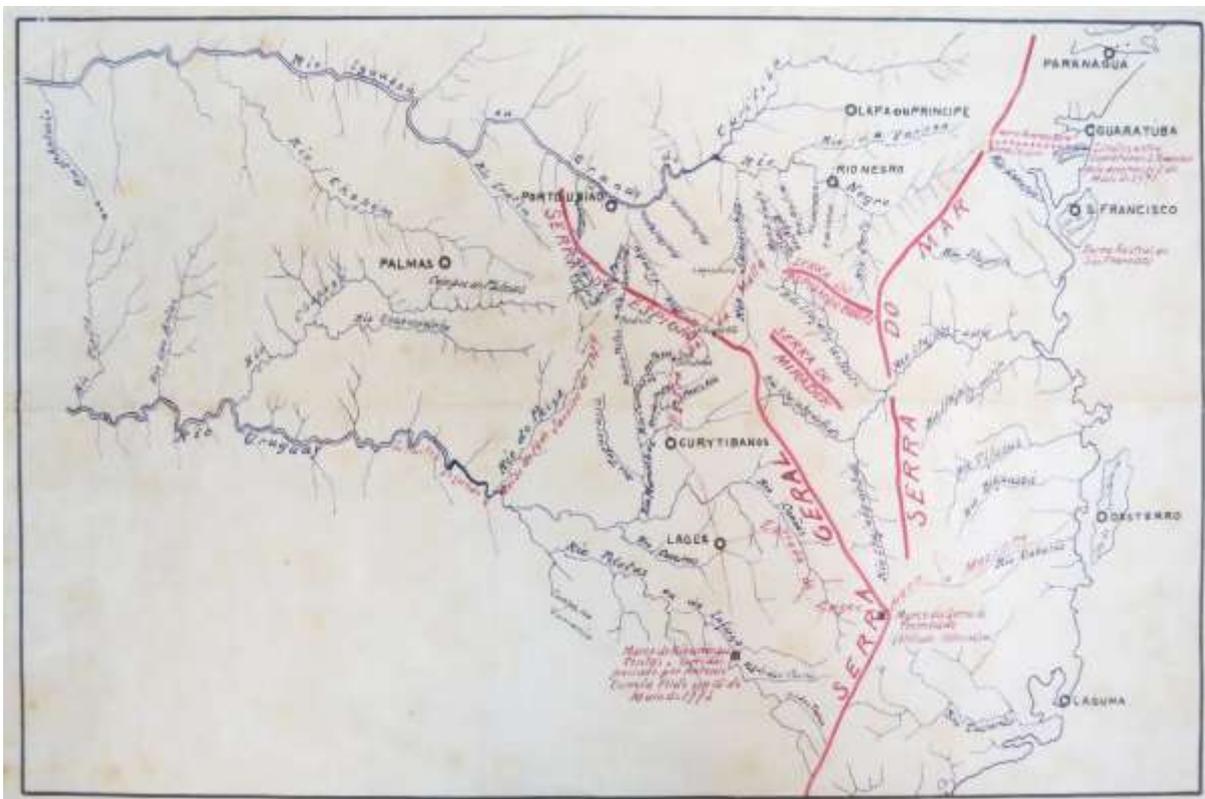
Situada a oeste do Rio do Peixe, essas terras foram incorporadas oficialmente ao Estado de Santa Catarina somente pelo Acordo de Limites, em 1916. O traçado da linha férrea que margeia o Rio do Peixe avança na direção norte coincide com as margens do Rio Uruguai - um dos rios mais importantes na hidrografia do Sul do Brasil que serve de fronteira com a Argentina e o Uruguai. Há também um conjunto de microbacias hidrográficas que correm para o Rio do Peixe onde estavam instaladas as Estações ferroviárias de Rio Capinzal e Herval, da EFSPRG. Situavam-se, portanto, em meio a uma rede hidrográfica e ferroviária favorável para o comércio.

Desde a segunda metade do século XIX, havia interesses declarados por parte de ambos os estados para salvaguardar o território. Preocupados com a dinamização do comércio e arrecadação de impostos, os vereadores da Câmara Municipal de Lages, informaram o Presidente de Província, em 1851, a importância de abrir um caminho em direção aos Campos de Palmas, pois estavam convencidos “da grande vantagem que resultaria desta abertura para o aumento do comércio não só deste município como do resto desta Província”. Com isso, também poderiam alcançar os tropeiros que procuravam “desviar o território desta Província para se isentarem do pagamento do imposto de passagem de suas tropas”.³³ Diante dos interesses de longa data em direção aos Campos de Palmas, as terras de Vivaldino são um lugar privilegiado para a análise de algumas questões. Entre elas, como se deu a constituição

³² MACHADO, op. cit, 2004.

³³ APESC. Ofícios das Câmaras Municipais para Presidência da Província. 1850-1889. Lages. Livro 1850, vol. 2, fls, 292. Obs.: Optou-se por manter a grafia original.

das fronteiras internas entre os dois estados nos marcos da Legislação Estadual de Santa Catarina? O Mapa a seguir, aponta um indício dos movimentos de fronteiras:



Mapa do estado de Santa Catarina destacando o antigo Limite entre os dois Estados. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG). Fundo em organização (s/d)

Na área conhecida como Região de Palmas, seguindo o contorno do Rio do Peixe, o mapa destaca os “Limites segundo o aviso de 14 de janeiro de 1879”. Este foi um aviso imperial que alterou a divisa do Rio Marombas, mais a leste, para o Rio do Peixe, estabelecendo como paranaenses as terras à sua direita e catarinenses à margem esquerda, que incluía Campos Novos e Curitiba.³⁴

A defesa de Vivaldino em 1918 alegou a posse de “quarenta anos de existência mansa e contínua, sem interrupção ou se quer contestação.”³⁵ Isso nos leva ao ano de 1878 e indica que a propriedade ora esteve sob jurisdição do Paraná ora em disputa pelos dois estados e, a partir do Acordo de 1916, sob jurisdição Santa Catarina (considerando ainda que entre 1890 e 1895 esteve em disputa com a Argentina). Além disso, a partir de 1908, a Companhia

³⁴ THOMÉ, Nilson. **O Contestado entre a Memória e a Lembrança**. Disponível no site <http://nilsonhistoria.blogspot.com.br/2009/02/disputas-por-limites-e-coronelismo-no.html>. Acesso em 10/04/2016.

³⁵ COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, op. cit., p. 1-1v.

ferroviária passa a fazer valer a posse das terras que recebeu por concessão dos governos imperial e republicano. Nos marcos da Legislação Estadual, há alguns aspectos a serem considerados.

O advogado de defesa de Vivaldino, alegou a prescrição no direito devido a Companhia não ter se movimentado anteriormente, indicando que a posse da Companhia teria terminado uma vez que não procedeu com a demarcação no tempo estabelecido no contrato da concessão.³⁶ Assim, deu-se a decadência do direito da ferrovia de requerer as terras. Como Vivaldino estava no “uso do direito e gozo” das terras – que lhe garantia o direito de usar -, o fato de a Companhia ter procedido com as demarcações feria esse uso da posse e caracterizava esbulho ou turbação, no caso da propriedade, por parte da Companhia. Somado a isso, há a referência no processo que este direito de concessão só seria pleno, se respeitasse a posse de terceiros. O Estado ofereceu esta condição, mas a Companhia, por um lado, desconsiderou. E, por outro lado, usou o decreto 11.905 de 1916 (que atualiza o Decreto n. 816 de 1855) do qual recebeu do mesmo Estado “o direito de desapropriar, na forma da legislação em vigor, os terrenos, prédios e benfeitorias, do domínio particular, que forem precisos para o leito das estradas, estações, armazéns e outras dependências”.³⁷

As contradições que emergem do direito, ficam mais explícitas quando a herança é questionada. Como, por exemplo, ao citar Vivaldino e sua esposa, aparece em destaque à expressão, “se for sua esposa”. Um aspecto a ser considerado é que as relações entre sertanejos muitas vezes se davam por amasiamento, casamentos não oficializados e, portanto, não tinham um reconhecimento legal.³⁸ A tríade posse/propriedade/herança é acionada pelo advogado de Vivaldino interpretando que a posse dos “sertanejos” já lhes garantia o direito de propriedade, pois estes já estavam sendo objetos de herança. O direito de herança choca, neste caso, com o direito de propriedade. E um dos princípios que fundamenta o direito de herança é o da solidariedade familiar. Então, que instituições existiam para garantir a perpetuação da herança caso não fossem mesmo casados? Um dos caminhos possíveis de entender essa questão é seguir a trajetória de Vivaldino de modo a investigar a existência ou não de filhos/as e se herdaram alguma terra.

³⁶ COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, op. cit., p. 8.

³⁷ Coleção de Leis do Brasil. 1916, p. 75 Vol. 2 (Publicação Original), disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11905-19-janeiro-1916-557445-publicacaooriginal-77835-pe.html>. Acesso em 19/08/2017.

³⁸ Ver MACHADO, Paulo Pinheiro. 2004, op. cit., p. 73; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. [S.l.], 282 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

Esse tipo de processo parece ser crucial para entender o apagamento das diferentes formas de apropriação da terra no início do século XX. Observando o mapa das terras medidas às margens do Rio do Peixe, pela Companhia, vê-se as fronteiras da Lageado Leãozinho com as propriedades vizinhas:



Secretaria de Pesca e Agricultura do Estado de Santa Catarina. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. E.F.S.P.R.G - *Planta das Terras medidas nas margens do Rio do Peixe de Setembro de 1909 a fim de Setembro de 1910*. Escala 1:100.000. Destaque feito pela autora.

Acima da área onde está destacada a Lageado Leãozinho, que tem como limite o Rio do Peixe, o mapa mostra a Propriedade Rancho Grande. Ambas foram objeto de disputa entre seus respectivos posseiros e a EFSPRG. A primeira pelo já mencionado Vivaldino e, a segunda, por Luiz Poyer. Abaixo delas, da direita para a esquerda, lê-se as Propriedades do Herval; Rio Leão e Rio Pelotas, então à margem esquerda do Rio do Peixe, que pertenciam a Campos Novos. Durante o Império, para serem legitimadas, as propriedades necessitavam do reconhecimento nominal de um confrontante e assim terem seu limite físico marcado.³⁹ Esse é

³⁹ Tal aspecto que valia para o Império seria um dos aspectos das “continuidades” em relação às políticas de terras na República. Ver MOTTA, Márcia M. M. Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. *Vivência*, n. 33 2008, p. 55-56.

um aspecto polêmico no processo de Vivaldino, pois, apesar de haver o reconhecimento nominal dos confrontantes, as testemunhas se contradiziam ao serem levadas a precisar o tempo que ele já se encontrava nas terras que requeria regularizar. O reconhecimento entre confrontantes para provar a posse da terra era parte da política imperial e continuou valendo durante o período republicano.

A legitimação, na República, continuou a se valer a partir dos confrontantes ou de algum marco natural (como um rio, árvore, etc.). Como por exemplo, no caso do lavrador Geraldo Esbandelate que comprou as terras de um fazendeiro, localizada "por dois lados com terras de outro comprador, do outro lado com o Rio de Peixe e no outro com terras dos Cassianos".⁴⁰ No caso do negociante Luiz Giorno, que adquiriu parte de terra de agricultura, situada à margem esquerda do Rio do Peixe, na comarca de Campos Novos, a descrição é mais detalhada:

Principiando do Rio do Peixe, de um marco de angico da medição feita por Francisco José de Oliveira Lemos, dividindo com essa marca até o marco sete Capote e d'ahi seguindo a mesma linha a vir encontrar um marco de cabreuva, e d'ahi em diante pela mesma linha até onde preencher quarenta braças e pelo Rio do Peixe acima até chegar em um lageado de uma cancela e por cima até a estrada, e pela estrada até chegar em uma pequena agua que desce para o Rio do Peixe e por essa agua acima até a ultima cabeceira, e d'ahi em rumo direto até chegar a mesma baliza, baliza das quarenta braças adianta o marco de cabreuva.⁴¹

No primeiro caso, a escritura de compra e venda lavrada em cartório em 1918, ocorreu dentro da Lageado Leãozinho, no mesmo ano que a disputa estava sendo judicializada entre a Companhia e Vivaldino. Esse é apenas um caso de compra e venda de terra dos inúmeros outros que ocorrem dentro dessa mesma propriedade em que nem a Companhia nem Vivaldino eram os vendedores. No segundo, indica um marco de angico feito por Francisco José de Oliveira Lemos, provável confrontante. Isso remete a ideia do reconhecimento dos confrontantes estar relacionada à existência ou não de uma rede de relações existente. O que se evidencia, portanto, é que as posses disputada pela Companhia e Vivaldino são recortadas pelas transações de compra e venda realizadas no Cartório de Cruzeiro quando ainda as disputavam na justiça.

⁴⁰ Geraldo realizou a compra através do seu procurador, Virgínio Durigan do fazendeiro Honorio Cassiano da Silva e sua mulher Belmira Antunes da Silva. Livro de Registros de Imóveis do Cartório Mattos, Livro 1, vol. 1, p. 175-176.

⁴¹ Registro de Imóveis. Livro 1, vol. 1, p. 63-65. Luiz Giorno adquiriu da viúva Ernestina Alves da Rocha, representada por seu procurador Leandro Thibes.

A maneira como se estabeleciam os limites é uma forma que compreender como se constituíram as fronteiras internas entre os dois estados do Paraná e Santa Catarina nos marcos da Legislação Estadual Catarinense. No entanto, os marcos da lei são apenas uma das dimensões a ser considerada num contexto em que grupos e indivíduos demonstraram na prática o significado legal como múltiplo e contestável. Há uma densa literatura sobre a relação entre a lei e a sociedade e, alguns autores apontam para a importância da relação entre a Lei e a “cultura jurídica” do período estudado. Há a frente dos posseiros que acionaram a Companhia na década de 1920, a exemplo do caso aqui explorado. Mas também há os que não a acionaram e também estavam lá.

A ação do Estado junto às empresas privadas de colonização na região recebeu maior atenção na historiografia do Contestado nos últimos anos. Recentemente, o estudo sobre a questão agrária na fronteira catarinense, de José Carlos Radin demonstra como o processo de apropriação privada da terra nessa região contou com a ação de tais empresas e das suas relações com as autoridades estaduais.⁴² Muitas vezes, essas empresas colonizadoras organizavam a venda das terras respaldadas pela propaganda para dinamizar a atração. Cruzando os registros de terras com depoimentos de antigos empresários e as mensagens ao Congresso Representativo, o autor constata como o discurso das “terras desabitadas” se prolongou pelo menos até a década de 1930 e, principalmente, continuou a desconsiderar as populações locais, indígenas e caboclas.

A Empresa Hacker e Cia, uma das mais presentes vendedoras, usando da propaganda, avisava que na região “a notícia sobre a insurreição era invenção”, tentando apagar até mesmo uma dos maiores movimentos rurais do Brasil.⁴³ Outras propagandas de colonizadoras, como a Jacob Petry e Mosele destacavam a qualidade do solo, abundância de erva-mate, água e pastagens na intenção de atrair os migrantes, sendo que estes recursos já eram parte da economia cabocla. Assim, a partir da onda de fronteira da colonização, ergueram-se outras fronteiras - a dos recursos naturais – que, uma vez cercados, passaram a ter uso privado em detrimento do coletivo. A fronteira de Turner nos lembra de olhar para o ritmo e presença do Estado onde havia ferrovia, apesar do autor quase não mencionar os conflitos com as populações existentes no meio do caminho do “progresso”.

⁴² RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos**. Vol. 18, 2º sem. 2014, p. 143-163. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/11609/8275>. Acesso em 25/08/2017.

⁴³ RADIN, José Carlos. A propaganda das companhias de colonização para a venda dos lotes rurais no Meio Oeste catarinense. **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n.11, p. pp. 145-156, jan. 2004, p. 151.

Na prática, esse movimento de fronteiras não ocorreu sem resistência, e o Movimento Social do Contestado, possui importantes aspectos antes e após o período da Guerra. Dois estudos sobre os Campos de Palmas no século XIX apontam a atividade pastoril, a grande presença de gado vacum e principalmente de cativos que, através dos inventários, foram identificados como campeiros, roceiros, arreeiros, lavadeiras, cozinheiras, costureiras, etc.⁴⁴ Além da presença indígena, prevalentemente kaingang, e a luso-brasileira das primeiras ondas de imigração.⁴⁵ Nesse passado muito provável para as terras de Vivaldino, estes sujeitos são preteridos frente aos migrantes europeus que, em sua maioria, atravessaram a fronteira gaúcha, muitas vezes já contendo a escritura de compra e venda realizada via procuração. Além disso, é bastante frequente a compra de lotes, via procurador, para menores, o que garantia uma porção de terras tanto para os pais como para os filhos.

Esse modelo de colonização propiciou a formação de uma importante camada de pequenos proprietários, de um lado. Por outro, desconsiderou quem já estava lá. Nesse sentido, o Estado favoreceu tanto o apagamento das antigas formas de acesso à terra como dos tipos de sujeito que acabam hoje se identificando como sertanejos ou caboclos. Assim, no avanço da fronteira ao oeste catarinense, vemos o avesso da fronteira de Turner, no qual ele argumenta que serviu para a diferenciação dos americanos em relação aos europeus.

O caso de Vivaldino ajuda a entender esse tipo de apagamento, pois a tentativa de transformar a posse em título de propriedade não obteve êxito na justiça. Considerando que a Companhia já estava localizando colonos na Colônia Rio Capinzal e que nessa área tinham suas casas e plantações, o juiz deu ganho de causa à Companhia, em 1920. Em maio de 1922, a Companhia requereu a execução da sentença e a reintegração de posse.⁴⁶ Desconsiderou que Vivaldino também tivesse a sua casa e plantações. Em parte, com razão, pois quem morava na casa que Vivaldino alegava ter eram seus arrendatários que mesmo sob pena de prisão não quiseram sair das terras até a terceira tentativa em que o oficial de justiça confirmou terem saído das terras.

⁴⁴ Ver SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação: Palmas, PR, 1850-1888. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010; MACHADO, José Lúcio da Silva. **O Sertão e o cativo**. Escravidão e pastoreio: os Campos de Palmas – Paraná 1859-1888. Porto- Alegre: FCM Editora, 2015. (Coleção Malungo)

⁴⁵ Ver SOUZA, Almir Antonio de. Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Florianópolis, 2012. 420 p. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 13.

Vivaldino acionou uma rede de advogados bastante atuante tanto em Santa Catarina como no Paraná.⁴⁷ É possível que nessa disputa estejam implícitas a tentativa de manter-se atuante comercialmente na região, demarcando certo poder econômico e político. Até aqui, o desfecho desta história sugere que o que não estava no projeto de colonização, teria que fazer mais esforços para permanecer na região.

4 Conclusão

A maioria dos posseiros que acionaram a Companhia ferroviária, na década de 1920, eram fazendeiros, comerciantes ou lavradores. Tratou-se aqui apenas de um caso, na tentativa de conectá-lo ao processo mais amplo de modernização pretendido pelo Estado. Apropriada como o símbolo da modernidade e do avanço capitalista sobre a natureza, a Companhia EFSPRG representou uma importante aposta no desenvolvimento econômico do Estado. Nesse processo, o caso de Vivaldino evidencia a emergência dos posseiros que já viviam na região contra uma nova concepção de propriedade que estava sendo colocada em prática – a da privada moderna, com demarcação e baseada em leis recém-criadas pelo Estado. Essa concepção ainda não era socialmente difundida e reconhecida. A discussão sobre a propriedade da terra está intrinsecamente relacionada à discussão sobre a posse. E a posse da terra mobiliza uma noção de direito que não passa necessariamente pelo Estado, mas pelas relações sociais que, por sua vez, também produzem direitos.

O caso aqui explorado apresenta os contornos relacionados à disputa pela propriedade da terra no Estado de Santa Catarina. E sua análise pode ser compreendida tanto a partir da legislação estadual, que é fruto de um processo histórico, como da agência dos posseiros na incursão do campo jurídico, levando em consideração as diferentes concepções sobre a propriedade.

Vivaldino foi considerado um intruso em 1918. Visando uma mudança na política de terras que seria ditada por leis como condição necessária ao crescimento econômico, o Estado concedeu terras à Companhia em torno da ferrovia. Essa investida do Estado seguiu a lógica do “cercamento” justificado pela produtividade agrária e a eficácia econômica. A ferrovia, portanto, estava investida do “direito de propriedade”. No entanto, o processo seguinte, em 1920, em que o posseiro processa a Companhia, evidencia a resistência e a manutenção dessa querela. Isso não significa que o posseiro resistiu ao processo de modernização. Em outras

⁴⁷ Esta rede está sendo pesquisada pormenorizadamente e constitui parte da pesquisa maior do doutorado em andamento.

palavras, a disputa por diferentes noções de propriedade no processo de apropriação privada da terra na acepção moderna do termo, não está diretamente relacionada a resistência à modernização.

Referencias Bibliográficas

CAVALLAZZI, R. L. **Contestado**: Espaço do camponês, tempo de propriedade privada. 1. ed. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2003.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**. Estudios sobre “La gran propiedad”. Crítica: Barcelona, 2007.

KNAUSS, Paulo (Org.). **O oeste americano**—quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: UDFUFF, 2004.

MACHADO, José Lúcio da Silva. **O Sertão e o cativo**. Escravidão e pastoreio: os Campos de Palmas –Paraná 1859-1888. Porto Alegre: FCM Editora, 2015. (Coleção Malungo)

MACHADO, Marina. **Entre fronteiras**. Terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O movimento do Contestado e a questão de terras. ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. 2011. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854 – 1912). In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: São Paulo, julho/2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. 2017. Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916). **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 9, pp. 3-20.

MOTTA, Márcia M. M.. Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. **Vivência**, n. 33, 2008.

NODARI, Renato. **Estrada de ferro São Paulo -Rio Grande**. Causas e conseqüências de sua construção em território catarinense –1900-1940. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (dissertação de Mestrado em Economia).

RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos**. Vol. 18, 2º sem. 2014. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/11609/8275>. Acesso em 25/08/2017.

RADIN, José Carlos. A propaganda das companhias de colonização para a venda dos lotes rurais no Meio Oeste catarinense. **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n.11, p. pp. 145-156, jan. 2004.

SECRETO, María Verônica. **Fronteiras em movimento**: História comparada – Brasil e Argentina no século XIX. Niterói: Editora UFF, 2012.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação**: Palmas, PR, 1850-1888. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES

COMARCA DE FLORIANÓPOLIS. Força Nova Espoliativa, 1918, Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Autora), Vivaldino Silveira de Ávila (réu). Localização: Fundo (em organização) do Museu do Judiciário Catarinense.

COMARCA DE CRUZEIRO. Instrumento de Agravo, n. 267. 1920. Agravante: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Agravado: Vivaldino Silveira de Ávila. p. 13. Localização: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Meio Oeste Catarinense (UNOESC).

SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. E.F.S.P.R.G - *Planta das Terras medidas nas margens do Rio do Peixe de Setembro de 1909 a fim de Setembro de 1910*.

DECRETO Nº 10.432, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1889 - Publicação Original. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, Página 683 Vol. 2 pt II (Publicação Original).

DECRETO n. 305 – 7/4/1890. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 508 Vol. 1 fasc IV (Publicação Original).

DECRETO Nº 11.905, DE 19 DE JANEIRO DE 1916 - Publicação Original. Coleção de Leis do Brasil - 1916, Página 75 Vol. 2 (Publicação Original).

Resenha: Redes sociais e processo político em J. A. Barnes

Wendell Marcel Alves Costa¹

Não se pode, de fato, estudar os homens à maneira do botânico examinando a samambaia ou do zoólogo observando o crustáceo; só se pode fazê-lo comunicando-se com eles.

François Laplantine (2003: 121).

Este trabalho é uma resenha do artigo de J. A. Barnes, intitulado “Redes Sociais e Processo Político”, primeiramente publicado no *Werner-Gren Symposium*, nº32, sobre “Política em nível local”, *Burgwartenstein*, julho de 1966, sendo divulgado também em Swartz M. J. (ed.), *Local-Level Politics* (1968), Aldine Press.

A particularidade de política nacional está imbricada em uma explicação geral dos conceitos que colaboram para realizar uma análise das relações sociais determinantes a um organismo social. Em outras palavras, o sentido macro de política pode incorporar constantes aglomerações de singularidades no campo das eleições e da política, por exemplo. Por outro lado, a política, vista por um recorte de uma antropologia que aguça os sentidos dos significados que perfazem a sociedade, inicia uma discussão acerca de seu funcionamento local, dentro das instituições que não são geridas inicialmente por funções ditas como políticas.

São essas funções, seguimentos obliterados por um viés claramente distanciado de uma essência política que, compartimentadas no mantimento do grupo, categorizam o comportamento político. O funcionamento da política institucionalizada, pode não ser vista em sua aplicação direta, ao contrário, ela pode estar realizando o funcionamento através de diversas atividades sociais, na religião, no esporte ou na realização de festas; por meio disso é “que devemos procurar, onde quer que possamos encontrá-los, aqueles processos através dos quais os indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores” (BARNES, 1987: 160).

Barnes dedica-se em seu texto em identificar de que forma a política tem um sentido funcional em um sistema de elipse dentro de uma sociedade, organiza sistematicamente o seu

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cientista Social pela UFRN. Integrante do Grupo de Pesquisa Linguagens da Cena: imagem, cultura e representação.

funcionamento através de mecanismos que não são direcionados objetivamente para um fator terminantemente político, em níveis *não-especializados* e em processos *trans-institucional*.

Para levantar suas teorias acerca da política local, o autor vai capacitar seus argumentos no conceito de rede social, fruto do seu trabalho realizado em Bremnes, em uma comunidade na Noruega, onde procurou entender as noções de igualdade de classes e como os indivíduos construíam sentidos acerca dos laços pessoais de parentesco e amizade. J. A. Barnes vai talhar em seus estudos de redes sociais, o trabalho de Fortes (1949), *The Web of Kinship*, resgatando a experiência de Bott (1955, 1957) e a análise de Mayer (1966), que igualmente utilizaram a ferramenta teórica de redes em contextos sócio-políticos diferentes.

Sobre esses autores, e a importância deles na concepção de redes na escola inglesa, Antunes (2012: 13) vai dizer que

Ao analisar as situações de conflito emergentes em determinadas comunidades, na sua maioria dependentes de sistemas de redes para a sua sobrevivência física e social, Barnes e Bott expuseram as circunstâncias que conduziam a situações antagonistas e de conflito no interior de uma rede e a forma em que elas se tornavam determinantes para as relações de influência, poder e hierarquia nessa mesma rede. [...] Se Barnes havia privilegiado, em primeiro lugar, as relações interpessoais e a sua influência nas continuidades e alterações no interior das redes, e se Bott defendeu acima de tudo a utilização do estudo de redes como instrumento de trabalho para compreender as associações interpessoais nas redes, Mitchell transportou os princípios teóricos dos seus colegas para um nível analítico que prescrevia o tratamento de redes estruturadas em torno de ligações pessoais entre indivíduos.

Barnes problematiza que o conceito de rede social vem sofrendo ressignificações com a leitura de produções bibliográficas dos autores, dessa forma o uso dele se adequa mediante a particularidade de cada pesquisador em seu objeto de estudo.

Questiona-se, portanto, a perda da forma clássica de rede, ou o seu itinerário que ganha corpo com os diversos contextos políticos, sejam eles rurais ou urbanos, que o coloca em demasiada inferência de sentidos. Em uma perspectiva de retroceder junto a uma explicação do método de rede social antes escrito, Barnes pretende em seu texto levantar questões que não foram bem desenvolvidas no seu artigo de 1953, creditando o termo analisado a Radcliffe-Brown, o que não foi feito anteriormente.

Ao contrário de Radcliffe-Brown que denota redes sociais a partir de um conceito ativo e funcional ao mantimento de uma estrutura social, quando para ele função “é a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual é parte” (RADCLIFFE-BROWN, 2013: 164), Barnes se refere a redes como “um conjunto de relações

interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros” (RADOMSKY, SCHNEIDER, 2007: 255).

O funcionamento usual de rede social, para Barnes, precisa ser visto pela ótica de conexões nos processos sociais que estão acima dos limites dos grupos e categorias, infringindo partituras a partir das comunicações entre os indivíduos. “Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos” (BARNES, 1987: 163), assim como a organização que rege a denominação dos dirigentes e líderes dos grupos.

Para compreender as noções de rede social “fechada” e “aberta”, que podem explicar de que maneira determinadas culturas reagem às modificações do tempo e do espaço, Barnes examina as medidas de densidade da rede nos próximos blocos.

A explicação que gira em torno da inferência da rede social total, desenha-se no sentido de que numa colocação que pondera as relações de forma simétrica, agrupando a análise em dois objetos onde cada um inflige ação no outro, resultam em “adjacentes”. Para construir um modelo ideal, necessita instruir um fato empírico onde toda pessoa real impinge em outra determinada ação, gerando não somente um modelo de reativação em outrem como denomina uma rede fechada de acontecimentos em dimensões duais.

Segundo Barnes (1987: 166), acerca da rede social total,

Quer a rede possa ou não ser associada de maneira útil à ‘estrutura social’, não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde.

Fica claro, portanto, que a rede vai significar uma ligação direta entre os sujeitos. Essas determinações, geradas pelas ligações de colaborações, vão favorecer uma importante explicação sobre a política, a religião e as sutilezas que só podem ser aperfeiçoadas pelo pesquisador em um *feeling* que esteja próximo de um indivíduo-chave desse círculo informacional e complexo, o alfa, que pode radiar ou convergir os conjuntos de relações, o que Mitchell vai chamar de “rede egocêntrica delimitada”.

Em Mitchell (Antunes, 2012: 13),

As ligações interpessoais eram baseadas em dois princípios distintos. O primeiro era baseado na ideia de troca. [...] O segundo assumia a imposição de regras e normas sociais conducentes a uma uniformização de comportamentos individuais e regulamentação do funcionamento da rede.

No entanto, Barnes opta por *estrela de primeira ordem* para narrar os movimentos de relacionamento de informações. A rede social, abstrata é certa, pode facilitar o

encaminhamento até a comunicação que vai direcionar a veracidade das informações para o chefe do grupo.

Quando a informação confeccionada, seja ela uma *informação* que pode correr no grupo produzindo conflitos dentro dele, não precisa ser comprovada pelo iniciador do processo, mas como ela está sendo gerada em todo o corpo coletivo, cada um pode declarar seu discurso sobre o misticismo que ronda entre eles (SCHRIVAS & BÉTEILLE, 1964 *apud* BARNES, 1987: 167). A partícula dessa rede social total, Barnes vai chamar de “rede parcial” – as redes políticas e religiosas de Cohn e Marriott (1958), a rede política de Mayer (1962) –, o que provoca não só uma quebra sistemática na grande rede social, como cria, simbolicamente, uma recente rede social, amiúde a uma parcial.

Percebe-se a coerência de rede social total identificada por Barnes, com a exemplificação dada por Mauss (1974), na referência das instituições proclamadas nas populações analisadas pelo estudioso, quando narra as significações das instituições totais que podem propor uma pluralidade de significados culturais e simbólicos em um mesmo evento. A partícula de “rede parcial”, nesse caso, exemplificando uma festividade do tipo casamento, é a religiosidade da tribo, a hierarquização política mediante a distribuição de presentes, na política e na economia.

De acordo com Barnes (1987: 168), a noção de densidade vai aparecer quando “alguns dos contatos de qualquer Alfa são adjacentes entre si”. Na relação dual de rede, cada par compreende um sujeito-Alfa, comportando-se como uma *zona primária* das relações sociais de Alfa. O sujeito-Beta, que tem contato direto com Alfa, pode levar informações para ele dos outros sujeitos que compõem a rede, portanto Alfa não precisa necessariamente recorrer aos demais. O que podemos chamar de relação de contatos de segunda ordem.

Contudo, pode acontecer das informações semelhantes em processos comunicacionais produzirem ruído transmitido no decorrer da transmissão da mensagem de Beta para Alfa, em relação ao que foi dito pelos demais, gerando mal-entendidos e conflitos.

A partir dos agrupamentos dos laços efetivos, Epstein (1961 *apud* BARNES, 1987: 174) demonstrou que se Alfa é um membro de um grupo da elite,

Ele e sua rede efetiva, ou círculo efetivo de amigos comuns, determinam e articulam, através das suas fofocas, um conjunto de normas e valores apropriados que passam então a ser disseminados para o público mais amplo, por intermédio de outros amigos de Alfa.

Entrementes, a densidade da rede pode ser verificada por qualquer componente dela, ainda que não exista uma ligação forte com os espaços específicos da rede, perpassando os demais, contudo destaca-se a importância de saber que densidade de grupo Alfa pertence na

divisão dos agrupamentos. Por outro lado, a densidade do agrupamento não pode ser complementada de forma igualitária por seus membros, por exemplo, quando um ou dois sujeitos estão condicionados a realizar a tarefa suprema de fornecer mais informações do que os vizinhos. Através desses dois vão passar mensagens importantes, que traçam um desenvolvimento de todo o grupo, e por onde sofreram a filtragem de suas consciências até chegar ao sujeito-Alfa.

Tomando como exemplo a figura 7, Barnes (1987: 177) vai mostrar que a função orgânica possui determinados sujeitos no corpo social:

Podemos, também, descrever Q como um membro essencial, pois se o removermos, a densidade do conjunto formado pelos sete membros remanescentes cai para 76%, o que está abaixo do valor crítico de 80%. Nenhum dos outros membros do agrupamento é essencial neste sentido. Existe aqui um paralelo com a distinção estabelecida pela *graphtheory* entre pontos enfraquecedores, neutros e fortalecedores (ROSS & HARARY, 1959: 141; Cf. FLAMENT, 1963: 39-40).

A discussão se caso uma rede seja finita – número ilimitado de pessoas – ou infinita – número indefinidamente grande de pessoas –, já encontrou uma resposta semelhança entre os autores: ambos concordam que as duas podem formar uma rede social. Contudo, Barnes vai desconstruir esse paradigma dizendo que existem certos casos em que ocorre da rede ser subliminarmente uma ou outra, como em Bremnes – infinita – e com os Tikopia – finita. O que determina a longínqua ou curtíssima rede são as relações e os laços fortes, no primeiro, por exemplo, quando um sujeito muda-se para outra região mas não perde a comunicação com os seus conterrâneos durante os anos; e a sensível compactação das informações, no segundo, quando uma impossibilidade de relacionamento persiste no grupo.

O encadeamento provocado pelo sujeito-Alfa a fim de ativar nos seus pares de ordem primária, visam representar uma decisão desse primeiro indivíduo, perceptíveis em uma atividade de *conjunto-de-ação*. Largamente se observa como as categorias de redes sociais, levantadas nas partituras gráficas e teóricas por Barnes, vão remeter na influência que os estudos sobre política local interferem nesta questão. A formação do grupo de ação precisa ser encadeada de forma amarrada, para que se possa alcançar o objetivo almejado.

Resgatando o seu texto de 1954, Barnes comenta que dividiu a rede total da sociedade de Bremnes em três campos: sistema territorial, sistema industrial e o terceiro expresso como a “rede de laços sociais entre pares de pessoas, que se origina a partir de considerações de parentesco, amizade e reciprocidade” (BARNES, 1987: 184), produzindo neste último uma subcategoria de rede de classes. Barnes reflete baseado nos exemplos de Mayer, que um homem político pode muito bem angariar relacionamentos de amizade e de luxúria, no

mínimo para conseguir seus objetivos, não importando a força com que esses laços vão ser construídos: para isso, um voto de partido para vencer a eleição não exigirá uma complacência verdadeira com a situação que vive seu corpo eleitoreiro, mas sim tramitar com desdém em sua vida, pensando tão somente seu próprio benefício.

Os laços de amizade vão ganhando, no processo político, nova característica de relacionamento e de sentimento social, munida de interesses econômicos e de contratos muitas vezes afirmativos entre os pares.

Em seu último momento, acerca das sociedades tribais e das sociedades industriais, Barnes confessa que foram reconhecidas os meandros de uma formalização do drama social, sobre a análise da rede social, onde os métodos mostram “os motivos pelos quais um indivíduo escolhe em um contexto específico um curso de ação e não outro, [...] quando e como escolhe selecionar um determinado contato entre muitos possíveis, recorrendo a um determinado princípio e não a outros” (BARNES, 1987: 187).

Em suma, o autor vai dizer o quão será fácil traçar uma rede social em uma sociedade tribal da África, onde não existem sujeitos desconhecidos no sistema de trocas sociais. Diferentemente, em sociedades industriais – redes esparsas – as pessoas desconhecem uns aos outros, além de existir ali um coeficiente de modernidade e mudança nas relações e nos mantimentos afetivos, provocados pela alta tecnologia e pelo consumo de massa.

Pelo contrário, “a sociedade rural semi-industrial de Bremnes se situa bem no meio dos dois extremos” (BARNES, 1987: 187). No caso do grupo tribal – redes densas –, a dificuldade do conjunto-ação reside quando as pluralidades de relacionamentos fazem parte da sociedade, nublando um agente único de mobilização. Enfim, a concepção de redes sociais está engajada no testamento de que a organização se dá através de forma que se diferenciam mediante o grupo e o estado social, desenvolvendo-se de acordo com os usos de tecnologias e fatores preponderantes para a sua ressignificação no corpo social e na análise antropológica que oferece aos pesquisadores.

Segundo Marteleto (2001), a ideia de uma teoria de redes sociais ainda não existe. Para ela, “o conceito pode ser empregado com diversas teorias sociais, necessitando de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos”, podendo ser “aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais” (MARTELETO, 2001: 72).

Percebe-se como o conceito está transdisciplinarizado nos campos do conhecimento humano, podendo ser visto na economia, na tecnologia e na história dos cruzamentos sociais. A comunicação de redes sociais, agora, pode chegar aos processos instantâneos de

transmissão de mensagens em um sem número de indivíduos, por isso questionamos: o esquema clássico proposto por Barnes ainda vinga dentro desse novo quadro de redes sociais?

Por um momento, resgatamos as noções iniciais de redes sociais de Barnes, inferindo seu contexto teórico e histórico, tentando traçar os manuais dos conceitos trabalhados. Contudo, devemos atentar para que a linha de pesquisa acerca de organização política local não se perca na descrição do funcionamento de redes sociais, por que, ao contrário do que afirmam Marconi e Pressotto (2013: 146), sobre o processo político, onde a “estrutura política caracteriza-se por tendências próprias, que permitem sua fácil identificação em relação à sociedade mais ampla”, muitas vezes ela se encontra nas entrelinhas dos mantimentos interpessoais e do congestionamento de trocas sociais.

Referência da obra analisada

BARNES, J. A. “Redes Sociais e Processo Político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987: 159 – 194.

Referências

ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em história. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol.2 – 2012, pp. 11 – 22. Disponível em: www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11313.pdf Acesso em 07 de jun. de 2014.

BOTT, E. Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks. **Human Relations**, n. 8, pp. 345 – 385, 1955.

_____. “**Family and Social Network**”. Londres: Tavistock Publications, 1957.

COHN, B. A., MARRIOTT, M. Networks and Centres in the Integration of Indian Civilization. **Journal of Social Research**, n. 1, pp. 1 – 9, 1958.

FORTES, M. **The Web Kinship among the Tallensi**. Londres: Oxford University Press, 1959.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARCONI, M. A. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf. Brasília**, v.30, n.1, p. 71 – 81, jan./abr. 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf Acesso em 07 de jun. de 2014.

MAYER, A. C. The Significance of Quasi-Groups in the Study of Complex Societies. **The Social Anthropology of Complex Societies**. Londres: Tavistock Publications, pp. 97 – 122, 1966.

_____. System and Network: An Approach to the Study of Political Process in Dewas. **Indian Anthropology Essays in Memory of D. N. Majumdar**. Bombay: Serana Asian Publishing House, pp. 266 – 278, 1962.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RADOMSKY, G., SCHNEIDER, S. Nas Teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.2, p. 249 – 284, maio/ago. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v22n2/02.pdf Acesso em 7 de jun. de 2014.